



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de
BACHARELADO EM ZOOTECNIA

Garanhuns, 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE

REITOR PRO TEMPORE

Airon Aparecido Silva de Melo

VICE-REITOR PRO TEMPORE

Mácio Farias de Moura

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG

Emanuelle Camila Moraes de Melo Albuquerque Lima

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e Inovação - PRPPGI

José Romualdo de Sousa Lima

Pró-Reitoria de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREC

Marcos Pinheiro Franque

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PRAE

Joselya Claudino de Araújo

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Victor Netto Maia

Pró-Reitoria de Administração - PROAD

José Renato Correia Ferro

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE

Valdeline Adrianly Cardoso de Oliveira Melo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadora de Orientação Pedagógica - COP/PREG

Larissa Alencar Martins

Coordenadora de Planejamento de Ensino - CPLE/PREG

Sarah Jackelliny da Silva Rodrigues

Coordenadora de Avaliação dos Cursos - CRC/PREG

Amanda Maria Rodrigues Diniz

Coordenadora Geral de Estágios - CGE/PREG

Lucineide Barbosa da Silva

COMISSÃO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ZOOTECNIA

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Presidente do Núcleo Docente Estruturante

Danilo Teixeira Cavalcante

Coordenador do Curso de Bacharelado em Zootecnia

Vice-presidente do Núcleo Docente Estruturante

Felipe Guedes de Araújo

Eventual-substituto da Coordenação do Curso de Bacharelado em Zootecnia

Núcleo Docente Estruturante

Safira Valença Bispo

Dulciene Karla de Andrade Silva

Alexandre Tavares da Rocha

Geane Gonçalves Dias

Pedro Gregório Vieira Aquino

Mécia Leite dos Santos Lima (representante discente)

SUMÁRIO

1 -	Identificação do Curso	6
2 -	Histórico da UFAPE.....	7
3 -	Histórico do Curso de Zootecnia.....	8
4 -	Justificativa de oferta do Curso	9
5 -	Acompanhamento interno do Projeto Pedagógico do Curso	10
6 -	Perfil e objetivos do curso de Zootecnia	11
7 -	O perfil profissional.....	12
8 -	Competências e habilidades profissionais.....	13
9 -	Campo de atuação profissional	14
10 -	Estrutura curricular.....	16
a.	Grade Curricular – componente curricular, pré-requisitos, créditos e carga horária.....	16
b.	Disciplinas optativas.....	21
c.	Resumo da estrutura curricular.....	23
d.	Equivalência de disciplinas	24
11 -	Ementário das disciplinas	29
a.	Disciplinas obrigatórias.....	29
b.	Disciplinas optativas.....	97
12-	Sistema de avaliação	125
13-	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	128
a.	Objetivos da disciplina	128
b.	Critérios de avaliação	129
c.	Deveres do discente e do orientador de TCC	129
14-	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	130
15-	Atividades Curriculares Complementares	134
a.	Regulamento das atividades acadêmicas complementares.....	134
16-	Sistemática de concretização do projeto pedagógico.....	137
17-	Informações complementares	140
a.	Corpo docente do Curso de Zootecnia da UFAPE	140
18-	Bibliografia.....	142
19-	Anexos.....	143
a.	Cópias de leis, resoluções e demais normativas legais pertinentes.....	143

1 - Identificação do Curso

Nome do Curso: Bacharelado em Zootecnia

Título Conferido: Zootecnista

Documento de Autorização: Portaria nº 891 de 12 de setembro de 2007 (Diário Oficial da União, seção 1, pág. 9). Parecer nº 35/2007 CES/CNE/MEC Proc. nº 23000.021495/2006-18 (Diário Oficial da União, seção 1, pág. 12).

Turno: Diurno (matutino ou vespertino)

Carga Horária: 4065 h

Duração mínima: 5 anos

Duração Máxima: 9 anos (Art 5º item II da Resolução CEPE 313/2003)

Vagas: 40 (oferta semestral, em turnos alternados – manhã ou tarde)

Formas de Ingresso: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) Resolução CEPE nº 194/2009; Ingresso Extravestibular Modalidade Reopção (Resolução CEPE nº 34/97); Ingresso Extravestibular Modalidade Reintegração (Resolução CEPE nº 354/2008 e 570/2009); Ingresso Extravestibular por Transferência Externa (Resolução CEPE 277/98).

2 - Histórico da UFAPE

Nos anos 2000, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vivenciou um ciclo de expansão de suas atividades com a criação de cursos de graduação na Sede e criação das Unidades Acadêmicas, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG, localizada no Agreste de Pernambuco, foi a primeira das unidades fundadas pela UFRPE, tendo iniciado suas atividades no segundo semestre de 2005. De início, os cursos ofertados na UAG foram Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Zootecnia e Licenciatura em Pedagogia (Resolução CONSU nº 44/2005). Em seguida, passaram a ser ofertados os cursos de Bacharelado em Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Letras e Bacharelado em Ciências da Computação.

Em 11 de abril de 2018 a Lei Nº 13.651 emancipou a UAG da UFRPE e criou a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), a qual assumiu toda a estrutura física, patrimonial e de pessoal da até então UAG/UFRPE. Em 27 de dezembro de 2018, teve início à vigência do Termo de Colaboração Técnica, celebrado entre o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, e a UFRPE, para a implantação da UFAPE, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, por acordo dos partícipes. Em 12 de dezembro de 2019, em Brasília-DF, o Ministério da Educação (MEC) designa o Prof. Airon Aparecido Silva Melo para exercer o cargo de Reitor *Pro Tempore* da UFAPE (Portaria Nº 2.118, de 10 de dezembro de 2019).

Em 1º de janeiro de 2019, por meio do Decreto Nº 9.660, o Poder Executivo vinculou a UFAPE como entidade da administração pública federal e no dia 24 de janeiro do mesmo ano, no auditório da Sala dos Conselhos Superiores da UFRPE, no Campus de Recife/Dois Irmãos, foram iniciados os trabalhos das equipes técnicas envolvidas no processo de transição que deverá culminar com a completa autonomia desta nova Universidade Federal.

No dia 30 de janeiro de 2019, a Reitoria da UFRPE publicou a Portaria Nº 132/2019-GR, que instituiu a comissão de transição para a implantação da UFAPE; comissão que é composta tanto por servidores da Sede/UFRPE quanto por servidores da UFAPE. No dia 25 de março de 2020, o Reitor *Pro Tempore*, no uso das suas atribuições assina a Portaria nº 124 criando a estrutura organizacional da UFAPE, conforme Resolução nº 02/2020-UFAPE de 21/01/2020.

Desta forma, por estar em processo de tutoria e por ainda não possuir o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e regulamento próprio (11/05/2010), os cursos da UFAPE seguem a base legal para regulamentar o funcionamento e atualização de seus Projetos Pedagógicos, norteados e seguindo os pareceres e resoluções da UFRPE.

3 - Histórico do Curso de Zootecnia

No ano de 1966 o primeiro Curso de graduação em Zootecnia iniciou suas atividades na Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana, cuja aula inaugural foi realizada em 13 de maio daquele ano. Data essa que passou a ser considerada simbolicamente como o Dia do Zootecnista pela comunidade de estudantes e profissionais Zootecnistas, instituições de ensino e pesquisa, e empresas públicas e privadas que tem entre seus colaboradores os Zootecnistas.

Desde os idos de 1966 até os dias atuais, a Zootecnia cresceu, expandiu, solidificou e tornou-se essencial ao país como profissão por gerar conhecimento, inovações e tecnologias aplicáveis, bem como para a formação de profissionais com competência qualificada diferenciada para atuar no desenvolvimento do agronegócio, especialmente da pecuária nacional. Neste particular, se for feito um paralelo ao desenvolvimento da pecuária em nosso país nos últimos 50 anos, o Zootecnista, conjuntamente com outras categorias profissionais, foi e é ator essencial do desenvolvimento tecnológico através do qual as diferentes cadeias produtivas se firmam como indústrias competitivas e através do qual se promove a produção de proteína de origem animal para atendimento da demanda da população de forma eficiente, economicamente viável, socialmente justa, ética e ambientalmente correta garantindo sempre o bem-estar aos animais.

Esta expansão é tão notória que hoje a Zootecnia nacional conta com mais de 115 cursos de graduação em Zootecnia, mais 18 mil alunos regularmente matriculados e um número estimado superior a 35 mil profissionais atuantes em todo território nacional. Logo, é mister dizer que a história da Zootecnia no Brasil é repleta de fatos históricos marcantes e emblemáticos e, por isso mesmo, a torna rica e de grande orgulho para os Zootecnistas

Em 2005 a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE) inicia suas atividades e o Curso de Zootecnia já foi ofertado neste mesmo ano. A escolha do Curso de Zootecnia, juntamente com os demais ofertados na Unidade, foi em função de demandas regionais, devido à tradição de Garanhuns e do agreste de Pernambuco no setor agrário, onde se destaca principalmente, a produção de leite e avicultura de modo a permitir que a universidade venha influir positivamente no desenvolvimento regional.

Desde a sua implantação na UAG/UFRPE (hoje UFAPE), o curso de Zootecnia oferta anualmente 80 vagas (40 vagas/semestre). A primeira turma de Zootecnistas formados nesta instituição colou grau em 13 de agosto de 2010 e desde então os egressos do curso de Zootecnia da UAG/UFRPE (hoje UFAPE) têm se inserido de forma competitiva em diversas empresas (públicas e privadas), além disso, muitos egressos têm optado pela continuidade da sua formação, ingressando em programas de pós-graduação em diversas instituições do país e no exterior.

Outro fator que merece destaque foi à criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens (PPGCAP), com linha de pesquisa em produção de ruminantes e não-ruminantes, viabilizando uma maior integração dos graduandos com as atividades de pesquisa desenvolvidos pelos discentes/docentes daquele programa.

4 - Justificativa de oferta do Curso

A agropecuária é uma atividade econômica que abrange tanto a agricultura quanto a pecuária, no agreste de Pernambuco, a atividade pecuária (criação de animais) ocupa lugar de destaque, uma vez que é a principal atividade econômica, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) a produção do Agreste responde por cerca de 75% de todo o leite beneficiado no estado. Além disso, esta região responde por metade da produção da avicultura pernambucana e é a maior produtora do Nordeste, totalizando dez milhões de ovos por dia e 14 milhões de frangos por mês. É importante também destacar as criações de caprinos e ovinos, suínos, apicultura e a piscicultura que, apesar de ter menor participação na economia da região, quando comparadas à bovinocultura de leite e avicultura, são fundamentais para o desenvolvimento da região, mitigação do êxodo rural e manutenção da renda de milhares de famílias que, em sua maioria, se caracteriza por pequenos produtores rurais.

Um ponto comum que se pode observar em grande parte das propriedades rurais da região é o baixo acesso às tecnologias produtivas e à mão de obra especializada o que torna a presença do curso de zootecnia na região extremamente relevante, seja por meio de ações extensionista direcionadas aos pequenos produtores ou pela formação de profissionais de elevado nível técnico.

A palavra Zootecnia origina-se do grego “zoon – animal” e “technê – arte”, que significa a arte de criar animais, nesse sentido o Zootecnista busca a produtividade e rentabilidade na criação de animais e no desenvolvimento de produtos de origem animal (produtos apícolas, carne, ovos, leite e seus derivados). Atua em toda a cadeia produtiva animal, coordena a criação de rebanhos bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves, equinos e peixes além da criação e manejo de abelhas e faz a gestão e o planejamento agropecuário, o que inclui aspectos técnicos, como o projeto de pastagens. Promove o melhoramento genético e aplica técnicas de reprodução, fórmula e acompanha a fabricação de rações, pré-misturas, vitaminas e minerais, trabalha também na indústria alimentícia e na produção de alimentos de origem animal.

Sendo o profissional responsável pelo desenvolvimento das atividades-base da produção animal e dos produtos de origem animal, o Zootecnista é fundamental para a decolagem do agronegócio brasileiro. Assim, em função do grande destaque do Agreste de Pernambuco na criação de animais o Curso de Zootecnia tem formado profissionais que vem sendo absorvidos por empresas públicas e privadas da região contribuindo para que estas empresas sejam rentáveis economicamente, que possuam práticas de forma equilibrada com o meio ambiente, possibilitando sua recuperação e manutenção, respeitando os hábitos culturais regionais e primando pela justiça social.

Embora o perfil do profissional zootecnista não tenha se alterado muito desde a criação do curso na, muitas atividades que antes eram consideradas de pouco interesse, hoje são perspectivas concretas de se tornarem importantes nichos de atuação, deste modo, o egresso do curso de Zootecnia da UFAPE deve estar atualizado com as novidades inerentes à sua atuação regional, nacional e mundial, através do aprimoramento de conceitos e definições. Como resultado das discussões ao longo de dois anos, decidiu-

se pela elaboração de uma nova proposta que fosse considerada mais adequada à realidade do curso de Zootecnia da UFAPE, e a permanência da grade curricular vigente à época até a implantação do novo PPC.

5 - Acompanhamento interno do Projeto Pedagógico do Curso

O curso é constantemente acompanhado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que está frequentemente se atualizando sobre as demandas regionais e nacionais, buscando ajustar a matriz curricular do curso objetivado em formar profissionais que se integrem ao mercado de trabalho, levando soluções para demandas do setor do agronegócio.

No atual momento da civilização humana, as tecnologias de comunicação possibilitam a interação entre pessoas em tempo real em qualquer lugar do planeta. Some-se a isso, a velocidade com que as informações e tecnologias são acessadas, e apresenta-se um quadro onde as transformações são constantes e dinâmicas em todos os setores da sociedade. Assim, cabe a Universidade, como um dos alicerces da geração de conhecimento na sociedade, diagnosticar e propor soluções as necessidades impostas por estes movimentos dinâmicos, sob pena de sermos atropelados pelos acontecimentos presentes e futuros. No tocante ao ensino superior, existe a necessidade que este esteja baseado em um projeto dinâmico e aberto à inserção das modificações que acontecem ao longo do tempo.

O substancial crescimento no número de cursos de Zootecnia nos últimos dez anos gerou uma competição cada vez mais acirrada pelo mercado de trabalho e as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam estar atentas às necessidades de melhor atualizar seus futuros profissionais. Deste modo, o egresso do curso de Zootecnia da UFAPE deve estar atualizado com as novidades inerentes a sua atuação regional, nacional e mundial, através do aprimoramento de conceitos e definições.

Deste modo, decidiu-se pela elaboração de uma nova proposta que fosse considerada mais adequada à realidade do curso de Zootecnia da UFAPE, e a permanência da grade curricular que vigente a época até a implantação do novo PPC. A grade curricular antiga atendia apenas parcialmente as novas diretrizes curriculares para o curso de Zootecnia, pois contemplava Estágio Supervisionado Obrigatório. Entretanto, não permitia a opção da formação do discente por escolha, visto a elevada carga horária em que os alunos eram submetidos. Em alguns casos, os campos do saber estão apresentados de forma dessincronizada, oferecendo um caráter que nada tem a ver com fluxo de conhecimento entre os semestres, não permitindo a interdisciplinaridade, termo atualmente tão utilizado em citações, mas pouco

exercitado na prática. Também não era contemplada a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, item curricular obrigatório, assim como a realização das Atividades Acadêmicas Complementares.

A reformulação do curso de Zootecnia da UFAPE também tem por objetivo torná-lo mais atrativo para os alunos ingressantes, aprimorando o currículo e o deixando mais interessante e flexível, é a saída que influenciará diretamente na permanência do aluno no decorrer dos semestres.

Com interesse em buscar atualizar o PPC com periodicidade necessária e focados nas constantes melhoras da formação do discente, a partir de 2022 serão utilizados mecanismos internos de acompanhamento como a aplicação de questionários para os egressos, assim como para o corpo docente e discente atuais.

Portanto, respaldados pela resolução número 313/2003 do CEPE, de 15/10/2003, impulsionados pela lei 10.861 de 14/04/2004, que fixou o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e embasados nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução nº 4, de 02 de fevereiro de 2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/MEC, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem através deste documento, proceder a reformulação curricular do referido curso, de modo a se adequar as novas diretrizes curriculares nacionais para o curso e a realidade da UFAPE.

6 - Perfil e objetivos do curso de Zootecnia

O objetivo do curso de Bacharelado em Zootecnia é formar profissionais com sólida base de conhecimentos científicos que, dotados de consciência ética, com visão crítica global e da conjuntura econômica, social, política e cultural da região onde atua, no Brasil e no exterior, estejam preparados para:

- a) Gerenciar ou assistir sistemas de produção animal, inseridos desde o contexto de mercados regionais até grandes mercados internacionalizados, agregando valores e otimizando a utilização dos recursos potencialmente disponíveis e economicamente adaptáveis;
- b) Atender as demandas da sociedade quanto à qualidade dos produtos de origem animal, promovendo e garantindo a saúde pública;
- c) Viabilizar sistemas alternativos de produção e comercialização que respondam aos anseios específicos de comunidades à margem da economia de escala;

- d) Avaliar o sistema produtivo contextualizado pela gestão ambiental e sustentabilidade;
- e) Possuir autonomia intelectual, espírito investigativo e habilidades para compreender e solucionar conflitos, dentro dos limites éticos impostos pela sua capacidade e consciência profissional;
- f) Desenvolver pesquisas, extensão e atividades didáticas e administrativas nas áreas de interesse zootécnico;
- g) O empreendedorismo e perfil pró-ativo, cumprindo o papel de agente empresarial, auxiliando e motivando a transformação social;
- h) Conhecer, interagir e influenciar as decisões de agentes e instituições na gestão de políticas públicas e setoriais ligadas ao seu campo de atuação.

7 - O perfil profissional

A concepção do curso de Bacharelado em Zootecnia está em consonância com o compromisso que a UFAPE assume frente às demandas sociais da região. Entretanto, a formação do zootecnista egresso desta instituição busca, também, está alinhado às demandas e perspectivas nacionais e internacionais, formando um profissional habilitado para integrar-se ao mercado de âmbito nacional e internacional. Deste modo, o curso de Zootecnia da UFAPE propõe-se a formar zootecnistas que possuam perfil que vise atuação:

- a) No fomento, planejamento, coordenação e administração de programas de melhoramento genético;
- b) Na área de nutrição e alimentação animal;
- c) Na formulação, fabricação e controle de qualidade das dietas e rações; planejamento e gerenciamento de diferentes sistemas de produção animal;
- d) Na formação e/ou produção de pastos e forrageiras;
- e) Na administração de propriedades rurais e estabelecimentos ligados à produção animal;
- f) Na avaliação, classificação e tipificação de produtos e subprodutos de origem animal;
- g) Em registros genealógicos, exposições, provas e avaliações funcionais e zootécnicas;
- h) No desenvolvimento de pesquisa no campo da zootecnia e áreas correlatas;
- i) No assessoramento de programas de higiene, profilaxia, desenvolver pesquisas que visem a informar e orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos;

- j) Na assessoria de programas de rastreabilidade animal;
- k) Na coordenação e assessoria de projetos de conservação da fauna silvestre;
- l) Na coordenação e assessoria de projetos de gestão ambiental em empreendimentos agropecuários;

8 - Competências e habilidades profissionais

As competências e habilidades do zootecnista fazem parte de um elenco de atividades que podem ser exercidas de acordo com o que dispõe a Resolução nº 04, de 02/02/06, disposta pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que orienta sobre a necessidade de conteúdos que venham a especificar as competências e habilidades do profissional conforme abaixo disposto:

- a) Planejar, gerenciar ou assistir diferentes sistemas de produção animal e estabelecimentos agroindustriais;
- b) Atender as demandas da sociedade quanto à qualidade e segurança dos produtos de origem animal;
- c) Viabilizar sistemas alternativos de produção animal;
- d) Viabilizar a comercialização de produtos ou subprodutos da pecuária;
- e) Trabalhar em equipes multidisciplinares;
- f) Possuir autonomia intelectual, liderança e espírito investigativo para solucionar conflitos;
- g) Desenvolver métodos de estudo, tecnologias, conhecimentos científicos, diagnósticos de sistemas produtivos de animais;
- h) Promover a divulgação das atividades da zootecnia;
- i) Desenvolver, administrar e coordenar programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- j) Atuar com visão empreendedora e perfil pró-ativo;
- k) Conhecer, interagir e influenciar as decisões de instituições na gestão de políticas setoriais ligadas ao seu campo de atuação;
- l) Fomentar, planejar, coordenar e administrar programas de melhoramento genético;
- m) Atuar na área de nutrição e alimentação animal;
- n) Responder pela formulação, fabricação e controle de qualidade de dietas e rações;

- o) Planejar e executar projetos de construções rurais, de formação e/ou produção de forragens;
- p) Pesquisar e propor formas mais adequadas de utilização dos animais silvestres e exóticos;
- q) Administrar propriedades rurais, estabelecimentos industriais e comerciais ligadas à produção, melhoramento e tecnologias animais;
- r) Avaliar, classificar e tipificar produtos e subprodutos de origem animal;
- s) Executar o julgamento, supervisionar e assessorar inscrições de animais em sociedades de registro genealógico, exposições, provas e avaliações funcionais e zootécnicas;
- t) Desenvolver pesquisas visando melhorar as técnicas de criação, transporte, manipulação e abate;
- u) Assessorar programas de controle sanitário, higiene, profilaxia e rastreabilidade animal.

9 - Campo de atuação profissional

Os campos de atividade do Bacharel em Zootecnia são regulamentados pela Resolução nº 619 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 1994 (Seção 1 pág 20.276), Resolução nº 634 do CFMV publicada no DOU de 21 de novembro de 1995 (Seção 1 pág 18.739) e pela Resolução nº 740 do CFMV publicada no DOU de 18 de junho de 2003 (Seção 1 pág 99). Sendo assim, os campos de atividade do zootecnista são os seguintes:

- a) Promoção do melhoramento dos rebanhos, abrangendo conhecimentos bioclimatológicos e genéticos para produção de animais precoces, resistentes e de elevada produtividade;
- b) Supervisão e assessoramento na inscrição de animais em sociedades de registro genealógico e em provas zootécnicas;
- c) Formulação, preparação, balanceamento e controle da qualidade das rações para animais;
- d) Desenvolvimento de trabalhos de nutrição que envolvam conhecimentos bioquímicos e fisiológicos que visem melhorar a produção e produtividade dos animais;
- e) Elaborar, orientar e administrar a execução de projetos agropecuários na área de produção animal;

- f) Supervisão, planejamento e execução de pesquisas, visando gerar tecnologias e orientações à criação de animais;
- g) Desenvolver atividades de assistência técnica e extensão rural na área de produção animal;
- h) Supervisão, assessoramento e execução de exposições e feiras agropecuárias, julgamento de animais e implantação de parque de exposições;
- i) Avaliar, classificar e tipificar carcaças;
- j) Planejar e executar projetos de construções rurais específicos de produção animal;
- k) Implantar e manejar pastagens envolvendo o preparo, adubação e conservação do solo;
- l) Administrar propriedades rurais;
- m) Direção de instituições de ensino e de pesquisa na área de produção Animal;
- n) Regência de disciplinas ligadas a produção animal no âmbito de graduação, pós-graduação e em quaisquer níveis de ensino.
- o) Desenvolvimento de Atividades que visem à preservação do meio ambiente.

O código de deontologia e ética do profissional Zootecnista é regulamentado pela Resolução nº 413 de 10 de dezembro de 1982. Nesta resolução, são definidos como deveres fundamentais do zootecnista:

- a) Exercer seu mister com dignidade e consciência, observando as normas de ética prescrita neste Código (Resolução nº 413 de 10 de dezembro de 1982) e na legislação vigente, bem como pautando seus atos pelos mais rígidos princípios morais, de modo a se fazer estimado e respeitado, preservando a honra e as nobres origens da profissão;
- b) Manter alto nível de comportamento no meio social e em todas as relações pessoais, para que o prestígio e o bom nome da profissão sejam salvaguardados;
- c) Abster-se de atos que impliquem no mercantilismo profissional e no charlatanismo, combatendo-os quando praticados por outrem;
- d) Empenhar-se na atualização e ampliação dos seus conhecimentos profissionais e da sua cultura geral;
- e) Colaborar no desenvolvimento da ciência e no aperfeiçoamento da Zootecnia;
- f) Prestigiar iniciativas em prol dos interesses da classe e da coletividade, por meio dos seus órgãos representativos;
- g) Vincular-se às entidades locais da classe, participando das suas reuniões;

- h) Participar de reuniões com seus colegas, preferentemente no âmbito das sociedades científicas e culturais, expondo suas ideias e experiências;
- i) Cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais que regem o exercício da profissão.

10 - Estrutura curricular

O sistema acadêmico a ser adotado pelo curso de Bacharelado em Zootecnia da UFAPE, a partir do ano letivo de 2020 será o de regime carga horária. O tempo mínimo para integralização do curso será de 5 anos e máximo de 9 anos (Art 5º item II da Resolução CEPE 313/2003).

As disciplinas serão dispostas em séries semestrais, atendendo ao princípio da hierarquização do conhecimento no sentido horizontal e vertical em função das modalidades abaixo descritas:

- i. Disciplinas obrigatórias;
- ii. Disciplinas optativas;
- iii. Disciplinas eletivas.

Cada categoria de disciplinas, obrigatórias, optativas e ou eletivas, deverão ser cumpridas de acordo com o mínimo estabelecido por estas diretrizes, constando de 3.090 horas de disciplina obrigatórias, um mínimo de 270 horas de disciplinas optativas e 300 horas de atividades acadêmicas complementares. As disciplinas eletivas poderão ser cursadas de acordo com a disponibilidade do aluno.

a. Grade Curricular – componente curricular, pré-requisitos, créditos e carga horária

	1º Período	Créditos	CH
1	Introdução à Zootecnia	2	30
2	Cálculo I	4	60
3	Anatomia Animal Aplicada à Zootecnia	6	90
4	Química Geral	4	60
5	Metodologia Científica aplicada à Zootecnia	2	30
6	Introdução à Informática	3	45
7	Zoologia aplicada à Zootecnia	4	60

Total		25	375
2º Período		Créditos	CH
1	Desenho Técnico	3	45
2	Física para ciências agrárias (pré-requisito: Cálculo I)	4	60
3	Ezoognósia (pré-requisito: Anatomia Animal Aplicada à Zootecnia)	3	45
4	Biologia Celular e Tecidual	3	45
5	Fundamentos de Química Analítica (pré-requisito: Química Geral)	4	60
6	Química Orgânica (pré-requisito: Química Geral)	4	60
7	Parasitologia- pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia	4	60
Total		25	375
3º Período		Créditos	CH
1	Bioquímica Animal (pré-requisito: Química orgânica e Biologia celular e tecidual)	4	60
2	Microbiologia zootécnica	4	60
3	Fundamentos da Ciência do Solo	4	60
4	Embriologia Geral (pré-requisito: Biologia celular e tecidual)	3	45
5	Morfologia e Sistemática de Angiospermas	3	45
6	Fisiologia Animal I (pré-requisito: Anatomia Animal Aplicada à Zootecnia e Bioquímica animal)	4	60
7	Apicultura e Meliponicultura (pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia)	2	30
Total		24	360
4º Período		Créditos	CH
1	Fertilidade do Solo	4	60
2	Fisiologia Vegetal	4	60
3	Fisiologia Animal II (pré-requisito: Fisiologia animal I)	6	90
4	Estatística Básica (pré-requisito: Cálculo I)	4	60
5	Elementos de Topografia	3	45
6	Bioclimatologia Zootécnica (pré-requisito: Fisiologia II)	4	60
Total		25	375
5º Período		Créditos	CH
1	Estatística Experimental aplicada à Zootecnia (pré-requisito: Estatística básica)	3	45
2	Genética Básica e Introd. a BIOMOL	4	60
3	Bromatologia aplicada a Zootecnia (pré-requisito: Fundamentos da Química analítica e Química orgânica)	4	60
4	Forragicultura (pré-requisito: Microbiologia zootecnica e Fisiologia vegetal)	4	60
5	Ecologia Geral e Conservacionismo (pré-requisito: Microbiologia zootécnica, Fisiologia vegetal e Bioquímica animal)	4	60
6	Instalações Zootécnicas (pré-requisito: Desenho técnico e Bioclimatologia zootecnica)	3	45
7	Máquinas e Implementos de Interesse Zootécnico	3	45
Total		25	375

	6º Período	Créditos	CH
1	Pastagens (pré-requisito: Forragicultura)	4	60
2	Melhoramento Animal I (pré-requisito: Bioquímica animal, Bioclimatologia zootécnica, Genética básica e Introdução à Biomol e Estatística experimental aplicada à Zootecnia)	4	60
3	Nutrição de não ruminantes (pré-requisito: Fisiologia animal II, Bromatologia aplicada à Zootecnia)	4	60
4	Higiene e Profilaxia Animal	3	45
5	Economia e Política Agrícola	4	60
6	Sociologia Rural A	2	30
7	Empreendedorismo na Zootecnia	3	45
	Total	24	360
	7º Período	Créditos	CH
1	Melhoramento Animal II (pré-requisito: Melhoramento genético animal I)	4	60
2	Nutrição de Ruminantes (pré-requisito: Fisiologia animal II e Bromatologia aplicada à zootecnia)	4	60
3	Tecnologia de Produtos de Origem Animal (pré-requisito: Microbiologia zootécnica, Bromatologia aplicada à zootecnia e Fisiologia animal II)	4	60
4	Aquicultura Geral (pré-requisito: Nutrição de não ruminantes)	4	60
5	Cunicultura e Animais de Biotério (pré-requisito: Nutrição de não ruminantes)	4	60
6	Formulação e fabricação de rações (pré-requisito: Nutrição de não ruminantes e Nutrição de ruminantes)	3	45
7	Disciplina Optativa I	3	45
	Total	26	390
	8º Período	Créditos	CH
1	Administração e Marketing Rural	4	60
2	Extensão Rural Z (pré-requisito: Sociologia rural A)	3	45
3	Avicultura (pré-requisito: Bioclimatologia zootécnica e Nutrição de não ruminantes)	4	60
4	Equideocultura (pré-requisito: Ezoognosia, Nutrição de não ruminantes, Nutrição de ruminantes e Pastagens)	4	60
5	Suínocultura (pré-requisito: Bioclimatologia, Nutrição de não ruminantes)	4	60
6	Disciplina Optativa II	3	45
7	Disciplina Optativa III	3	45
	Total	25	375
	9º Período	Créditos	CH
1	Elaboração e avaliação de projetos zootécnicos	3	45
2	Bovinocultura de Corte e Bubalinocultura (pré-requisito: Nutrição de ruminantes e Pastagens)	5	75
3	Bovinocultura de Leite (pré-requisito: Nutrição de ruminantes e Pastagens)	4	60
4	Produção e Manejo de Caprinos e Ovinos (pré-requisito: Nutrição de ruminantes e Pastagens)	4	60
5	Disciplina Optativa IV	3	45
6	Disciplina Optativa V	3	45

7	Disciplinas Optativas VI	3	45
	Total	25	375
	10º Período	Créditos	CH
1	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - pré requisito: Cumprir com 90% da carga horária das disciplinas obrigatporias (2794 h)	22	330
2	Trabalho de Conclusão de Curso - pré requisito: cumprir com 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias (2328h)	3	45
3	Educação Física A	2	30
	Total	27	405
	Atividades Complementares	Créditos	CH
1	Diversas	20	300
	Total	20	300

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
INTRODUÇÃO A ZOOTECNIA 30H	DESENHO TÉCNICO 45H	BIOQUÍMICA ANIMAL 60H	FERTILIDADE DO SOLO 60H	ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL APLICADA À ZOOTECNIA 45H	PASTAGENS 60H	MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL II 60H	ADMINISTRAÇÃO E MARKETING RURAL 60H	ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ZOOTÉCNICO 45H	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO 330H
CÁLCULO I 60H	FÍSICA PARA CIÊNCIAS AGRÁRIAS 60H	MICROBIOLOGIA ZOOTÉCNICA 60H	FISIOLOGIA VEGETAL 60H	GENÉTICA BÁSICA E INTRODUÇÃO A BIOMOL 60H	MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL 60H	NUTRIÇÃO DE RUMINANTES 60H	EXTENSÃO RURAL 45H	BOVINOCULTURA DECORTE E BUBALINOCULTURA 75H	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I 45H
ANATOMIA ANIMAL APLICADA À ZOOTECNIA 90H	EZOOGNÓSIAS 45H	FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DO SOLO 60H	FISIOLOGIA ANIMAL II 90H	BROMATOLOGIA APLICADA A ZOOTECNIA 60H	NUTRIÇÃO DE NÃORUMINANTES 60H	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL 60H	AVICULTURA 60H	BOVINOCULTURA DE LEITE 60H	EDUCAÇÃO FÍSICA 30H
QUÍMICA GERAL 60H	BIOLOGIA CELULAR E TECIDUAL 45H	EMBRIOLOGIA AGERAL 45H	ESTATÍSTICA BÁSICA 60H	FORRAGICULTURA 60H	HIGIENE E PROFILAXIA ANIMAL 45H	AQUICULTURA AGERAL 60H	EQUIDOCULTURA 60H	PRODUÇÃO E MANEJO DE CAPRINOS E OVINOS 60H	
METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA À ZOOTECNIA 30H	FUNDAMENTOS DE QUÍMICA ANALÍTICA 60H	MORFOLOGIA E SISTEMÁTICA DE ANGIOSPERMAS 45H	ELEMENTOS DE TOPOGRAFIA 45H	ECOLOGIA GERAL E CONSERVACIONISMO 60H	ECONOMIA E POLÍTICA AGRÍCOLA 60H	CUNICULTURA E ANIMAIS DE BIOTÉRIO 60H	SUINOCULTURA 60H	OPTATIVA IV	
INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA 45H	QUÍMICA ORGÂNICA 60H	FISIOLOGIA ANIMAL I 60H	BIOTECNOLOGIA AZOOTÉCNICA 60H	INSTALAÇÕES ZOOTÉCNICAS 45H	FORMULAÇÃO E FABRICAÇÃO DE RAÇÕES 45H	SOCIOLOGIA RURAL A 30H	OPTATIVA II	OPTATIVA V	
ZOOLOGIA APLICADA A ZOOTECNIA 60H	PARASITOLOGIA 60H	APICULTURA E MELIPONICULTURA 30H		MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DE INTERESSE ZOOTÉCNICO 45H	EMPREENDEDORISMO NA ZOOTECNIA 45H	OPTATIVA I	OPTATIVA III	OPTATIVA VI	
CHT OBG: 375	CHT OBG: 375	CHT OBG: 360	CHT OBG: 375	CHT OBG: 375	CHT OBG: 375	CHT OBG: 330	CHT OBG: 285	CHT OBG: 240	

QUADRO GERAL DE CARGAS-HORÁRIAS

TOTAL EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	3.090H
TOTAL EM DISCIPLINAS OPTATIVAS	270H
EDUCAÇÃO FÍSICA	30H
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	300H
ESTAGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	330H
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	45H
TOTAL	4065H

Perfil: ZTCN01-1
 Código INEP: 91738
 Descrição: PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO ZOOTECNIA UFAPE
 Início da Validade: 2013.1.
 Atualizado em 2019 (PROCESSO N. 013610/2019-24-REGIME FLEXÍVEL DE CARGA HORÁRIA)

b. Disciplinas optativas

As disciplinas optativas serão divididas em disciplinas Específicas e Complementares, e independentemente de sua classificação, o número mínimo de alunos matriculados para que sejam oferecidas não poderá ser inferior a cinco estudantes por turma, salvo em casos excepcionais, a juízo do Colegiado de Coordenação Didática do curso (CCD) desde que a medida não implique na alocação de novos recursos (Art. 22 § 5º da resolução 313/2003 do CEPE). O número máximo de alunos fica limitado a 50 (cinquenta) estudantes por turma. Quando o número de alunos que desejarem se matricular em uma disciplina optativa for superior ao máximo estipulado, serão adotados os seguintes critérios para ordenamento dos alunos: (i) possuir os pré-requisitos para a disciplina escolhida, (ii) ordenamento dos alunos pelo coeficiente médio de rendimento em ordem decrescente, (iii) alunos que estiverem mais próximos de concluir o curso, (iv) a nota média obtida nas disciplinas que são pré-requisitos para a disciplina escolhida.

Os discentes do curso de graduação em Zootecnia deverão cumprir uma carga mínima de 270h (18 créditos) em disciplinas optativas para integralização do curso. Caso seja cursada uma carga horária superior ao mínimo exigido em disciplinas optativas, as horas excedentes poderão ser aceitas como atividades acadêmicas complementares. Neste caso, as horas excedentes serão classificadas como Tópicos Especiais I e II e Práticas Integradas I e II, desde que se enquadrem na descrição destas (Art. 24 e 25 da Res. 313/2003) e totalizem a carga horária necessária para tal.

A qualquer momento poderão ser acrescentadas mais disciplinas optativas ao PPC do curso de Zootecnia da UFAPE, desde que aprovado pelo CCD e pelo CONSEPE/UFAPE. Para isso, o docente responsável deverá encaminhar ao CCD: (i) a ementa da disciplina no padrão UFAPE; (ii) a partir de qual semestre os alunos poderão cursar a disciplina; (iii) número de vagas ofertadas; (iv) a existência de pré-requisito, se houver e (v) se a disciplina será ofertada anualmente (caso seja anual em que semestre será ofertada, 1º ou 2º) ou semestralmente.

Uma vez aprovadas pelo CONSEPE da UFAPE, os professores das disciplinas deverão informar a disponibilidade de oferecimento das disciplinas com antecedência mínima de 60 dias do encerramento do semestre imediatamente anterior ao que será ofertada a disciplina para programação dos horários e demais exigências. Aquelas disciplinas que por três vezes consecutivas não completarem o número mínimo de matriculados serão temporariamente suspensas, até posterior avaliação pelo CCD. As disciplinas eletivas não poderão ser computadas para a integralização da carga horária das disciplinas optativas.

Todas as disciplinas optativas a serem ofertadas para o curso de Zootecnia da UFAPE deverão possuir, preferencialmente, carga horária de 45 horas. Não obstante, podem ser oferecidas disciplinas optativas com carga horária superior a 45 horas. Neste caso, os docentes responsáveis deverão ofertar a disciplina em turnos alternados (manhã ou tarde) a cada semestre que a disciplina for oferecida, ou seja, a disciplina ofertada no

período da manhã, no próximo semestre que for ofertada deverá ser ofertada no período da tarde. Entretanto, exceção será feita àquela disciplina cujo docente responsável justifique a impossibilidade de ofertar a disciplina em um turno específico, devido a necessidade intrínseca da disciplina (e.g. disponibilidade de laboratório, necessidade de aulas práticas, etc.). Neste caso, o docente da disciplina deverá encaminhar documento ao CCD para análise, explicando as especificidades da disciplina. O CCD, considerando procedentes as justificativas apresentadas, emitirá decisão homologando a condição de oferecimento em turno único para àquela disciplina, até que as condições para oferta em turnos múltiplos sejam estabelecidas.

As disciplinas cursadas anteriormente pelo aluno reoptante, transferido ou reintegrado que não sejam aproveitadas como Disciplinas Obrigatórias para integralização curricular na nova matriz, poderão ser aproveitadas como Disciplinas complementares optativas e eletivas (Art. 22, §4º da resolução 313/2003 do CEPE), desde que atendam o disposto na Resolução 442/2006 do CEPE que “*Dispõe sobre dispensa de disciplinas já cursadas pelos alunos matriculados nos diferentes cursos de graduação das Unidades Acadêmicas da UFRPE*”.

Tabela 1 - Relação de disciplinas optativas para o curso de Bacharelado em Zootecnia da UFAPE

	Disciplinas Optativas	Créditos	CH
1	Alimentação, nutrição e manejo de animais selvagens em cativeiro (pré-requisito: nutrição de ruminantes e nutrição de não ruminantes)	3	45
2	Antropologia aplicada as ciências agrárias	3	45
3	Assocativismo, cooperativismo e economia solidária	4	60
4	Avaliação e tipificação de carcaça	3	45
5	Cana, Milho e Sorgo (pré-requisito: Fertilidade do solo e Fisiologia vegetal)	3	45
6	Carcinocultura (pré-requisito: Aquicultura geral)	3	45
7	Comportamento Equino e Princípios Básicos da Doma Racional	3	45
8	Distúrbios Metabólicos em Ruminantes (pré-requisito: Bioquímica animal e Formulação e fabricação de rações)	3	45
9	Exposições, Parques Leilões de Animais e Legislação (pré-requisito: Ezoognosia, Pastagens, Instalações zootécnicas, Máquinas e implementos de interesse zootécnico, Bioclimatologia zootecnica)	3	45
10	Fisiologia do estresse (pré-requisito: Anatomia animal aplicada à zootecnia, Fisiologia animal II, Embriologia geral)	3	45
11	Formulação de rações para não-ruminantes (pré-requisito: Formulação e fabricação de rações)	3	45
12	Formulação de rações para ruminantes (pré-requisito: Formulação e fabricação de rações)	3	45
13	Gestão de qualidade na agropecuária (pré-requisito: Economia e política agrícola)	3	45
14	Gestão de tecnologia e inovação (pré-requisito: Economia e política agrícola)	3	45
15	Incubação artificial de ovos de aves domésticas	3	45
16	Interações simbióticas microorganismos: planta	4	60
17	Língua Brasileira de Sinais - Libras	3	45

18	Manejo de plantas forrageiras no semiárido (pré-requisito: Forragicultura)	3	45
19	Meliponicultura	3	45
20	Metabolismo de animais em lactação (pré-requisito: Bioquímica animal, Fisiologia animal II e Nutrição de ruminantes)	3	45
21	Nutrição de animais carnívoros (pré-requisito: Fisiologia animal II, Bioquímica animal e Bromatologia aplicada à zootecnia)	3	45
22	Nutrição de Organismos Aquáticos (pré-requisito: Aquicultura geral e Nutrição de não ruminantes)	3	45
23	Nutrição Mineral de Plantas (pré-requisito: Fisiologia vegetal)	4	60
24	Piscicultura (pré-requisito: Aquicultura geral)	3	45
25	Piscicultura Ornamental (pré-requisito: zoologia aplicada à zootecnia, Fisiologia animal II e Nutrição de não ruminantes)	3	45
26	Produção de animais da fauna silvestre e exótica (pré-requisito: Nutrição de ruminantes, Nutrição de não ruminantes e Instalações zootécnicas)	3	45
27	Produção de rãs (pré-requisito: Zoologia aplicada à zootecnia, Fisiologia animal II e Nutrição de não ruminantes)	3	45
28	Técnicas e alternativas para conservação de foragens (pré-requisito: Forragicultura)	3	45
29	Tecnologia de produtos apícolas (pré-requisito: Apicultura e meliponicultura)	3	45
30	Zootecnia de Precisão	3	45

c. Resumo da estrutura curricular

Fica assim distribuída a carga horária do curso de Bacharelado em Zootecnia da UAG em seus diferentes componentes curriculares:

Componente	Carga Horária	%
Disciplinas obrigatórias	3.090	76,01
Disciplinas optativas	270	6,64
Educação Física	30	0,74
Atividades complementares	300	7,38
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	330	8,12
Trabalho de Conclusão de Curso	45	1,11
Total	4050	100,00

d. Equivalência de disciplinas

Disciplinas da nova grade curricular					Disciplinas da grade curricular antiga	
Sem.		CH	Código	Sem.		CH
1º	Introdução à Zootecnia	30	ZOOT3001	1º	Introdução à Zootecnia	60
1º	Cálculo 1	60	MATM3001	1º	Matemática I	75
1º	Anatomia aplicada à Zootecnia	90	MORF3001	1º	Anatomia dos Animais Domésticos I	60
			MORF3002	2º	Anatomia dos animais domésticos para Zootecnia	45
1º	Química Geral	60	QUIM3001	1º	Introdução a análise química	60
1º	Metodologia científica aplicada à Zootecnia	30	-	-	Não possui equivalência	-
1º	Introdução à Informática	45	CCMP3002	7º	Introdução à computação	60
1º	Zoologia aplicada à Zootecnia	60	ZOOL3001	1º	Zoologia Geral	60
2º	Desenho técnico	45	DPRJ3002	3º	Desenho técnico aplicado	90
2º	Física geral	60	FISC3001	2º	Física Geral I	75
			FISC3003	3º	Física Geral II	60
2º	Ezoognósia	45	-	-	Não possui equivalência	-
2º	Biologia celular e tecidual	45	MORF3007	3º	Citologia, histologia e embriologia geral	60
2º	Parasitologia	60	PARS3005	4º	Parasitologia	60
2º	Fundamentos de química analítica	60	QUIM3007	2º	Análise química	60
2º	Química orgânica	60	QUIM3002	1º	Química biológica I	60
3º	Bioquímica animal	60	BIOQ3001	2º	Bioquímica III	75
3º	Microbiologia zootécnica	60	MICR3003	4º	Microbiologia	60
3º	Fundamentos da ciência do solo	60	GEOC3001	3º	Geologia aplicada a pedologia	60
			AGRO3006	4º	Fundamentos da ciência do solo	60
3º	Embriologia Geral	30	-	-	Não possui equivalente	-

3º	Morfologia e sistemática de angiospermas	45	BOTN3004	5º	Botânica geral	75
3º	Fisiologia animal I	60	FISL3005	3º	Fisiologia dos animais domésticos I	60
3º	Apicultura	45	ZOOT3021	8º	Apicultura e sericicultura	75
4º	Fertilidade do solo	60	AGRO3007	5º	Fundamentos da Fertilidade do Solo	45
4º	Fisiologia Vegetal	60	BOTN3004	5º	Botânica geral	75
4º	Fisiologia Animal II	90	FISL3006	4º	Fisiologia dos animais domésticos II	45
			FISL3007	7º	Fisiologia da Reprodução e Fund. de Inseminação Artificial	60
4º	Estatística Básica	60	PRBE3004	3º	Estatística Básica	60
4º	Elementos de Topografia	45	AGRI3005	5º	Topografia A	60
4º	Bioclimatologia Zootécnica	60	ZOOT3013	6º	Bioclimatologia Animal	60
5º	Estatística experimental aplicada à Zootecnia	45	ZOOT3032	10º	Técnicas de experimentos com pastagens e animais	45
5º	Genética Básica e Introdução a BIOMOL	60	GENT3001	4º	Genética Básica e Biotecnologia	75
5º	Alimentos e alimentação	60	ALIM3004	6º	Alimentos e alimentação	60
5º	Forragicultura	60	ZOOT3014	6º	Plantas forrageiras e pastagens I S	60
5º	Ecologia geral e conservacionismo	60	ECOL3003	6º	Ecologia geral e conservacionismo	60
5º	Instalações Zootécnicas	45	-	-	Não possui equivalente	-
5º	Máq. e implementos de interesse zootécnico	45	-	-	Não possui equivalente	-
6º	Pastagens	60	ZOOT3016	7º	Plantas Forrageiras e Pastagens II S	60
6º	Melhoramento animal I	60	ZOOT3008	5º	Melhoramento genético animal I	60
6º	Nutrição de não ruminantes	60	ZOOT3015	7º	Nutrição de não ruminantes	60
6º	Higiene e profilaxia animal	45	ZOOT3012	6º	Higiene animal	60
6º	Economia e Política Agrícola	60	RURL3003	7º	Economia rural	60
6º	Sociologia rural	30	SOCL3001	7º	Sociologia rural	60

6º	Empreendedorismo na Zootecnia	45			Não possui equivalente	-
7º	Melhoramento animal II	60	ZOOT3028	10º	Melhoramento Genético Animal II	60
7º	Nutrição de ruminantes	60	ZOOT3017	8º	Nutrição de ruminantes	60
7º	Tecnologia de produtos de origem animal	60	-	-	Não possui equivalente	-
7º	Aquicultura Geral	60	ZOOT3029	10º	Fundamentos de aquicultura	60
7º	Cunicultura e animais de biotério	60	ZOOT3022	9º	Cunicultura e animais de biotério	60
7º	Formulação e fabricação de rações	45	-	-	Não possui equivalente	-
8º	Administração e marketing rural	60	RURL3001	8º	Administração e planejamento rural	60
8º	Extensão rural	45	AGRO3001	10º	Extensão rural	75
8º	Avicultura	60	ZOOT3018	8º	Avicultura I	60
8º	Equideocultura	60	ZOOT3019	8º	Equideocultura	60
8º	Suinocultura	60	ZOOT3020	8º	Suinocultura	60
9º	Elaboração e avaliação de proj. zootécnicos	45	ZOOT3030	10º	Planejamento zootécnico	60
9º	Bovinocultura de corte e bubalinocultura	75	ZOOT3026	9º	Bubalinocultura	30
9º			ZOOT3023	9	Bovinocultura de corte	60
9º	Bovinocultura de leite	60	ZOOT3024	9º	Bovinocultura de leite	60
9º	Caprinocultura e ovinocultura	60	ZOOT3025	9º	Caprinocultura e ovinocultura	60
10º	Trabalho de conclusão de curso	45	-	-	Não possui equivalente	-
10º	Estágio Supervisionado Obrigatório	330		-	Estágio Supervisionado Obrigatório	60
OPT	Alimentação, nutrição e manejo de animais selvagens em cativeiro	60	UAG00061	-	Não possui equivalente	-
OPT	Antropologia aplicada às ciências agrárias	45	ANTR3001	5º	Antropologia aplicada às ciências agrárias	45
OPT	Associtativismo, cooperativismo e economia solidária	45	ADMT3014	-	Não possui equivalente	-

OPT	Avaliação e tipificação de carcaça	45	ZOOT3056	-	Não possui equivalente	-
OPT	Cana, milho e sorgo	45	ZOOT3057	-	Não possui equivalente	-
OPT	Carcinocultura	45	UAG00035	-	Não possui equivalente	-
OPT	Comportamento equino e princípios básicos da doma racional	45	UAG00036	-	Não possui equivalente	-
OPT	Distúrbios Metabólicos em Ruminantes	60	UAG00037	-	Não possui equivalente	-
OPT	Exposições, Parques Leilões de Animais e Legislação	45	ZOOT3027	9º	Exposições, parques e legislação	60
OPT	Fisiologia do estresse animal	45	UAG 00006		Não possui equivalente	
OPT	Formulação de rações para não-ruminantes	60	UAG00058		Não possui equivalente	
OPT	Formulação de rações para ruminantes	45			Não possui equivalente	
OPT	Gestão de Qualidade na Agropecuária	45	UAG00032		Não possui equivalente	
OPT	Gestão de tecnologia e inovação	45	UAG00049		Não possui equivalente	
OPT	Incubação artificial de ovos de aves domésticas	45	UAG00057		Não possui equivalente	
OPT	Interações simbióticas microorganismos/planta	60	AGRO3042		Não possui equivalente	
OPT	Introdução ao marketing de serviços	45	UAG00055		Não possui equivalente	
OPT	Língua Brasileira de Sinais - Libras	45	EDUC3090		Não possui equivalente	
OPT	Manejo de plantas forrageiras no semiárido	45	UAG00078		Não possui equivalente	
OPT	Meliponicultura	45	UAG00060		Não possui equivalente	
OPT	Metabolismo de animais em lactação	45	UAG00033		Não possui equivalente	
OPT	Nutrição de animais carnívoros	30	ZOOT3035		Não possui equivalente	

OPT	Nutrição de Organismos Aquáticos	45	PESC0000		Não possui equivalente	
OPT	Nutrição Mineral de Plantas	45	QUIM3017		Não possui equivalente	
OPT	Piscicultura	45	UAG00038		Não possui equivalente	
OPT	Piscicultura Ornamental	60	UAG00039		Não possui equivalente	
OPT	Produção de animais da fauna silvestre e exótica	45	UAG00034	10º	Animais silvestres	30
OPT	Produção de rãs	45	UAG00040		Não possui equivalente	
OPT	Técnicas e alternativas para conservação de foragens	45	UAG00054		Não possui equivalente	
OPT	Tecnologia de produtos apícolas	45	UAG00059		Não possui equivalente	
OPT	Zootecnia de Precisão	45	UAG00041		Não possui equivalente	

11 - Ementário das disciplinas

a. Disciplinas obrigatórias

1º período				
Unidade curricular: Introdução à Zootecnia				Código: ZOOT3001
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 30			Créditos: 02
	Teórica 10	Prática 20	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Origem da Zootecnia como ciência. O exercício profissional da Zootecnia. Conceitos fundamentais das atividades zootécnicas. Situação atual e perspectivas das principais áreas de atuação do Zootecnista.				
Bibliografia básica: DOMINGUES, O. Introdução à Zootecnia, 3 ed. Rio de Janeiro: SIA, 1968. 392 p. DOMINGUES, O. Elementos de zootecnia tropical: definição, domesticação, raça e tipo, reação aos trópicos, aclimação, regiões pastoris e regimes de criação. Nobel: São Paulo, 1971. 140p. FERREIRA, W.M.; BARBOSA, S.B.P.; CARRER, C.R.O. et al. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de histórias e reflexões. Revista Acadêmica, Curitiba, v.4, n.3, p.77-93, 2006.				
Bibliografia complementar: TORRES, G.C.V. Bases para o estudo da Zootecnia. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1990. 464p				

Unidade curricular: Cálculo I			Código: MATM3001 OU MATM3002 OU MATM3033	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Funções de uma variável real. Gráficos. Limites. Continuidade. Derivadas. Introdução á integração. Integração Indefinida. Métodos de Integração. Integral Definida. Interpretação Geométrica. Equações Diferenciais de Primeira Ordem.				
Bibliografia básica: ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. São Paulo : Bookman, 2000, v.1. BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. São Paulo : Makron Books, 1999, v.1. COURANT, R. Cálculo diferencial e integral. Rio de Janeiro : Globo,1965.				
Bibliografia complementar: FERREIRA, R. S. Matemática Aplicada às Ciências Agrárias – análise de dados e modelos. Viçosa : UFV, 1999. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Rio de Janeiro : LTC, 4º edição 2000, v.1 e 2. HOFFMANN, L.D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: Um Curso Moderno e Suas Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 7ed. 2002. IESDE Brasil S/A Matemática. Curitiba:IESDE,2005. HOWARD, A. Cálculo um novo Horizonte v.1. Rio de Janeiro: Bookman, 6ed., 2000. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Makron Books, 1994, v. 1 e 2. MARSDEN, J. & WEINSTEIN, A. Calculus. New York: Springer-Verlag, 1980. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo: Makron Books, 1991, v. 1. HOMAS, G. B. Cálculo. São Paulo: Addison Wesley, 2003.				

Unidade curricular: Anatomia Animal aplicada à Zootecnia			Código: MORF3001 - MORF3002		
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos		
Tipo:	Carga horária total: 90			Créditos: 06	
	Teórica 45	Prática 45	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Não se aplica					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Estudo anatômico descritivo em seus aspectos gerais para o conhecimento dos sistemas e dos órgãos.					
Bibliografia básica: DYCE, K.M.; SACK, W.O.; WENSING, C.J.G. Tratado de anatomia veterinária. 4 ed. São Paulo: Elsevier, 2010. FRANDSON, R.D; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. Konig, H.E.; Liebich, H.G. Anatomia dos Animais Domésticos – Texto e atlas colorido. Porto Alegre: Artmed, 2002.					
Bibliografia complementar: SISSON, S.; GROSSMAN, J.A. Getty: Anatomia dos animais domésticos. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. ASHDOWN, R.R.; DONE, S.H. Atlas colorido de anatomia veterinária – o cavalo. São Paulo: Manole, 1989. ASHDOWN, R.R.; DONE, S.H. Atlas colorido de anatomia veterinária – os ruminantes. São Paulo: Manole, 1987. CLAYTON, H.M.; FLOOD, P.F. Atlas colorido de anatomia aplicada dos grandes animais. 2 ed. São Paulo: Manole, 1997.ica;					

Unidade curricular: Química Geral			Código: QUIM3001	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Classificação da matéria, conceito de massa molar, natureza elétrica da matéria, ligação química, soluções, reações químicas. Teoria de ácido e base, equilíbrio químico, conceito de pH e pOH, hidrólise, equilíbrio de solubilidade, complexação e oxi-redução.				
Bibliografia básica: ALEXÉEV, V. Análise Quantitativa. 3. ed. Porto: Lopes da Silva, 1983. ATKINS, P. W., JONES, L. Princípios de Química. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. BRADY, J. E., HUMISTON, G. E. Química Geral. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.				
Bibliografia complementar: KOTZ, J. C., TREICHEL JR. Química e reações químicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002. v.2. MAHAN, B. C., MYERS R. J. Química um curso universitário. 4. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1998. MASTERTON, W. L., SLOWINSKI, E. J., STANITSKI, C. L. Princípios de Química. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1990. RUSSEL, J. B. Química Geral. 2. ed. São Paulo: Editora Makron Books, 1994. VOGEL, A. I. Química Analítica Qualitativa. 5. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981.				

Unidade curricular: Introdução à Informática			Código: CCMP3002	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 45	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Software e Hardware. Sistemas Operacionais. Editores de Texto. Software de Apresentação. Planilhas Eletrônicas. Redes.				
Bibliografia básica: CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004. VELLOSO, F.C. Informática Conceitos Básicos. Elsevier, 2004. MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo :Erica, 2005.				
Bibliografia complementar: MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007. São Paulo :Erica, 2010. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2007. São Paulo:Erica, 2010 MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007. São Paulo :Erica, 2010 MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007 Avançado. São Paulo :Erica, 2010				

Unidade curricular: Zoologia aplicada à Zootecnia			Código: ZOOL3001	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 03
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo Morfologia, fisiologia, sistemática e ecologia dos protozoários e animais dos ramos de interesse imediato para a Zootecnia, contribuindo para a formação do zootecnista nos conhecimentos da Zoologia.				
Bibliografia básica: HICKMAN JR, C. P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 2004. 846p. MARGULIS, L.; SCHWARTZ, K. V. 2001. Cinco Reinos: Um guia ilustrado dos Filos da vida na Terra. 3ª ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 497p. ORR, R. T. 1986. Biologia dos vertebrados. 5ª ed. São Paulo. Roca. 508p.				
Bibliografia complementar: RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. 2005. Zoologia dos Invertebrados: Uma abordagem funcional-evolutiva 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora ROCA. 1.145p. STORER, T. I.; USINGER, R. L.; STERBINS, R. C.; NYBAKKEN, J.W. 1984. Zoologia geral 6ª ed. São Paulo. Companhia editora nacional. 816p. HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados. São Paulo. Ed. Atheneu. São Paulo. 700p. PAPAVERO, N. 1994. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. 2ª ed. São Paulo. Ed. UNESP. 285p. POUGH, F. H.; HEISER, J. B.; JANIS, C. M. 2003. A vida dos vertebrados. 3ª ed. São Paulo. Ed. Atheneu. 699p. VILLEE, C. A.; WALKER, W.F.; BARNERS, R. D. 1988. Zoologia geral. 6ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 683p.				

Unidade curricular: Metodologia Científica aplicada à Zootecnia				Código: CIEN3006
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 30			Créditos: 02
	Teórica 30	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Fundamentos da pesquisa científica. Especificidades da experimentação com animais. Técnicas e normas de redação científica. Técnicas para apresentação oral. Elaboração de projetos de pesquisa.				
Bibliografia básica: Abrahamsohn, P. 2004. Redação científica. Editora Guanabara-Koogan: Rio de Janeiro. 284 p. Broom, D.M.; Molento, C.F.M. 2004. Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas – revisão. Archives of Veterinary Science v. 9, n. 2, p. 1-11. Brasil. Lei que Estabelece Normas para a Prática Didático-Científica daVisissecção de Animais e Determina Outras Providências. Lei 6.638, de 08 demaio de 1979.				
Bibliografia complementar: Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de maio de 1978. Medeiros, J.B. 2009. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. Editora Atlas: São Paulo. 324 p. Molento, C.F.M. 2005. Bem-estar e produção animal: aspectos econômicos – revisão. Archives of Veterinary Science v. 10, n. 1, p. 1-11. Volpato, G.L. 2010. Pérolas da redação científica. Cultura Acadêmica: São Paulo. 189 p. Volpato, G.L. 2011. Método lógico para redação científica. Best Writing: São Paulo. 320 p. Volpato, G.L. 2007. Ciência da Filosofia a publicação. Cultura Acadêmica: São Paulo. 245 p. Volpato, G.L. 2007. Bases teóricas da redação científica. Cultura Acadêmica: São Paulo. 125 p.				

2º período

Unidade curricular: Biologia Celular e Tecidual			Código: MORF3007	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução à Biologia Celular e Tecidual (Histologia Geral). Estrutura geral das células animal e vegetal. Métodos de estudos da célula. Estrutura da membrana plasmática e núcleo interfásico. Bases moleculares das funções celulares. Os tecidos fundamentais: tecidos epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso. O sangue e a hemocitopoiese.				
Bibliografia básica: De ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. De Robertis Bases da Biologia Celular e Molecular. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. EURELL, J. A.; FRAPPIER, B. L. (ed.). Dellmann´s Textbook of Veterinary Histology. 6th ed. United States of America: Blackwell Publishing, 2006. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.				
Bibliografia complementar: JUNQUEIRA, L. C. U. Biologia Estrutural dos Tecidos: Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. LODISH, H.; BERK, A.; MATSUDARA, P. e outros. Biologia Celular e Molecular. 5ª ed. São Paulo: Artmed, 2005.				

Unidade curricular: Física para ciências agrárias			Código: FISC3001 e FISC3003	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Cálculo I				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: A disciplina pretende abordar os seguintes tópicos: cinemática, dinâmica, estática, mecânica dos fluídos, termodinâmica e princípios da ótica geométrica.				
Bibliografia básica: HALLIDAY, David; RESNICK, Robert & WALKER, Jearl. Fundamentos de Física. Volumes 1,2,3 e 4. Rio de Janeiro, LTC, 2009.				
Bibliografia complementar: TIPLER, Paul A. & MOSCA, Gene. Física: para Cientistas e Engenheiros, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro, LTC, 2006.				

Unidade curricular: Ezoognósia			Código: ZOOT3039	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 35	Prática 10	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Anatomia aplicada à zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: A ezoognósia tem como objetivo familiarizar os alunos com as diferentes raças de animais e sua aptidão para produção animal. O aluno estudará as características fenotípicas dos animais de interesse zootécnico, correlacionando estas características com fatores que interferem na produtividade das espécies, de acordo com suas aptidões. Métodos e critérios de julgamento das diferentes espécies, com o objetivo de indicar os melhores animais morfologicamente, de acordo com as características descritas anteriormente.				
Bibliografia básica: RESENDE, A. C, COSTA M. D., Pelagem dos Eqüinos - Nomenclatura e genética. FEP-MVZ Editora, Belo Horizonte, 2001, 106p RINALDO S. A Geometria do Zebu, , Ed. O Berro, Uberaba-MG TORRES A.P. & JARDIM W. R. Manual de Zootecnia, Ed Ceres, São Paulo, 1975				
Bibliografia complementar: MANOEL XAVIER DE CAMARGO E ARMANDO CHIEFFI, Ezoognósia, nstituto de Zootecnia, SP. 1971, 320p.				

Unidade curricular: Desenho técnico			Código: DPRJ3002	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 25	Prática 20	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Normas e convenções. Escalas. Contagem. Noções de geometria descritiva. Vistas ortogonais. Perspectivas axonométricas. Cortes e secções. Desenho arquitetônico. Noção de uso de computadores para elaboração de desenhos.				
Bibliografia básica: MICELI, Maria Teresa. Desenho Técnico Básico . Editora Imperial, 3ª Ed. Ano 2004. RIBEIRO, Arlindo Silva; Dias, Carlos Tavares. Desenho Técnico Moderno . Editora LTC, 2006. SPECK, Henderson José. Manual Básico de desenho técnico . Editora da UFSC, 4ª Ed, 2007.				
Bibliografia complementar: MACHADO, A., Geometria Descritiva . Editora Mc Graw Hill. São Paulo. PRINCIPE JUNIOR, A. R, Introdução À Geometria Descritiva . Editora Nobel . São Paulo (1998). SATHLER, N. S. Notas de Aula de Desenho . 2ª ed. Mossoró: ENA/ESAM, Boletim Técnico Científico, 1999. SILVA, A. S. Desenho Técnico . São Paulo: Pearson, 2014.				

Unidade curricular: Fundamentos da química analítica			Código: QUIM3005	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Química geral				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Segurança em laboratórios de química, equipamentos, materiais e vidrarias de uso geral em laboratórios de química. Propriedades físico-químicas das soluções e reagentes. Reações e equações químicas. Estequiometria. Soluções unidades de concentração, preparação e diluição teorias ácido base. Equilíbrio iônico em meio aquoso. Solução tampão. Separação e identificação de substâncias. Expressão de resultados experimentais. Erros e tratamento estatístico dos resultados experimentais. Métodos clássicos de análise química gravimétrica e volumétrica.				
Bibliografia básica: ALEXEEV, V. Análise Quantitativa. 3. ed. Porto: Lopes da Silva, 1983. ATKINS, P. W., JONES, L. Princípios de Química. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. BRADY, J. E., HUMISTON, G. E. Química Geral. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.				
Bibliografia complementar: KOTZ, J. C., TREICHEL JR. Química e reações químicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002. v.2.				

Unidade curricular: Química orgânica			Código: QUIM3010	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Química geral				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estrutura e ligação. Nomenclatura de compostos orgânicos. Forças intermoleculares. Reações orgânicas e seus mecanismos. Estereoquímica. Reações de substituição nucleofílica e eliminação. Reações de adição.				
Bibliografia básica: MCMURRY, John. Química Orgânica. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Leraning, Vols. 1 e 2, 2005. SOLOMONS, T.W.G; FRYHLE, Graig. Química Orgânica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, Vols. 1 e 2, 2012. MORRISON, R.; BOYD, R. Química Orgânica. São Paulo: Editora Calouste Gulbenkian, 2008.				
Bibliografia complementar: BRESLOW, R. Questões e Exercícios de Química Orgânica. São Paulo: Makrons Books Editora, 1996. BRUICE, P. Y. Química Orgânica, vol 1 e 2, São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2006. HENDRIKSON, James B.; CRAM, Donald J. Mecanismos de Reações Orgânicas. São Paulo: Livraria Editora, 1966. CAMPOS, M. M.. Química Orgânica. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2006. DURST, H. D. Fundamentos de Química Orgânica. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1997.				

Unidade curricular: Parasitologia			Código: PARS3005	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 50	Prática 10	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Zoologia aplicada a Zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução à parasitologia enfatizando conceitos e posição taxonômica dos parasitos, bem como, as relações entre parasito-hospedeiro. Morfologia, ciclo biológico e importância de protozoários, platelmintos, nematódeos e artrópodes de interesse zootécnico, visando o controle do parasitismo para evitar perdas econômicas.				
Bibliografia básica: BOWMAN, D.D.; LYNN, R.C.; EBERHARD, M.L.; ALCARAZ, A. Parasitologia veterinária de Georgis. 8ª ed., Editora Manole, São Paulo, 2006. 422p. FOREYT, W.J. Parasitologia veterinária: Manual de referência. 5ª ed., Editora Roca, São Paulo, 2005. 240p. FORTES, E. Parasitologia veterinária. 4ª ed., Editora Ícone, São Paulo, 2004. 607 p.				
Bibliografia complementar: GUIMARÃES, J.H.; TUCCI, E.C.; BARROS-BATTESTI, D.M. Ectoparasitos de importância veterinária. Editora Plêiade/FAPESP, São Paulo, 2001. 218p. URQUHART, G.M.; ARMOUR, J., DUNCAN, J.L., DUNN, A.M., JENNINGS, F.W. Parasitologia veterinária. 3ª ed., Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2009. 273 p. MARCONDES, C.B. Entomologia médica e veterinária. Editora Atheneu, Rio de Janeiro, 2001. 432p. NEVES, D.P. Parasitologia dinâmica. 3ª ed., Editora Atheneu, Rio de Janeiro, 2009. 180 p. OLSEN, O. W. Animal Parasites: Their life cycles and ecology. 3ª ed., Courier Dover Publications, New York, 1986. 562p. REY, L. Parasitologia. 4ª ed., Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008. 731 p. SCHMIDT, G.D.; ROBERTS, S.L. Foundations of parasitology. 5th ed., McGraw-Hill Companies, Inc. 1996. 659 p.				
Periódicos: Revista Clínica Veterinária – http://www.editoraguara.com.br/cv/atual.htm Memórias do Instituto Oswaldo Cruz – http://www.memorias.ioc.fiocruz.br Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária - http://www.rbpv.ufrj.br Veterinary Parasitology - http://www.elsevier.com/locate/vetpar				

3º período

Unidade curricular: Microbiologia Zootécnica			Código: MICR3003	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceitos básicos em Microbiologia; classificação dos micro-organismos; características gerais de bactérias, fungos e vírus; príons; fisiologia e cultivo de micro-organismos; controle de micro-organismos; introdução a microbiologia do solo e ar; introdução a microbiologia de alimentos; microbiota do trato digestório de herbívoros domésticos.				
Bibliografia básica: MADIGAN, M.T.; MARTINKO, M.T.; DUNLAP, P.V.; CLARK, D.P.. Microbiologia de Brock. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1160p PELCZAR, M.J.; CHAN, E.C.S.; KRIEG, N.R. (Eds.). Microbiologia - Conceitos e aplicações. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1997. TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASA, C.L. Microbiologia. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 894 pp.				
Bibliografia complementar: TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. (Eds.) Microbiologia, 5 ed. São Paulo: Atheneu, 2005. 718 pp.				

Unidade curricular: Bioquímica Animal			Código: BIOQ3001	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Química orgânica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Constituintes químicos das células: carboidratos, lipídeos, proteína e ácidos nucleicos. Enzimas. Coenzimas e vitaminas. Bioenergética e oxidações biológicas. Bioquímica da digestão. Metabolismo dos carboidratos, lipídeos e proteínas. Bioquímica da ruminação. Bioquímica da síntese dos componentes do leite				
Bibliografia básica: BERG, J.M.; TYMOCZKO, D.L.; STRYER, L. Bioquímica. 5ª ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2004. 1059p. CAMPBELL, M.K.; FARRELL, S.O. Bioquímica. 5ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 692p. CHAMPE, P.C.; HARVEY, R.A.; FERRIER, D.R. Bioquímica ilustrada. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 544.				
Bibliografia complementar: GERHARD, M. Biochemical pathways: an atlas of biochemistry and molecular biology. 1ª ed. New York: Wiley, 1998, 288. CORREIA, A A. Bioquímica animal. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian MURRAY, R.K.; GRANNER, D.K.; MAYES, P.A.; RODWELL, V.W. Harper: Química fisiológica. 26ª ed. São Paulo: Atheneu Editora São Paulo S.A, 2006. 692p. NELSON, D.L.; COX, M.M. Lehninger:Princípios de bioquímica.4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006. 1202p. PRATT, C.W.; CORNELY, K. Bioquímica essencial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716p. STENESH, J. Dictionary of biochemistry and molecular biology. 3ª ed. New York: Wiley, 2004, 485. STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p. VOET, D.; VOET, J.G. Bioquímica. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 1616p. Periódicos do portal “Periódicos CAPES”.				

Unidade curricular: Fundamentos da Ciência do Solo			Código: GEOC3001 e AGRO3006	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Física para ciências agrárias.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Noções de mineralogia. Rochas ígneas, metamórficas e sedimentares. Intemperismo. Perfil: horizontes e camadas. Fatores e processos pedogenéticos. Características morfológicas, físicas e mineralógicas dos solos.				
Bibliografia básica: BRADY, N.C. Natureza e Propriedades dos Solos. 7 Ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 1989. 878p. REICHARDT, K.; TIMM, L.C. Solo, planta e atmosfera: Conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B.; CORRÊA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 5. Ed. Viçosa: Editora UFLA. 2007. 322p.				
Bibliografia complementar: KIEHL, E.J. Manual de Edafologia: Relação Solo-Planta. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres. 1979. 264p. SANTOS, R.D.; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.; KER, J.C.; ANJOS, L.H.C. Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo. 5. Ed. Viçosa: SBCS. 2005. 92p. TEXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2001. 568p. Artigos da Revista Brasileira de Ciência do Solo Artigos da Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira Artigos da Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental				

Unidade curricular: Morfologia e sistemática de Angiospermas			Código: BOTN3004	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Célula vegetal. Morfologia interna. Morfologia externa. Princípios de sistemática e taxonomia vegetal. Morfologia e sistemática de forrageiras.				
Bibliografia básica: AGAREZ, F. V. Botânica: morfologia, taxonomia e reprodução das angiospermas: chaves dedeterminação das famílias. Rio de Janeiro: Âmbito cultural, 1994. ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Blucher, 1974. FERRI, M. G. Botânica: morfologia interna das plantas. São Paulo:Nobel,1999.				
Bibliografia complementar: FERRI, M. G. Botânica: morfologia externa das plantas. São Paulo:Nobel,1983. LORENZI, R. Plantas Daninhas do Brasil - Terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. São Paulo: Nova Odessa, Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. FERRI, M. G.; MENES, N. L. & MONTEIRO-SCANAVACCA, W. R. Glossário Ilustrado de Botânica. EDUSPE. 1978. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F. & EICCHORN, S.E. Biologia Vegetal. 6ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. SOUZA, V. C., LORENZI, H. 2005. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APGII. São Paulo: Nova Odessa, Instituto Plantarum				

Unidade curricular: Embriologia Geral			Código: MORF3007	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceito de Embriologia e suas relações com outras áreas da Ciência Animal, tais como Reprodução e Produção Animal. Gametogênese. Fertilização. Fases iniciais do desenvolvimento embrionário. Anexos embrionários. Placentação. Aspectos celulares e moleculares do desenvolvimento. Estudo do desenvolvimento inicial em Mamíferos, Peixes e Aves.				
Bibliografia básica: CARLSON, Bruce M. Embriologia Básica de Patten. 5ª ed. México: Editora Interamericana, 1990.p.770. CARLSON, Bruce M. Patten’s Foundation of Embryology. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 1996.p.752. HAFEZ, B.; HAFEZ, E.S.E. Reprodução Animal, 7ª ed. São Paulo: Manole, 2004.p.513.				
Bibliografia complementar: LEME DOS SANTOS, Heid Sueli; AZOUBEL, Reinaldo. Embriologia Comparada: texto e atlas. Jaboticabal: FUNEP, 1996.p.189. McGEADY, T.A. ; QUINN, P.J.; FITZPATRICK, E.S.; RYAN, M. T. Veterinary Embryology. Great Britain: Blackwell Publishing, 2006.p.377.				

Unidade curricular: Fisiologia Animal I			Código: FISL3005	
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Química orgânica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceito e histórico da Fisiologia e suas inter-relações com os demais ramos da biologia: organização celular e membranas. Fisiologia dos sistemas nervoso, endócrino e reprodutivo				
Bibliografia básica: AIRES, M.M. Fisiologia Básica. 1a ed. Guanabara Koogan. RJ. 1985. FRANDSON, R.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos. 2a ed. Guanabara Koogan. RJ. 1979. KOLB, E. Fisiologia Veterinária. 4A ed. Guanabara Koogan. RJ. 1984.				
Bibliografia complementar: SWENSON, M.J. - DUKES. Fisiologia dos Animais Domésticos. 10a ed. RJ. 1988.				

Unidade curricular: Apicultura e Meliponicultura					Código: ZOOT3021
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco					
Período a ser ofertado:			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes		
Tipo:	Carga horária total: 30			Créditos: 02	
	Teórica 15	Prática 15	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Panorama e importância sócio-econômico-ambiental da criação de abelhas e meliponídeos. Conhecimento de biologia, etologia e fisiologia da <i>Apis mellifera</i> e outros meliponídeos de interesse zootécnico. Manejo, equipamentos e produtos da apicultura e meliponicultura. Colheita e manipulação de mel e outros produtos apícolas.					
Bibliografia básica: COSTA, P.S.C. Apicultura migratória: produção intensiva de mel. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 146 p. 2006. COSTA, P.S.C. Manejo do apiário – mais mel com qualidade. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 180 p. 2007. 248 p. 2007. COSTA, P.S.C. Processamento de mel puro e composto. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 180 p. 2007. 204 p. 2007.					
Bibliografia complementar: COSTA, P.S.C. Produção de pólen e geleia real. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 180 p. 2007. 144 p. 2007. FREE, J. B. The social organization of honeybees. London, Edward Arnold Publ., 1980. 68p. MELLO, N.M. Guia prático do apicultor. São Paulo: Ground. 158 p. 1989. SILVA, E.C.A.; COSTA, P.S.C. Produção de rainhas e multiplicação de enxames. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 180 p. 2007. WALDSCHMIDT, A.M.; COSTA, P.S.C.; ALVES, R.M.O. Criação de abelhas nativas sem ferrão - urucu, mandaçaia, jataí e irai. Viçosa: Centro de Produções Técnicas (CPT). 200 p. 2007. WARWICK, K. Abelha urucu: biologia, manejo e conservação, Belo Horizonte: Acangau, 1996, 143p. WIESE, H. Apicultura – novos tempos. 2 ed. Guaíba: Agrolivros. 378 p. 2005. WIESE, H. Novo manual de Apicultura. São Paulo, Guaíba, Agropecuária, 1995, 285p.					

4º período

Unidade curricular: Estatística Básica			Código: PRBE3004	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Cálculo 1				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Teste de Hipótese. Probabilidade. Variáveis Aleatórias Unidimensionais. Noções de Amostragem. Estatística Descritiva.				
Bibliografia básica: ANDERSON, David R. ; SWEEY, Dennis J. ; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003. FONSECA, Jairo S. da, MARTINS, Gilberto de A. Curso de Estatística. São Paulo: Editora Atlas, 1982. LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.				
Bibliografia complementar: LEVINE, David M.. Estatística: teoria e aplicações: usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. Noções de probabilidade e Estatística. 6. ed.rev. São Paulo: Edusp, 2005. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MIRSHAWKA, Victor. Probabilidades e Estatística para Engenharia.SP:Editora Nobel, 1978.482p. MONTGOMERY, Douglas ; RUNGER, George C. ; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à Engenharia. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 2004. MORETTIN, Luis B. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 2 v. RIBEIRO JUNIOR, José Ivo. Análises estatísticas no excel: guia prático.Viçosa, MG : UFV, 2005. SPIEGEL, Murray Ralph. Estatística. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. VIEIRA, Sônia. Introdução à Bioestatística. Rio de Janeiro:Editora Campus, 1980. 196p.				

Unidade curricular: Elementos de Topografia			Código: AGRI3005	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 15	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo dos conceitos e equipamentos necessários às medições em Planimetria e Altimetria, com a apresentação de aplicações da Topografia. Divisões da Topografia. Alinhamentos. Medição Direta de Distâncias. Instrumentos e Erros. Medições Angulares. Rumo e Azimute. Teodolitos Eletrônicos. Cálculos topométricos e compensações. Altimetria: conceitos de Cota, Altitude, Diferença de Nível, Declividade, Curvas de Nível.				
Bibliografia básica: ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT). NBR 13.133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994. 35p. ALMEIDA, A. P. P. de; FREITAS, J. C. de P; MACHADO, M. M. M.. Topografia – Fundamentos, Teoria e Prática. Instituto de Geociência, Depto. de Cartografia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em: < http://www.igc.ufmg.br/departamentos/cartografia-disciplinas-graduacao.htm >. Apostila Didática. 2000. 173p. BERALDO, A.L. Topografia. FEAGRI/PRONI, 1986. 67p.				
Bibliografia complementar: BORGES, A. de C. Topografia aplicada à Engenharia Civil. 2.ed. amp., Vol. I. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2002. 191p. BORGES, A. de C. Topografia aplicada à Engenharia Civil. 2.ed. amp., Vol. II. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2002. 232p. BORGES, A. de C. Exercícios de Topografia. 3 ed. ampl., São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2005. 192p. BRANDALIZE, M. C. B. Apostila de Topografia: Planimetria e Altimetria. PUC/PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curso Eng. Civil). Disponível em: < http://www.pucpr.br > e < http://www.ecv.ufsc.br > (PET – Depto. de Eng. Civil). UFSC: Apostila Didática. 2003. 116p. CASSACA, J. M.; MATOS, J. L. de; DIAS, J. M. B.. Topografia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2007. 208p. CARVALHO, O. L. M. de. Topografia e Desenho Técnico: noções básicas. Santa Maria: Depto. Eng ^a . Rural, CCR, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Apostila Didática. 1971. 35p. COMASTRI, J.A.. Topografia: Planimetria. 2.ed. Viçosa: UFV: Imprensa Universitária, 1992. 336p. COMASTRI, J.A & TULER, J.C. Topografia-Altimetria. 3 ed. Viçosa, UFV, 1999. 199p. DUARTE, Paulo Araújo. Escala: fundamentos. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983. 2ª Edição Revista e Ampliada. p. 27-41. ESPARTEL, L. Curso de Topografia. Porto alegre: 5 ed. Globo, 1977. 655p. ESPARTE, L. & LUDERITZ, J. Manual de Topografia e Caderneta de Campo – Vol. 3. Ed. Globo, Porto Alegre: 1983. 326p.				

GARCIA, G.J. & PIEDADE, G.C.R. Topografia aplicada às Ciências Agrárias. 5 ed. Nobel, 1984. 256p.

GODOY, R. Topografia Básica. FEALQ-USP, 1988. 349p.

LOCH, Carlos; CORDINI, Jucilei. Topografia Contemporânea: Planimetria. 1.ed. Florianópolis: UFSC, 1995. 320p.

McCORMAC, Jack C. Topografia. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2007. 391p.

PINTO, L.E.K. Curso de Topografia. Salvador: UFBA, 1988. 344p.

RAMOS, O. Manual de Topografia Básica. Rio de Janeiro: UFRJ, IT, Depto. de Engenharia: 1973. 216p.

SEIXAS, José Jorge de. Topografia. Recife: 1981. p. 06-10.

THUM, A.B. et alli.. Topografia para estudantes de Arquitetura, Engenharia e Geologia. Ed. UNISINOS: São Leopoldo: 2005. 190p

Unidade curricular: Fertilidade do Solo			Código: AGRO3007	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução. Conceitos Básicos da Fertilidade do Solo. Reações do Solo. Transporte de Nutrientes no solo e mecanismos de absorção. Dinâmica e disponibilidade de macro e micronutrientes do solo. Matéria Orgânica do Solo.Fertilizantes e Corretivos: tecnologia de produção. Análise química do solo. Recomendação e tecnologia de aplicação de corretivos e fertilizantes. Avaliação do curso/aluno/professor.				
Bibliografia básica: FERREIRA, M.E.; CRUZ, M.C.P. da. Micronutrientes na agricultura. Piracicaba: POTAFOS, 1988. 734p. LUCHESE, E.B.; FAVERO, L.O.B.; LENZI, E. Fundamentos da química do solo: teoria e prática. 2ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2002. 182p. MALAVOLTA, E. Manual de Nutrição Mineral de Plantas. Piracicaba: E. Agronômica Ceres. 2006. 638p.				
Bibliografia complementar: MALAVOLTA, E. Manual de química agrícola. 3ª ed. Piracicaba: E. Agronômica Ceres. 1981. 596p. MALAVOLTA, E.; GOMES, F.P.; ALCARDE, J.C. Adubos & Adubações. São Paulo: Ed. Nobel, 2002. 200p PEDREIRA, C.G.S.; MOURA, J.C. de; FARIA, V.P. de. Fertilidade do solo para pastagens produtivas. Anais...Piracicaba: FEALQ, 2004. 480p. TROEH, F.R.; THOMPSON, L.M. Solos e Fertilidade do Solo (trad.). São Paulo: Andrei Editora, 2007. 718p. NETO, A.E.F.; VALE, F.R. do; RESENDE, A.V. de; GUILHERME, L.R.G.; GUEDES, G.A. de A. Fertilidade do Solo. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 252p. NOVAIS, R.F.; ALVAREZ V., V.H.; BARROS, N.F. de; FONTES, R.L.F.; CANTARUTTI, R.B.; NEVES, J.C.L. Fertilidade do Solo. Viçosa: SBCS, 2007. 1017p. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002. 549p. Artigos da Revista Brasileira de Ciência do Solo Artigos da Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira				

Unidade curricular: Bioclimatologia Zootécnica					Código: ZOOT3013				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco									
Período a ser ofertado: Todos					Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos				
Tipo:	Carga horária total: 60				Créditos: 04				
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0						
Pré-requisito: Não se aplica									
Requisito de carga horária:									
Correquisito: Não se aplica									
Ementa: Inter-relação entre os animais de interesse zootécnico e o meio ambiente, com especial ênfase no clima e condições meteorológicas.									
Bibliografia básica: MULLER, P. B. Bioclimatologia Animal Aplicada aos animais domésticos. Santa Maria, Polotti, 1978, 176 p. MOTA, F.S. da Meteorologia Agrícola, Nobel, São Paulo, 1975. PEREIRA, J.C.C. & MIRANDA, J. J.F.; Bioclimatologia Animal. Belo Horizonte - Escola de Veterinária, UFMG, 1968, 142 p.									
Bibliografia complementar: GEIGER, R. Manual de Climatologia e Microclimatologia – O clima da Camada de ar junto ao Solo. Caloust Gulbenkian, Lisboa, 1980. VAREJÃO-SILVA, M. A. Instrumentos Metereológicos Utilizados em Estação de Superfície. SUDENE, Recife, 1974.									

Unidade curricular: Fisiologia Animal II			Código: FISL3006 / FISL3009	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 90			Créditos: 06
	Teórica 90	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fisiologia Animal I				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Fisiologia do Sangue e Sistema Cardiovascular, Termorregulação, Noções de Fisiologia do Sistema Excretor, Fisiologia do Exercício, Fisiologia da Digestão em Monogástricos, Ruminantes e Aves, Fisiologia da Reprodução e Lactação.				
Bibliografia básica: CUNNINGHAM, J.G. : Tratado de Fisiologia Veterinária, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2004, 579p. HAFEZ, E. S. E., HAFEZ, B. Reprodução Animal. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2004. 513p. SWENSON, M. J. Dukes. Fisiologia dos Animais Domésticos. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 946p.				
Bibliografia complementar: BALL, P.J.H., PETERS, A.R. Reprodução em Bovinos. São Paulo: Ed. Roca Ltda. 2006, 240p. PALHANO, H.B. Reprodução em Bovinos. Fisiopatologia, Terapêutica Manejo e Biotecnologia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro:L.F. Livros, 2008. 250p. GONÇALVES, P.B.D. , FIGUEIREDO, J.R., FREITAS, V.J.F. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. 2ª Ed. Roca, 2008.				

Unidade curricular: Fisiologia Vegetal			Código: BOTN3003	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 30	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Química orgânica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução ao estudo da fisiologia vegetal (importância), Relações hídricas, Princípios da nutrição mineral de plantas superiores, Metabolismo e economia do carbono nas plantas (fotossíntese), Translocação, Respiração, Fisiologia do crescimento, Fisiologia da reprodução.				
Bibliografia básica: RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICCHORN, S. E. Biologia Vegetal. 7ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2007. KERBAUY, G. Fisiologia Vegetal. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2008. TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3ª ed. ARTMED. 2004.				
Bibliografia complementar: AWAD, M.; CASTRO, P. R. Introdução à Fisiologia Vegetal. São Paulo. Ed. Nobel. 1983. FERRI, M. G. Fisiologia Vegetal. São Paulo. EPU. v. 1. 1985. FERRI, M. G. Fisiologia Vegetal. São Paulo. EPU. v. 2. 1986. HILL, L. Segredos da Propagação de Plantas. São Paulo. Ed. Nobel. 1996. LARCHER, W. Ecofisiologia vegetal. EPU. São Paulo. 1986. MALAVOLTA, E. Elementos de nutrição mineral de plantas. São Paulo. Ed. Agronômica Ceres Ltda. 1980.				

5º período

Unidade curricular: Bromatologia Aplicada à Zootecnia Código: ZOOT3042				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 30	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fundamentos da química analítica e química orgânica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceito de Bromatologia e importância. Importância dos alimentos e dos nutrientes. Métodos de análises químicas de alimentos para animais. Classificação de alimentos. Métodos de avaliação do valor nutricional dos alimentos				
Bibliografia básica: ANDRIGUETTO, J.M. et al. Nutrição Animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal . Vol. 1, 4ª ed. São Paulo: Nobel. 2002,reimpressão 2006, 395p. BERCHIELLI, T. T. Nutrição de Ruminantes. São Paulo:FUNEP, 2006, 583p. CALLAWAY, T., RICKE, S.C. Direct-Fed Microbials and Prebiotics for Animals: Science and Mechanisms of Action. NY:Springer, 2012, 219p.				
Bibliografia complementar: BETERCHINI, A. G. Fisiologia da digestão em suínos e aves. Lavras, MG:ESAL/FAEP, 1994, 141p. CARVALHO, F. A. N.; BARBOSA, F. A.; McDOWELL, L. R. Nutrição de bovinos a pasto. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION – CSIRO. Nutrient Requirements of Domesticated Ruminants. Collingwod:CSIRO, 2005, 265p. FERREIRA, M. A. Palma Forrageira na Alimentação de Bovinos Leiteiros. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2005, 68p. HENNEBERG,W. 1864 Analytieches Verfahren bei der Untersuchung der Futter stoffe, insbesondere der Stroh- und Henarten. Landw. Vers. Sta., Bd. 6, S. 496-498. LANA, R. P. Nutrição e alimentação animal (mitos e realidades). Viçosa: Imprensa Universitária, 2005, 244p. GIVES, I. Forage evaluation in ruminant nutrition. CABI Pub., 2000, 480p. LENINGUER, A. L.Bioquímica. V.2, 2 ed.,São Paulo: Edrd Blücher, 2003, 204p. LUCCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, v. 1,1997, 374p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrients requirements of beef cattle. 7. ed. rev. Washington, D.C: National Academy Press, 2000. 232p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL- NRC. Nutrient requirements of the dairy cattle.7. ed. Washington: D.C., 2001 REECE, W. O. Dukes, Fisiologia dos animais domésticos. 12 ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2006, 926p. ROSTANGNO, H.S. Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos (tabelas brasileiras). Viçosa,MG: UFV, Imprensa Universitária, 1994, 61p.				

SILVA, D.J., QUEIROZ, A. C. Análise de alimentos – métodos químicos e biológicos. 3. ed. Viçosa:UFV, 2002, 235p.

STRYER, L. Bioquímica. 5 ed., São Paulo:Guanabara Koogan, 2004, 1054p.

VERCOE, P.E.; MAKKAR, H.P.S.; SCHLINK, A. C. In Vitro Screening of Plant Resources for Extra-Nutritional Attributes in Ruminants: Nuclear and Related Methodologies. Netherlands: Springer, 2009, 247 p.

Periódicos nacionais e internacionais:

Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia- SBZ - Brazilian Journal of Animal Science

Informe Agropecuário

Pesquisa Agropecuária Brasileira

Anais da Reunião Anual de Zootecnia

Anais do Simpósio de Produção de Gado de Corte – SIMCORTE

Journal of Dairy Science

Journal of Animal Science

Poultry Science

Links:

www.cbna.com.br

www.funep.fcav.unesp.br

www.livraria.ufv.br

www.ufv.br

www.embrapa.br

www.aviculturaindustrial.com.br

www.ipa.br

www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1164803918_10.pdf

www.suinoculturaindustrial.com.br

www.suino.com.br/

www.posgraduacao.ufla.br/acg/

www.ansci.cornell.edu/dm/nutrition/rumensin.pdf

www.ansci.cornell.edu/dm/nutrition/nutpub.html

<http://jas.fass.org>

www.cabi.org/AnimalScience

www.scielo.br

www.ufrgs.br/bioquimica/extensao/defminrum.pdf

www.nupel.uem.br/balanco.pdf

<http://www.cavaloscioulos.com.br>

www.cnpsa.embrapa.br

www.cnpsa.embrapa.br

<http://nutritionmodels.tamu.edu/>

Unidade curricular: Estatística Experimental aplicada à Zootecnia					Código: ZOOT3032
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45				Créditos: 03
	Teórica 35	Prática 10	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Estatística básica					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Planejamento de experimentos; Testes de significância; Análise de variância em delineamentos experimentais; delineamento inteiramente casualizado; delineamento em blocos casualizados; Delineamento em quadrado latino; Experimentos fatoriais; Delineamentos em parcelas sub-divididas (Split plot); Análise de correlação e de regressão; Análise em grupos experimentais; Testes não-paramétricos; Planejamento, desenvolvimento e análise de experimentos em zootecnia; Ensaio em classificação aninhada; ensaios em Change over e em reversão simples; utilização do computador na análise de dados.					
Bibliografia básica: ANDRADE, M. G. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo. Atlas, 1993. ARNON, I. Planificacion y programacio de investigaciones agronomicas. Roma, ONU, 1985 BEIGUELMAN, B. Curso prático de bioestatística. São Paulo, Sociedade Brasileira de Genética (SBG), 1991.					
Bibliografia complementar: BENET, D. P. ; HUMPRIES, D.A . Ecologia de campo. Madrid. H. Blume Ediciones, 1981. COCHRAN, W. G. ; COX, G. M. Disenos experimentales. México. Trillas 1976. COSTA NETO, P. L. O . Estatística. São Paulo. Edgard Blucher, 1977. FERREIRA, P. V. Estatística experimental aplicada à agronomia. Maceió. EDUFAL, 1996. GALLIANO, A . G. O método científico: teoria e prática. São Paulo. Editora HARBRA, 1986. GARDNER, A . L. Técnicas de pesquisa em pastagens e aplicabilidade dos resultados em sistemas de produção. Brasília, IICA/EMBRABA-CNPGL, 1986. GOEDERT, W. J. ; CASTRO, A . M. G. Gestão em ciência e tecnologia: pesquisa agropecuária. Brasília, EMBRAPA-SPI, 1994. GRANER, E. A . Estatística: bases para o seu emprego na experimentação agrônômica e em outros problemas biológicos. São Paulo. Melhoramentos, 1982. La LOMA, J. L. Experimentação agrícola. México UTHEHA, 1965. LI, C. C. Introduccion a la estadistica experimental: Planificacion de experiencias y análisis de resultados. Buenos Aires. Editorial Universitária, 1976. SBZ Pastagens nos ecossistemas brasileiros: pesquisas para o desenvolvimento sustentável. Brasília, SBZ, 1995. SEVERINO, A . J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1986. SNEDECOR, G. W. ; COCHRAN, W.G. Métodos estadísticos. México. CECSA, 1984 VIEIRA, S. ; WADA, R. Estatística: introdução ilustrada. São Paulo. Atlas, 1986.					

Unidade curricular: Forragicultura			Código: ZOOT3014	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fisiologia vegetal; Morfologia e Sistemática de Angiospermas; Bromatologia aplicada à zootecnia.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Importância e conceitos da forragicultura. Aspectos morfo-fisiológicos e taxonomia das principais famílias de plantas forrageiras. As principais forrageiras e suas caracterizações. Conservação de forragens.				
Bibliografia básica: ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel. 2004. 162p. ANDRIGUETO, J.M. et al. Nutrição animal – as bases e os fundamentos da nutrição animal. Os alimentos. Nobel, 2006, 395p. BARBERA, G., et al. Agroecología, cultivo y usos del nopal. CACTUSNET: Roma, 1999, 222p.				
Bibliografia complementar: CARVALHO, M.M. et al. Capim-elefante produção e utilização. 2 ed. EMBRAPA, 1997, 219p. CRUZ, J. C. et al. Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2001. 544 p. FERREIRA, M.A. Palma forrageira na alimentação de bovinos leiteiros. Recife: UFRPE, 2005, 68p. FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa, MG: UFV, 2010. 537p. JOBIM, C.C. et al. II Simpósio sobre produção e utilização de forragens conservadas. Maringá: UEM, 2004, 212p. KERBAUY, G.B. Fisiologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004. 452 p. OLIVEIRA, M.W. et al. III Curso de produção de cana-de-açúcar para a alimentação de ruminantes. 2011, 97p. PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. (eds.). Pastagens: fundamentos da exploração racional. 2 ed. Piracicaba: FEALQ, 1994, 908p. SANTOS, D. C.; et al. Manejo e utilização da palma forrageira (Opuntia e Nopalea) em Pernambuco. Recife: IPA, 2006, 48 p. (IPA Documentos, 30). SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2009. 225p. VILELA, H. Pastagem: Seleção de plantas forrageiras implantação e adubação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005, 283p. Anais dos Simpósios sobre o Manejo da Pastagem. Piracicaba: FEALQ. Anais das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Anais dos Congressos Nordestinos de Produção Animal. Publicações da EMBRAPA e/ou outras Instituições de Pesquisa/Ensino (Circulares Técnicas, etc.) Revista Brasileira de Zootecnia; Revista Informe Agropecuário; Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira; Acta Scientiarum. Animal Sciences.				

Unidade curricular: Genética Básica e Introd. a BIOMOL Código: GENT3004				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Estatística experimental aplicada				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Genética básica e genética aplicada ao melhoramento. Herança Mendeliana. Alelismo múltiplo. Interação gênica. Determinação do sexo. Herança ligada ao sexo. Herança extra-nuclear. Ligação e mapeamento. Noções de genética de populações. Endocruzamento e heterose. Herança poligênica. Introdução à genética quantitativa. Noções de genética molecular. Alterações cromossômicas. Noções de biotecnologia na Zootecnia.				
Bibliografia básica: BROWN, T.A. Genética Um Enfoque Molecular, 3ª edição, Ed. Guanabara Koogan, 1999, 336p. BURNS, G.W. Genética uma introdução à Hereditariedade. Ed. Interamericana. 1984, Rio de Janeiro, 558p. BURNS, G.W.: BOTTINO, P.J. Genética. 6ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan. 1991. 381p.				
Bibliografia complementar: BURNS, W. George – Interamericana. 1984. CARK, C.B.F. O Código Genético EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1980 (Temas de Biologia vl.8), 79p. DE ROBERTIS, E.D.P.; DE ROBERTIS, Jr. E M.F. Biologia Celular. Nova edição. Rio de Janeiro: Livraria “El Ateneo” do Brasil. Ltda. 1993. 307p. GARDNER, E.J.; SNUSTAD, D.P. Genética. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1987. 497p. GARDNER, J. Eldon –Genética. Ed. Guanabara Koogan S.A. 1986. GRIFFTHS, A.J.F. Introdução a Genética 6ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1998. 856p. LIMA, C.P. Genética Humana, 3ª edição. SP:Harba, 1996. 442p. RAMALHO, M.A.P. Genética na Agropecuária. 2ª edição. SP. Globo, Lavras, MG, 1990. 359p. STANSFIELD, W.D. Genética: 350 Problemas Resolvidos, 180 Problemas Propostos. 2ª edição. São Paulo, Makron Brooks, 1985, 514p. SUZUKI, T. David – Introdução a genética. Ed. Guanabara Koogan S.A. 1992. THOMPSON, N. W.; MC/NNES, R. R.; WILLARD, H.F. Genética Médica. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 1993. 339p.				

Unidade curricular: Instalações Zootécnicas			Código: ZOOT3044	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 5	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Fundamentos da construção rural. Técnicas e elementos construtivos. Planejamento e projetos de construções rurais. Mecanismos de transferência de calor. Carga térmica radiante. Ventilação natural e mecânica: teoria e métodos de cálculo. Dimensionamento de sistemas de resfriamento adiabático evaporativo.				
Bibliografia básica: SILVA, I.J.O. Ambiência na produção de aves em clima tropical 1. Ed.: FEALQ, Piracicaba. 2001. 200p. SILVA, I.J.O. Ambiência na produção de aves em clima tropical 2. Ed.: FEALQ, Piracicaba. 2001. 200p. PEREIRA, M. F. Construções rurais. 2. ed. – São Paulo, SP: Nobel, 1986. 493p.				
Bibliografia complementar: PETRUCCI, E. G. R. Materiais de construção. 12. Ed. – São Paulo, SP: Globo, 2007. 435p. SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S. da; SESTI, L.A.C. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: EMBRAPA-SPI / Concordia: EMBRAPA-CNPSa, 1998.. 388p.				

Unidade curricular: Máquinas e Implementos de interesse Zootécnico					Código: ZOOT3045
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos		
Tipo:	Carga horária total: 45				Créditos: 03
	Teórica 35	Prática 10	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Não se aplica					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Fontes de potência para a agricultura. Motores de combustão interna. Tratores agrícolas. Máquinas e implementos agrícolas de interesse zootécnico, usos manutenção e regulagem. Gerenciamento das máquinas agrícolas.					
Bibliografia básica: ALONÇO, A.S.; MACHADO, A.L.T.; FERREIRA, M.F.P. Máquinas para Fenação. Pelotas: EditoraUniversitária UFPEL, 2004. 272p. BALASTREIRE, L.A. Máquinas agrícolas. São Paulo: Editora Manole, 1987. 310p. BERETTA, C.C. Tração animal na agricultura. São Paulo: Nobel, 1988. 103p.EMBRATER. Mecanização agrícola. Tração animal. Pulverizadores manuais. Brasília: EMBRATER, 1983. 142p.					
Bibliografia complementar: FERREIRA, M.F.P.; ALONÇO, A.S.; MACHADO, A.L.T. Máquinas para silagem. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2003. 98p. GALETTI, P.A. Mecanização agrícola. Preparo do Solo. Campinas: ICEA, 1981. 220p. MACHADO, A.L.T.; REIS, A.V.; MORAES, M.L.B.;ALONÇO, A.S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: UFPEL, 1996. 229p. MIALHE, L.G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Editora Ceres, 1974. 301p. MIALHE, L.G. Máquinas motoras na agricultura. Vol. I e II. São Paulo: Editora EPU-EDUSP, 1980. MONTEIRO, L.A.; SILVA, P.R.A. Operações com tratores agrícolas. Botucatu: Edição dos Autores, 2009. 76p. DISPONÍVEL NA INTERNET: http://www.biblioteca.fca.unesp.br/documentos/Operacao_com_Tratores_Agrícolas.pdf MORAES, M.L.B.; REIS, A.V.; TOESCHER, C.F.; MACHADO, A.L.T. Máquinas para colheita e processamento dos grãos. Pelotas: Editora Universitaria UFPEL, 1999. 150 p. REIS, A.V.; MACHADO, A.L.T.; TILLMANN, C.A.C.; MORAES, M.L.B. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 1999. 315p. REIS, A.V.; MACHADO, A.L.T. Acidentes com máquinas agrícolas: texto de referência para técnicos e extensionistas. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2009. 103p. DISPONÍVEL NA INTERNET: http://www.ufpel.edu.br/faem/engenhariarural/downloads/livrosegurancainternet.pdf SAAD, O. Seleção do equipamento agrícola. São Paulo: Nobel, 1983. 126p. SILVEIRA, G.M. Os cuidados com o trator. Rio de Janeiro: Globo. 1989. 245p.					

Unidade curricular: Ecologia Geral e Conservacionis Código: ECOL3003				
Departamento: Universidade Federal do Agreste Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 50	Prática 10	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia; Biologia celular e tecidual.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Ecologia e conservacionismo: caracterização geral. Ecossistemas. Evolução. A energia nos ecossistemas. As vias dos elementos nos ecossistemas. Sucessão ecológica. População, comunidades e fatores ecológicos. Noções sobre o manejo de animais silvestres. Poluição e saúde ambiental. Conservacionismo.				
Bibliografia básica: DEUTSCH, L.A.; PUGLIA, L.R.R. Os animais silvestres: proteção, doenças e manejo. 2 ed. Editora Globo. 1990. 191p. PAIVA, M. P. Conservação da Fauna Brasileira. Ed. Interciência, Rio de Janeiro, 1999. 260p. PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Ed. Planta, 2001, 328p.				
Bibliografia complementar: ALLÈGRE, C. Ecologia das cidades, ecologia dos campos. 1 ed. Lisboa. Instituto Piaget. 1993. 226p. CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Ed. Da UFPR, Fundação o Boticário de Proteção a Natureza, 2003. 667p. DAJOZ, R. Princípios de Ecologia. 7 ed. Porto Alegre. Artmed Editora. 2005. 520p. LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. Ecologia e conservação da caatinga. Ed. Universitária da UFPE, 2003, 822p. LÉVÊQUE, C. Ecologia: dos ecossistemas à biosfera. 1 ed. Lisboa. Instituto Piaget. 2001. 572p. LIMA, L.M.Q. - Tratamento de lixo, Ed. Hemus Ltda, 1986, 240p. ODUM, E.P. Ecologia. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1986. 434p ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de ecologia. Ed. Thomson, 2007, 612p. RICKLEFS, R.E. A economia da natureza. 6 ed. Editora Guanabara Koogan. 2010. 546p. TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. 3 ed. Porto Alegre. Fundamentos em ecologia. Artmed Editora. 2010 576p				

6º período

Unidade curricular: Formulação e fabricação de rações Código: ZOOT3048				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 45	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes; nutrição de não ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo da tecnologia de processamento e produção de rações para animais de interesse zootécnico.				
Bibliografia básica: BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p. COUTO, H. P. Fabricação de Rações e Suplementos para Animais - Gerenciamento e Tecnologias. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2008. 263p. LANA, R. P. Sistema Viçosa de Formulação de Rações. 4ª edição. Viçosa: UFV. 2007. 91p.				
Bibliografia complementar: LANA, R.P. Nutrição e alimentação Animal (mitos e realidades). Viçosa: UFV, 2005. 344p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. 1985. Nutrient requirements of Dogs. Washington, D.C. 77p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Beef Cattle. 7. ed. Washington, D.C. 1996. 248p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Dairy Cattle. 7. ed. Washington, D.C. 2001. 363p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Fish. 2. ed. Washington, D.C. 1993. 105p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Poultry. 9. ed. Washington, D.C. 1994. 145p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Rabbits. 2. ed. Washington, D.C. 1977. 27p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Sheep. 6. ed. Washington, D.C. 1985. 112p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of Swine. 10. ed. Washington, D.C. 1998. 189p. PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v.I, 760p. PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v.II, 761-1510p. PRADO, I. N.; MOREIRA, F. B. Suplementação de Bovinos no pasto e alimentos alternativos usados na bovinocultura. Maringá: EDUEM, 2002. 162p. RIBEIRO, R. C.; CORTADA, C.; VALENTIN, R.; CAMPOS, A. G. Compêndio de Rações para Cães e Gatos. São Paulo: Editora Varela. 1998. 111p. SILVA, S. Matérias-Primas para Produção de Ração – Perguntas e Respostas. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2009. 249p.				

VALADARES FILHO, S.C., MAGALHÃES, K.A., ROCHA JUNIOR, V.R.; CAPELLE, E.R.
Tabelas Brasileiras de Composição de Alimentos para Bovinos. 2 ed. Viçosa:UFV. 2006. 329p.
VALADARES FILHO, S.C., PAULINO, P.V.R., MAGALHÃES, K.A. Exigências Nutricionais
de zebuínos e Tabelas de Composição de Alimentos. Viçosa: UFV. 2006. 142p.

Sites:

www.agricultura.gov.br

www.beefpoint.com.br

www.farmpoint.com.br

www.fnp.com.br - ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira

www.ufv.br - (SAEGRMC)

Periódicos:

Archivos Latinoamericano de Producción Animal;

Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia;

Journal of Animal Science;

Pesquisa Agropecuária Brasileira;

Revista Brasileira de Zootecnia;

Unidade curricular: Melhoramento Genético Animal I				Código: ZOOT3008
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Genética Básica e Introdução a BIOMOL; Estatística Experimental aplicada à Zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Métodos de melhoramento genético animal, melhoramento genético de algumas espécies de interesse econômico.				
Bibliografia básica: ALFA, J. Reprodução e Genético Animal. Costa Rica, IICA, 1967. 323 p. BARBOSA, S. B. P. Caprinocultura.Melhoramento Animal. Brasília, ABEAS, 1992. 86 p. BRIQUET JÚNIOR, R.Melhoramento Genético Animal. São Paulo, Melhoramento, 1957 p. 278 p.				
Bibliografia complementar: FALCONER, D.S. Introdução a Genética Quantitativa. Trad. de SILVA, N. P. A. & SILVA, J. C. Viçosa, M.G. UFV, Imprensa Universitária, 1987. 279 p. GIANNONI, A. M. & GIANONI, M. L. Gado de Leite- Genética e Melhoramento. São Paulo, Nóbél, 1987. 374 p. JOHNSSON, I. & RENDEL. J. Genética Y menjora animal. Madrid Acribia, 1971. 568 p. LASLEY, J.F. Genética do Melhoramento Animal. Porto. Fundação Calouste Gulbenkian, 1977 p. 413p. LERNEY, I. M. & DONALDY, H. P. Recentes Progressos no Melhoramento Genéticos dos Animais. São Paulo, Poligono, 1969, 344p. LUSH, J. L. Melhoramento Genético dos Animais Domésticos, Trad. de CARNEIRO, G. G. MEMÓRIA, J. M.P. DRUMOND, G . A. Rio de Janeiro. USAID. 1964. 570 p. PEREIRA, J. C. C. Melhoramento Genético Aplicado aos Animais Domésticos Belo Horizonte, Escola de Medicina Veterinária da UFMG. 1983. 430 p.				

Unidade curricular: Economia e Política Agrícola					Código: ECON3005				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco									
Período a ser ofertado: Todos					Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos				
Tipo:		Carga horária total: 60						Créditos: 04	
		Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0					
Pré-requisito: Não se aplica									
Requisito de carga horária:									
Correquisito: Não se aplica									
Ementa: Modernização da agricultura brasileira e agronegócio. Formação de preços na agricultura. Planejamento da produção. Comercialização de produtos agroindustriais. Políticas macroeconômicas que afetam a agropecuária. Principais instrumentos da política agrícola.									
Bibliografia básica: BACHA; Carlos José Caetano. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004. BATALHA, Márcio (coord) Gestão agroindustrial. GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas. Volume 1 e 2. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Agronegócio: uma abordagem econômica. Judas Tadeu Grassi Mendes/ João Batista Padilha Junior. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.									
Bibliografia complementar: ARBAGE, Alessandro Poporatti. Fundamento de Economia Rural. Chapecó: Argos, 2006 MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Scientia et Labor. 1989, 399p.									

Unidade curricular: Nutrição de Não Ruminantes			Código: ZOOT3015	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Bromatologia aplicada à Zootecnia; Bioquímica Animal; Fisiologia II.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução e importância da nutrição de ruminantes. Aspectos anatômicos e funcionais. Microbiologia ruminal. Consumo voluntário. Digestão, absorção e metabolismo dos nutrientes. Estimativa das exigências nutricionais e interações nutricionais.				
Bibliografia básica: ANDRIGUETTO, J.M. et al. Nutrição Animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal . Vol. 1, 4ª ed. São Paulo: Nobel. 2002,reimpressão 2006, 395p. ASHDOWN, R.R; DONE, S.H. Atlas Colorido De Anatomia Veterinária Dos Ruminantes. Mosby- Elsevier, 2011, 272p. BERCHIELLI, T. T. Nutrição de Ruminantes. São Paulo:FUNEP, 2006, 583p.				
Bibliografia complementar: CALLAWAY, T., RICKE, S.C. Direct-Fed Microbials and Prebiotics for Animals: Science and Mechanisms of Action. NY:Springer, 2012, 219p. CARVALHO, F. A. N.; BARBOSA, F. A.; McDOWELL, L. R. Nutrição de bovinos a pasto. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION – CSIRO. Nutrient Requirements of Domesticated Ruminants. Collingwod:CSIRO, 2007, 265p. FERREIRA, M. A. Palma Forrageira na Alimentação de Bovinos Leiteiros. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2005, 68p. FORBES, J.M. Voluntary food intake and diet selection by farm animals. Madison: CAB Internacional, 1995. 532p. FRANCE, J.; KEBREAB, E. Mathematical Modelling in Animal Nutrition. USA:CABI, 2008, 567p. LANA, R. P. Nutrição e alimentação animal (mitos e realidades). Viçosa: Imprensa Universitária, 2005, 244p. LENINGUER, A. L.Bioquímica. V.2, 2 ed.,São Paulo: Edrd Blücher, 2003, 204p. LUCCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, v. 1,1997, 374p. MAKKAR, H. P. S.; McSWEENEY, C. S. Methods in Gut Microbial Ecology for Ruminants. Netherlands:Spring, 2005, 225p. MARTIN, L. C.T. Bovinos - volumosos suplementares. Sao Paulo: Nobel, 1997, 139p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrients requirements of beef cattle. 7. ed. rev. Washington, D.C: National Academy Press, 2000. 232p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL- NRC. Nutrient requirements of the dairy cattle.7. ed. Washington: D.C., 2001 NATIONAL RESEARCH COUNCIL- NRC..Nutrient Requirements of Small Ruminants: Sheep, Goats, Cervids, and New World Camelids. 1 ed. Washington, D.C: National Academy Press, 2007, 384p.				

REECE, W. O. Dukes, Fisiologia dos animais domésticos. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, 926p.

RUSSEL, J. B. Rumen Microbiology: and Its role in ruminant nutrition. Ithaca, NY, 2002, 120p.

SEJRSEN, K.; HVELPLUND, T.; NIELSEN, M. O. Ruminant physiology: digestion, metabolism and impact of nutrition on gene expression, immunology and stress. Netherlands: Wageningen Academic Pub, 2006, 600 p.

STRYER, L. Bioquímica. 5 ed., São Paulo: Guanabara Koogan, 2004, 1054p.

SILVA, D.J., QUEIROZ, A. C. Análise de alimentos – métodos químicos e biológicos. 3. ed. Viçosa: UFV, 2002, 235p.

HENNEBERG, W. Analytisches Verfahren bei der Untersuchung der Futterstoffe, insbesondere der Stroh- und Heurarten. Landw. Vers. Sta., Bd. 6, S. 1864, p.496-498.

Periódicos nacionais e internacionais:

Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia- SBZ - Brazilian Journal of Animal Science

Informe Agropecuário

Pesquisa Agropecuária Brasileira

Anais da Reunião Anual de Zootecnia

Anais do Simpósio de Produção de Gado de Corte – SIMCORTE

Journal of Dairy Science

Journal of Animal Science

Links:

www.cbna.com.br

www.funep.fcav.unesp.br

www.livraria.ufv.br

www.ufv.br

www.embrapa.br

www.aviculturaindustrial.com.br

www.ipa.br

www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1164803918_10.pdf

www.suinculturaindustrial.com.br

www.suino.com.br/

www.posgraduacao.ufla.br/acg/

www.ansci.cornell.edu/dm/nutrition/rumensin.pdf

www.ansci.cornell.edu/dm/nutrition/nutpub.html

<http://jas.fass.org>

www.cabi.org/AnimalScience

www.scielo.br

www.ufrgs.br/bioquimica/extensao/defminrum.pdf

www.nupel.uem.br/balanco.pdf

<http://www.cavaloscioulos.com.br>

www.cnpsa.embrapa.br

<http://nutritionmodels.tamu.edu/>

Unidade curricular: Higiene e Profilaxia Animal			Código: ZOOT3047	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 45	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução a higiene animal. Noções de epidemiologia e medidas de profilaxia, Epidemiologia e profilaxia das principais zoonoses. Formas de ação e uso de desinfetantes na profilaxia de doenças transmissíveis. Desinfestação e controle de espécies animais que atuam na natureza como reservatórios e vetores de doenças transmissíveis. Higiene da água, solo, ar e instalações animais.				
Bibliografia básica: CORTES, J. A. Epidemiologia: Conceitos e Princípios Fundamentais. São Paulo: Varela, 1993. DOMINGUES, P. L.; LANGONI. H. Manejo Sanitário Animal. 1ed. Rio de Janeiro: EPUB, 2001. PEREIRA, M. G. Epidemiologia Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.				
Bibliografia complementar:				

Unidade curricular: Empreendedorismo na Zootecnia Código: ADMT3019				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conhecimento da ação empreendedora: investigação, entendimento e internalização. Processos: do autoconhecimento, perfil do empreendedor, aumento da criatividade, desenvolvimento da visão e identificação de oportunidades. Validação de uma ideia. Construção do Plano de Negócio de uma empresa na área de Zootecnia. Desenvolvimento da capacidade de negociação e apresentação da ideia.				
Bibliografia básica: DOLABELA, F. O Segredo de Luísa. 1ª ED., São Paulo, Cultura Editores: São Paulo, 1999. 328 p. DOLABELA, F. DoctorSys, MakeMoney. (software de Plano de Negócios), Belo Horizonte, 1999. DOLABELA, F. Com a palavra os empreendedores: a vez do sonho, Programas Reúne e Softstart. Belo Horizonte, 1999. 245 p.				
Bibliografia complementar: DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. Cultura Editores: São Paulo, 1999. 275 p. FILION, L.J. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. ERA – Revista de Administração de empresas, FGV. São Paulo, v. 31,n. 3, p. 63-71, 1991 JUNQUEIRA, L.C. Negociação. Cop Editora: Rio de Janeiro, 1993. 159 p. OECH, R. Von Um ´toc´na cuca, Cultura Editores, 13 a. edição, São Paulo, 1997. 153 p. PAVANI, C. O plano de negócios – planejamento o sucesso de seu empreendimento. Lexikon, 1998. Publicações do SEBRAE – www.sebrae.org.br/edicao/edica.htm Pequenas Empresas Grandes Negócios – www.orifinet.com.br/pequenasempresas/pegnO.htm Revista Empreendedores on-line – www.empreendedor.com.br Clube de Empreendedores – www.sofstart.org.br/clube/club.htm Instituto Euvaldo Lodi Nacional – www.iel.org.br/ BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social – www.bndes.gov.br Banco do Brasil – www.bb.com.br Caixa Econômica federal – www.cef.gov.br Centro de apoio ao Pequeno empreendedor – www.ibase.org.br/~fenape/port1.htm				

Unidade curricular: Pastagens			Código: ZOOT3046	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fertilidade do solo; Forragicultura				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: :Ecologia e o ecossistema das pastagens Conhecimentos morfofisiológicos aplicados ao manejo de forrageiras e pastagens. Formação de pastagens. Manejo de forrageiras e pastagens. Contribuição das leguminosas para o sistema solo/planta/animal.				
Bibliografia básica: DIAS FILHO, M.B.. Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação. 4 ed. Belém: MBDF, 2011. 215 p. FAVORETTO, V.; RODRIGUES, L.R.A.; REIS, R.A. (eds.) Simpósio sobre ecossistemas de pastagens, 2., Jaboticabal, 1993. Anais... Jaboticabal: FUNEP, 1993. 245p. KERBAUY, G.B. Fisiologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004. 452 p.				
Bibliografia complementar: LARCHER, W. Ecofisiologia vegetal. São Carlos: Editora Rima. 2004. 531 p. LEMAIRE, G. et al. Grassland Ecophysiology and Grazing Ecology. CAB International, 2000, 409p. PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. (eds.). Pastagens: fundamentos da exploração racional. 2 ed. Piracicaba: FEALQ, 1994, 908p. PEDREIRA, C.G.S.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. (eds.) Fertilidade do solos para pastagens produtivas. Piracicaba: FEALQ. 2004. 480p. PIRES, W. Manual de pastagem – Formação, manejo e recuperação. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2006. 302 p. SILVA, S.C.; NASCIMENTO JUNIOR, D. do; EUCLIDES, V.B.P. Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo. Viçosa: Suprema, 2008. 115p. VILELA, H. Pastagem: Seleção de plantas forrageiras. Implantação e adubação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005, 283p. Anais dos Simpósios sobre o Manejo da Pastagem. Piracicaba: FEALQ. Anais das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Anais dos Congressos Nordestinos de Produção Animal. Publicações da EMBRAPA e/ou outras Instituições de Pesquisa/Ensino (Circulares Técnicas, etc.) Revista Brasileira de Zootecnia; Revista Informe Agropecuário; Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira; Acta Scientiarum: Animal Sciences.				

7º período

Unidade curricular: Cunicultura e Animais de Biotério				Código: ZOOT3022
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Importância da cunicultura como atividade zootécnica, sistemas de criação, manejo, reprodução, alimentação, nutrição, equipamentos e instalações. Conhecimento de uso, biologia, etologia e fisiologia de animais de biotério, manejo, importância da pesquisa com animais de biotério e instalações.				
Bibliografia básica: BESEDINA, G. G. Effect of fiber on digestibility of nutrients by rabbit. Nutr. Abstrat. Rev., 40:653, 1970. BESEDINA, G. G. & PEREL´DIK, N.S. Proportion of fiber in the diet and digestibility of feeds. Nutr. Abstrat. Rev., 41:1055, 1971. CARREGAL, R.G. Fibra na alimentação de coelhos. Informe Agropecuário.Belo Horizonte, 14 (159):22-23, 1989.				
Bibliografia complementar: CHEEK, P.R. Produção e alimentação de coelhos em sistema de produção agrícola e tropical. Informe Agropecuário.Belo Horizonte, 14 (159):9-13, 1989. CHEEK, P.R.; PATTON, N.M.; LUPEFAHR, S.; MENITT, J.I. Rabbit production. 6ed.. Oregon, EUA, The Interstate Printers & Plublishers, Inc. 1987. 472p. COHEN, J.G.F. Laboratory Animal Medicine. American College of Laboratory & Animal Medicine Series. Chapter 23. 1984. DUARTE, A.T. & CARVALHO J.M. Cunicultura. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1979, 413p. FERREIRA, W.M. Matérias primas utilizadas na formulação de ração para coelhos. Informe Agropecuário.Belo Horizonte, 14 (159):16-22, 1989. FERREIRA, W.M. Valor nutricional da carne de coelhos. Informe Agropecuário.Belo Horizonte, 7 (75):24-26, 1981. GERHARD, M. Biochemical pathways: an atlas of biochemistry and molecular biology. 1ª ed. New York: Wiley, 1998, 288. GREEN, E.L. Biology of the laboratory mouse. http://www.informatics.jax.org/greenbook/ MELLO, H. V.; SILVA, J.F. A criação de coelhos. Editora Globo. São Paulo. 1989, 213p. MOREL, C.W. Manual para técnicos em animais de laboratório. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1994, 132p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL- Nutrient requeriment of rabbits. Washington National Academy of Science. 1977. 351p. NOGUEIRA, R.A. Coprofagia em coelhos. Informe Agropecuário.Belo Horizonte, 14 (159):14-15, 1989.				

SANTOS, W.D.M. & VIANA, L.S. Tecnologia de inspeção do abate de coelhos. Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 14 (159):16-22, 1989.

STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p.

VIANA, L.S. Manejo na criação de coelhos para produção de carne. Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 14 (159):39-45, 1989.

Periódicos do portal “Periódicos CAPES”.

Unidade curricular: Aquicultura geral			Código: ZOOT3039	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes; Zoologia aplicada à zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Biologia e fisiologia aplicada à produção de organismos aquáticos. Principais espécies utilizadas na aquicultura brasileira. Regimes e sistemas de produção. Fundamentos de limnologia aplicada à aquicultura. Instalações em aquicultura. Reprodução de organismos aquáticos. Manejo sanitário em aquicultura. Aspectos legais da aquicultura.				
Bibliografia básica: BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de Peixes Aplicada à Piscicultura. Ed. UFSM, Santa Maria, RS. 2002. 212 p. BARBIERI JÚNIOR, R.C.; OSTRENSKI NETO, A. Camarões Marinhos Reprodução, Maturação e Larvicultura. Viçosa: CPT, 2001. 258 p. BARBIERI JÚNIOR, R.C.; OSTRENSKI NETO, A. Camarões Marinhos – Engorda. Viçosa: CPT, 2001. 372 p.				
Bibliografia complementar: CRESPI, V.; COCHE, A. Glossary of aquaculture. Rome: FAO. 2008. 424 p. CYRINO, J.E.P.; URBINATI, E.C. (Eds.). Tópicos especiais em biologia aquática e aqüicultura. Jaboticabal: AQUABIO, 2006. 293 p. CYRINO, J.E.P.; URBINATI, E.C.; FRACALLOSSI, D.M.; CASTAGNOLLI, N. (eds.) Tópicos Especiais em Piscicultura de Água Doce Tropical Intensiva. Associação Brasileira de Aqüicultura e Biologia Aquática, CAUNESP, Jaboticabal, SP. 2004. HICKMAN, C.P.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia. Ed. Guanabara Coogan, Rio de Janeiro, RJ. 2003. LOBÃO, V.L. Camarão da malásia: larvicultura. Brasília: EMBRAPA SPI, 1997. 119 p. LOGATO, P.V.R. Nutrição e Alimentação de Peixes de Água Doce. Viçosa: CPT, 2000. 128 p. POLI, C.R.; POLI, A.T.B.; ANDREATTA, E.; BELTRAME, E. Aquicultura: experiências brasileiras. Florianópolis: Multitarefa Editora. RANZANI-PAIVA, M.J.T.; R.M. TAKEMOTO E M.A.P. LIZAMA, (eds.) Sanidade de Organismos Aquáticos. São Paulo: Livraria Varela Editora, 2004. 426 p. SIPAÚBA-TAVARES, L.H.; ROCHA, O. Produção de Plâncton (Fitoplâncton e Zooplâncton) para alimentação de organismos aquáticos. Editora RIMA. 2003. 122 p.				

Unidade curricular: Melhoramento Genético Animal II Código: ZOOT3028				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 60	Prática 0	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Melhoramento Genético Animal I				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Escrituração zootécnica. Índices de seleção. Interação genótipo x ambiente. Planos e programas de melhoramento genético. Sumários de vacas. Catálogos de touros. Critérios de seleção. Melhoramento Genético aplicado às várias espécies.				
Bibliografia básica: BERRUECOS, J. m. Mejoramiento genetico del cerdo. Mexico Arama, 1972. BOGART, R. Criança y mejera del gamado. Mexico. Herrero, 1976. CARDELINO, R. ; ROVIRA, J. Mejoramiento genético animal. Montividel. Hemisfério Sur, 1988.				
Bibliografia complementar: BOWMAN, J. C. Introdução ao melhoramento genético animal. BRIQUET JÚNIOR, R. Melhoramento genético animal. São Paulo. Melhoramentos, 1972. GIANNONI, M. A . ; GIANNONI, M. L. Genética e melhoramento de rabanhos nos trópicos. São Paulo. Nobel, 19988. _____, _____. Gado de leite: genética e melhoramento. São Paulo. Nobel, 1990. JOHANSSON, I. ; RENDEL, J. Genética y mejera animal. Madrid. Editorial acribia, 1986. JONES, W. E. Genética e criação de cavalos. São Paulo. Roca, 1987. LASLEY, J. F. Genética de melhoramento animal. Lisboa. Calouste, 1977. LUSH, J. A . Melhoramento genético dos animais domésticos. Rio de Janeiro. USAID,1964. PEREIRA, J. C. C. Melhoramento genético aplicado aos animais domésticos. Belo Horizonte, ESV-UFMG, 1983. SCHMIDT, G. H. ; VAN VLECK, L. D. Principles of dairy science. San Francisco. W. H. FREEMAN, 1974.				

Unidade curricular: Nutrição de Ruminantes			Código: ZOOT3017	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Bioquímica Animal, Fisiologia Animal II e Bromatologia Aplicada a Zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Características fisiológicas do aparelho digestório dos animais ruminantes. Anatomia e desenvolvimento do estômago de ruminantes. Microbiologia do rúmen. Consumo voluntário. Digestão, absorção e metabolismo dos nutrientes. Estimativa das exigências nutricionais e inter-relações nutricionais.				
Bibliografia básica: BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. de. Nutrição de Ruminantes. 1ª ed. São Paulo: Funep, 2006. KOSLOSKI, G.V. Bioquímica dos ruminantes. 3ª ed., Santa Maria, RS:UFSM, 2012. REECE, W. O. Dukes, Fisiologia dos animais domésticos. 12 ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2006, 926p				
Bibliografia complementar: BERCHIELLI, T. T. Nutrição de Ruminantes. São Paulo:FUNEP, 2006, 583p. CALLAWAY, T., RICKE, S.C. Direct-Fed Microbials and Prebiotics for Animals: Science and Mechanisms of Action. NY:Springer, 2012, 219p. BETERCHINI, A. G. Fisiologia da digestão em suínos e aves. Lavras, MG:ESAL/FAEP, 1994, 141p. CARVALHO, F. A. N.; BARBOSA, F. A.; McDOWELL, L. R. Nutrição de bovinos a pasto. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION – CSIRO. Nutrient Requirements of Domesticated Ruminants. Collingwod:CSIRO, 2005, 265p. FERREIRA, M. A. Palma Forrageira na Alimentação de Bovinos Leiteiros. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2005, 68p. HENNEBERG,W. 1864 Analytieches Verfahren bei der Untersuchung der Futter stoffe, insbesondere der Stroh- und Henarten. Landw. Vers. Sta., Bd. 6, S. 496-498. LANA, R. P. Nutrição e alimentação animal (mitos e realidades). Viçosa: Imprensa Universitária, 2005, 244p. GIVES, I. Forage evaluation in ruminant nutrition. CABI Pub., 2000, 480p. LENINGUER, A. L. Bioquímica. V.2, 2 ed., São Paulo: Edrd Blücher, 2003, 204p. LUCCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, v. 1,1997, 374p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrients requirements of beef cattle. ed. rev. Washington, D.C: National Academy Press, 2000. 232p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL- NRC. Nutrient requirements of the dairy cattle.7. ed. Washington: D.C., 2001 ROSTANGNO, H.S. Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos (tabelas brasileiras). Viçosa,MG: UFV, Imprensa Universitária, 1994, 61p. SILVA, D.J., QUEIROZ, A. C. Análise de alimentos – métodos químicos e biológicos. 3. ed. Voçosa:UFV, 2002, 235p.				

STRYER, L. Bioquímica. 5 ed., São Paulo: Guanabara Koogan, 2004, 1054p.
VERCOE, P.E.; MAKKAR, H.P.S.; SCHLINK, A. C. In Vitro Screening of Plant Resources for Extra-Nutritional Attributes in Ruminants: Nuclear and Related Methodologies. Netherlands: Springer, 2009, 247 p.

PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS:

1. Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia - SBZ - Brazilian Journal of Animal Science
2. Informe Agropecuário
3. Pesquisa Agropecuária Brasileira
4. Anais da Reunião Anual de Zootecnia
5. Anais do Simpósio de Produção de Gado de Corte – SIMCORTE
6. Journal of Dairy Science
7. Journal of Animal Science

Unidade curricular: Sociologia Rural A			Código: SOCL3003	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos básicos	
Tipo:	Carga horária total: 30			Créditos: 02
	Teórica 15	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceitos sociológicos básicos aplicados à realidade do campo. Sociedade rural X sociedade urbana. Estrutura fundiária, capitalismo agrário e as mudanças sociais na Área rural. Variáveis sociológicas nas relações de produção no campo.				
Bibliografia básica: ANDRADE, M.C. - Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. SP. Duas Cidades, 1980 AKCELRVO, Isaac. - Reforma Agrária; A Luta pela Terra no Brasil. SP. Global, 1987 CATAN, A.M.- O que é Capitalismo? SP. Abril Cultural/ Brasiliense 1984				
Bibliografia complementar: CHAUI, M.S. - O que é Ideologia ? Abril Cultural/ Brasiliense SP. 1984 DOWBOR, Ladislau. O que é Capital? SP. Abril Cultural/ Brasiliense 1985 HALLIDAY, T.L. - Comunicação e Organização: A função informativa dos técnicos. Petrópolis: Vozes 1975 MARTINA, J.S. - Introdução Crítica à Sociologia Rural. SP. Heicitec 1981 MENDRAS, Heuri. - Sociedades Camponesas. RJ. Zahar 1978 QUEIROZ, M.P. de. - Sociedade Rural RJ. Zahar, 1969 SILVA, J.F.G. da. - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. SP. Hucitec 1978 SILVA, J.Z. da. - O que é questão Agrária ? SP. Brasiliense 1980 SZMRCSANYI, F. e QUEDA, O. - Vida Rural e Mudança Social Cia.Ed.Nacional 1976				

Unidade curricular: Tecnologia de produtos de origem animal					Código: ZOOT3036	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco						
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos		
Tipo:	Carga horária total: 60				Créditos: 04	
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0			
Pré-requisito: Não se aplica.						
Requisito de carga horária:						
Correquisito: Não se aplica						
Ementa: Estudos dos processos de conservação e beneficiamento de produtos de origem animal. Alteração de alimentos. Métodos de conservação de alimentos: carnes, pescado, leite e derivados. Embalagem de alimentos. Avaliação Sensorial.						
Bibliografia básica: BOURGEOIS, C. M.; LARPENT, J. P. Microbiología Alimentaria, v. 2. Fermentaciones Alimentarias. Zaragoza (Espanha): Acribia, 1995. CASTILLO, C. J. C. Qualidade da Carne. São Paulo: Varela, 2006. CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO; L. L.; MORETTI, C. L. Resfriamento de Frutas e Hortaliças. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.						
Bibliografia complementar: ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação. Resolução da CNNPA 1978. Comissão Nacional de Regras e Padrões para Alimentos. www.abia.org.br . AGUIRRE, J. M.; GASPARINO FILHO, J. (Coordenadores) Desidratação de Frutas e Hortaliças. Campinas: Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), 2002 (Manual técnico) ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. www.anvisa.gov.br . AQUARONE, E.; LIMA, U. A., BORZANI, W. Alimentos Produzidos por Fermentação. São Paulo: Edgard Blücher, 1983. (Biotecnologia v. 5) AZEREDO, H. M. C. Fundamentos da Estabilidade de Alimentos. EMBRAPA, 2004. 195 p. BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. O. Fundamentos da Tecnologia de Alimentos, vol.3. Rio de Janeiro: Atheneu. 1998. CAMARGO, R. et al. Tecnologia dos Produtos Agropecuários – Alimentos. São Paulo: Nobel. 1984. p. 97 – 112. EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 2001. 279 p. FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed FORSYTHE, S. J. Microbiologia da Segurança Alimentar. Maria Carolina Minardi Guimarães e Cristina Leonhardt (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2002. FRAZIER, W. C.; WESTHOFF, D. C. Microbiología de los Alimentos. 4ª Ed. 2ª reimpressão. Zaragoza: Acribia. 2003. 681p. GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de Alimentos - Princípios e Aplicações. São Paulo: Nobel. 2008. JAY, J. M. Microbiologia de Alimentos. Eduardo César Fondo et al (trad.) 6a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. KERRY, J.; KERRY, J.; LEDWARD, D. Meat Processing – Improving Quality. Cambridge, England: CRC Press. 2004. MADRID, A; CENZANO, I. VICENTE, J. M. Nuevo Manual de Industrias Alimentarias. Madri: Mundi-Prensa Libros, S. A. 1994. 590p.						

MORETTI, C. L. Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças e SEBRAE, 2007.

OETTERER, M.; REGITANO-D´ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Manole, 2006.

ORDOÑEZ, J. A. ET AL Tecnologia de Alimentos, v. 1 Componentes dos alimentos e Processos. Fátima Murad (trad.) Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORDOÑEZ, J. A. ET AL Tecnologia de Alimentos, v. 2. Alimentos de Origem Animal. Fátima Murad (trad.) Porto Alegre: Artmed, 2005.

PARDI, M. C. et al. Ciência, higiene e tecnologia da carne. v. 1. Goiânia: UFGO. 1993

PARDI, M. C. et al. Ciência, higiene e tecnologia da carne v. 2. Goiânia: UFGO. 1994.

PRICE, J. F. et al.. Ciência de la carne y de los productos cárnicos. Zaragoza: Acribia. 1976.

SILVA, J. A. Tópicos da Tecnologia dos Alimentos. São Paulo: Varela, 2000. 227p.

8º período

Unidade curricular: Administração e Planejamento Rural					Código: RURL3001
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes		
Tipo:	Carga horária total: 60				Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Não se aplica					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Fundamentos da administração rural. O gerenciamento da empresa rural. O processo administrativo nas empresas rurais. Capitais e custos de produção. Medidas de resultados econômicos. Comercialização. Marketing em Agronegócios.					
Bibliografia básica: ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005. BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (orgs). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV, DER, 2005. BATALHA, Mário Otávio (coord). Gestão Agroindustrial – GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2001, vol. 2					
Bibliografia complementar: CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000, 3ª edição. HOFFMANN, Rodolfo. Administração da empresa agrícola. São Paulo: Pioneira, 1994. SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002. SOUZA, R. et alli. A administração da fazenda. Rio de Janeiro: Globo, 1988. SPERRY, Suzana (org). Organização dos produtores. Brasília: EMBRAPA, 1999. SPERRY, Suzana; MERCOIRET, Jacques. Associação de pequenos produtores rurais. Planaltina, DF: EMBRAPA, 2003. ZYLBERSTAJN, D; NEVES, M. F. (orgs). Economia & gestão de negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira. 2000.					

Unidade curricular: Extensão Rural Z			Código: AGRO3051	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Sociologia rural				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Extensão Rural do século XX ao século XXI: alguns conceitos, as práticas extensionistas governamentais e não governamentais e as novas perspectivas de ação. Globalização e reorganização do espaço agrário. As questões que desafiam o desenvolvimento rural na contemporaneidade: as novas ruralidades, as questões tecnológicas, ambiental, da agricultura urbana, da exclusão nos contextos populares rurais, da agricultura familiar, da mulher, do jovem e do associativismo. Elaboração de projetos de gestão do desenvolvimento local sustentável em contextos populares.				
Bibliografia básica: ARMANI,Domingos. Como elaborar projetos?Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre:Tomo Editorial, 2000. BERLO, David K. O processo de comunicação: Introdução a teoria e a prática. São Paulo: Martins Fontes. 7ª Edição, 1991. BORDENAVE, J. D. O que é comunicação Rural. São Paulo:Brasiliense, 1980.				
Bibliografia complementar: BOFF, Clodovis. Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular.Petrópolis (RJ):Editora Vozes. 6ª Edição, 1986. CAPORAL, F.R. Bases para uma nova ATER pública. (DATER/www.mda.gov.br) FARIA, A.A.C. Potencialidades e Limites do uso do DRP em Processos de Desenvolvimento Local.Viçosa:UFV, 1999.(35p.) FONSECA, Maria Teresa Lousa da. Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo:Editora Loyola, 1987. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro:Paz e Terra. 8ª Edição, 1985. OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil.Florianópolis: EPAGRI, 1996. OLINGER, Glauco. Métodos e Técnicas de Extensão Rural.Florianópolis:EPAGRI, 1996. PINHEIRO, E.J.D. O médico veterinário e as necessidades da sociedade. Revista CFMV, Ano 11, N° 35,maio/agosto de 2005.(12p). PIRES, Maria Luíza Lins e Silva. O cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do (Quebec) do Canadá. Recife:Editora Massangana, 2004. PIRES, M.L.L.S.A (re) significação da Extensão Rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate. In:Lima, Jorge R. Tavares (org.). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Recife:Bagaço,2005. p:45-70. SANTOS, Maria Salete Tauk. CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. (Orgs.) Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Editora Bagaço, 2006.				

Unidade curricular: Suinocultura			Código: ZOOT3020	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Importância sócio-econômica da suinocultura. O Mercado Suinícola nacional e mundial, perspectivas da suinocultura nordestina. Características dos suínos e suas particularidades, principais raças e suas aptidões. Exterior e provas Zootécnicas, exposições e registro genealógico. Reprodução, cruzamentos e melhoramento genético, métodos de avaliação, classificação de carcaças. Exigências nutricionais e alimentação dos suínos. Manejo sanitário, biossegurança e controle profilático. Estudo econômico e custos de produção. Manejo geral da criação de suínos. Escrituração Zootécnica. Comercialização e Marketing dos produtos da suinocultura.				
Bibliografia básica: BORTOLOZZO, F.P.; WENT, I. et al. Inseminação artificial na suinocultura tecnificada . Porto Alegre: Pallotti, 2005, 185 p. CARAMORI JÚNIOR, J.G.; BATISTA, S.A. Manejo de leitões da maternidade à terminação . 1ª edição, LK, 2006, 80p. SOBESTIANSKY, J. et al. Suinocultura intensiva . EMBRAPA - CNPSA: Brasília, 1988. 388 p				
Bibliografia complementar: FERREIRA, A.H.; CARRARO, B.; DALLANORA, D. et al. Produção de suínos: Teoria e prática . 1ª edição, ABCS, Brasília, DF, 2014, 908p. FERREIRA, R.A. Suinocultura: Manual prático de criação . Viçosa, MG. Editora: Aprenda fácil, 2012, 443p. ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T.; DONZELE, J.L. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais . Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017, 252 p.				

Unidade curricular: Avicultura			Código: ZOOT3018	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 54	Prática 06	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Avicultura no Brasil e no mundo; Anatomia e fisiologia das aves; Raças de galinhas de interesse econômico; Instalações e equipamentos avícolas; Manejo na Produção de frangos de corte; Manejo na produção de poedeiras comerciais; Manejo na produção de matrizes para corte e postura; Produção de pintos de um dia; Abate e processamento de frangos de corte; Controle da qualidade de ovos e processamento; Sanidade avícola; Melhoramento de aves; Aspectos comerciais e econômicos da exploração avícola; Administração de empresas avícolas; Planejamento de empresas avícolas.				
Bibliografia básica: ALBINO, L. F. T.Frango de corte: Manual prático de manejo e produção. Viçosa, MG. Ed.: Aprenda Fácil, 1998. 72 p. ALBINO, L. F. T.; VARGAS JÚNIOR, J.G., SILVA, J. H. V.Criação de frango e galinha caipira. Viçosa, MG. Ed.: Aprenda Fácil, 2001. 124 p. ANDREATTI FILHO, R. L. (Org.) Saúde aviária e doenças. São Paulo, SP. Ed.: Roca, 2006. 314 p.				
Bibliografia complementar: APINCO - Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte. Curso de atualização em manejo de frangos de corte. Campinas, SP. Ed.: APINCO, 1989. 150 p. BERCHIERI JÚNIOR, A.; MACARI, M. Doenças das aves. Campinas, SP. Ed.: FACTA, 2000. 800 p. CAMPOS, E. J. Avicultura: Razões, fatos e divergências. Belo Horizonte, MG: Ed.: FEP-MVZ, 2000. 311 p. CASTELLÓ LLOBET, J.. A.; PONTES, M. P.; GONZÁLES, F. F. Producción de huevos.Barcelona, Espanha. Ed.: Real Escuela de Avicultura, 1989. 367 p. Anais da Sociedade Brasileira de Zootecnia - Reunião Anual. Anais dos Congressos de Iniciação Científica da UFRPE. Anais das Conferências da APINCO realizada pela FACTA. Revista Ave World Revista Avicultura Industrial Revista Avicultura profesional Revista Produção Animal - Avicultura Revista Brasileira de Zootecnia - UFV. Revista de Ciência Avícola - FACTA Revista Industria Avicola Revista Poultry Science Revista British Poultry Science Revista World´s Poultry Science Journal Journal Applied Poultry Research Journal				

Unidade curricular: Equideocultura			Código: ZOOT3019	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 54	Prática 06	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Ezoognosia, nutrição de ruminantes, nutrição de não ruminantes, pastagens				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Avaliação e identificação dos eqüídeos de acordo com a morfologia, pelagem e particularidades. Estudo dos sentidos vitais com ênfase no comportamento eqüino. Estudo da locomoção eqüina baseando-se em equilíbrio e biomecânica da movimentação e os principais arreamentos utilizados nas práticas eqüestres. Formação de pastagens e principais construções utilizadas na produção eqüina. Principais práticas de manejo reprodutivo utilizadas em eqüinos. Práticas sanitárias na criação dos eqüinos. Manejo Alimentar e Nutrição dos Eqüídeos. Produção de Asininos e Muas.				
Bibliografia básica: ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I. et al. NUTRIÇÃO ANIMAL: Alimentação animal. São Paulo: Nobel, 1983. p.425. ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I. et al. NUTRIÇÃO ANIMAL: As bases e os fundamentos da nutrição animal – os alimentos. São Paulo: Nobel, 2002. 395p. ANDRADE, L.S. O ARREAMENTO DO SEU CAVALO Equicenter Publicações: Belo Horizonte 1998 86p.				
Bibliografia complementar: CAMARGO, M.X. e CHIFFI, A.. EZOOGNÓSIA. São Paulo : Instituto de Zootecnia. 1971. 320p.; CINTRA, A.G.C. O CAVALO Características, Manejo e Alimentação. São Paulo. Editora Roca. 2011 364p. COSTA, HEC.; MANSO FILHO, HC.; FERREIRA, LMC. TREINAMENTO E EXTERIOR DOS CAVALOS. Recife: Imprensa Universitária UFRPE. 2001. 201p. DA SILVA, A.T.S. HIPOLOGIA – Guia para o Estudo do Cavalo: Lisboa, Lidel Edições Técnicas 2009 332p. ESTUDO DO COMPLEXO DO AGRONEGÓCIO CAVALO NO BRASIL, CEPEA/ESALQ/USP. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. – Brasília: CNA; MAPA, 2006. 68p.: Il. – (Coletânea Estudos Gleba; 40) FRAPE, D.L. : NUTRIÇÃO & ALIMENTAÇÃO DE EQUINOS : São Paulo : Editora Roca 2008 612p HAFEZ, B. REPRODUÇÃO ANIMAL, Ed. Manole Ltda. Barueri - SP, 7 ed. 2004. 167p. JONES, W.E. GENÉTICA E CRIAÇÃO DE CAVALOS. São Paulo : Editora Rocca, 1987. 666p . MANSO FILHO, HC. MANEJO DO HARAS. Recife: Imprensa Universitária UFRPE. 2001. 220p McKINNON, A.O.; VOSS, J.L. EQUINE REPRODUCTION. Philadelphia : Lea & Febiger, 1992. 1137p. MEYER, H. ALIMENTAÇÃO DE CAVALOS São Paulo: Livraria Varela Ltda, 1995 303p. MILLS, D.S. COMPORTAMENTO EQUINO São Paulo: Editora Roca, 2005 213p				

NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. NUTRIENTS REQUIREMENT OF EQUINE. 10.ed. Washington, DC: National Academic Prees, 2007. 341p.
REZENDE, A.S.C PELAGEM DOS EQUINOS; Belo Horizonte: FEPMVZ Editora 2007 111p
SANTOS, R.F. O CAVALO DE SELA BRASILEIRO E OUTROS EQUÍDEOS. Botucatu-SP: Ed Varela, 1981,288p.
STASHAK, T.E. CLAUDICAÇÃO EM EQUINOS SEGUNDO ADAMS. São Paulo : Ed. Rocca. 5a Ed. 1112p;

9º período

Unidade curricular: Bovinocultura de Corte e Bubalinocultura		Código: ZOOT3026 e ZOOT3023		
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos		Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes		
Tipo:	Carga horária total: 75			Créditos: 05
	Teórica 60	Prática 10	EAD-semipresencial 5	
Pré-requisito: Nutrição de ruminantes e Pastagens				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo da produção de bovinos de corte e bubalinos, considerando a viabilidade econômica e a sustentabilidade.				
Bibliografia básica: BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p. GOMIDE, L. A. M.; RAMOS, E. M.; FONTES, P. R. Tecnologia de abate e tipificação de carcaças. Viçosa:UFV, 2006. 370p. GOTTSCHALL, C. S. Produção de novilhos precoces: nutrição, manejo e custo de produção. 2. Ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 213p.				
Bibliografia complementar: JARDIM, W.R. Curso de bovinocultura. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola: São Paulo, 2001. 525p. JORGE, A. M. et. al. Produção de búfalas de leite. Botucatu: FEPAF, 2011. 181p. LANA, R.P. Nutrição e alimentação animal (mitos e realidades). Viçosa: UFV, 2005. 344p. LUCHIARI FILHO, A. Pecuária da carne bovina. 1. ed. São Paulo: A. Luchiari Filho, 2000. 134p. MARQUES, J. R. Búfalos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 176p. MARTIN, L. C. T. Confinamento de bovinos de Corte: modernas técnicas. 2. ed. NOBEL, 1987. 124p. NATIONAL RESEARCH COUNCIL - NRC. Nutrient requirements of beef cattle. 7.ed.Washington, D.C. 1996. 248p. OLIVEIRA, R.L.; BARBOSA, M.A.A.F. Bovinocultura de corte: desafios e tecnologias. Salvador: EDUFBA, 2007. 511p. PEIXOTO, A.M.; HADDAD, C.M.; BOIN, C.; BOSE, M.L.V. O confinamento de bois. São Paulo: Globo, 1987. 172p. PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v.I, 760p. PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v.II, 761-1510p. PRADO, I. N. Comercialização e estratégias competitivas na cadeia de carnes no Brasil. Maringá: EDUEM, 2000. 139p. PRADO, I. N.; MOREIRA, F. B. Suplementação de Bovinos no pasto e alimentos alternativos usados na bovinocultura. Maringá: EDUEM, 2002. 162p. PRADO, I. N.; SOUZA, J. P. Cadeias produtivas: estudos sobre competitividade e coordenação. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009. 282p.				

RAMOS, E. M.; GOMIDE, L. A. M.. Avaliação da qualidade de carnes: fundamentos e metodologias. Viçosa:UFV, 2007. 599p.

SAMARA, S.I.; DUTRA, I.S.; FRANCISCHINI, P.H. et al. Sanidade e produtividade em búfalos. Jaboticabal: FUNEP, 1993. 202p.

VALADARES FILHO, S.C., MAGALHÃES, K.A., ROCHA JUNIOR, V.R.; CAPELLE, E.R. Tabelas Brasileiras de Composição de Alimentos para Bovinos. 2 ed. Viçosa:UFV. 2006. 329p.

VALADARES FILHO, S.C., PAULINO, P.V.R., MAGALHÃES, K.A. Exigências Nutricionais de zebuínos e Tabelas de Composição de Alimentos. Viçosa: UFV. 2006. 142p.

Sites:

www.abcz.com.br
www.agricultura.gov.br
www.beefpoint.com.br
www.bufalo.com.br
www.farmpoint.com.br
www.fnp.com.br - ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira

Periódicos:

Archivos Latinoamericano de Producción Animal;
Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia;
Journal of Animal Science;
Pesquisa Agropecuária Brasileira;
Revista Brasileira de Zootecnia;

Vídeos:

Alimentação de gado de corte. Viçosa: CPT
Como Aumentar a Rentabilidade na Pecuária de Corte. Viçosa: CPT
Como Avaliar Bovinos de Corte para Compra e Seleção. Viçosa: CPT
Como Fazer uma Estação de Monta. Viçosa: CPT
Cria de Bezerros de Corte. Viçosa: CPT
Criação de Touros. Viçosa: CPT

Unidade curricular: Bovinocultura de Leite			Código: ZOOT3024	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de ruminantes e Pastagens				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Transmitir aos alunos conhecimentos relativos técnicas científicas da criação de bovinos leiteiros em sistemas tradicionais e racionais de exploração, tornando-os capacitados a realizar práticas de manejo produtivo e reprodutivo, visando obter subsídios para uma exploração econômica desta espécie.				
Bibliografia básica: BARMORE, J A ^a New calf management pratices enhance production efficeincy. Feedstuffs, 14: 12, 1994. CAMPOS, O F., LIZIERE,R.S.Alimentação de bovinos jovens. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, 14:73, 1995. COELHO DA SILVA, J.F., LEÃO, M.I. Fundamentos de Nutrição de ruminantes. Piracicaba, Livroceres, 1979. 380 p.				
Bibliografia complementar: HOLMES.C.W., WILSON, G.F. Produção de Leite a pasto. Trad. CAIELLI, E.L. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1990, 708 p. HUBER, J.T.Nutrição de bovinos jovens. In: SIMPÓSIO SOBRE NUTRIÇÃO DE BOVINOS, Piracicaba, 1977. Anais. Piracicaba: FEALQ, 1977. P.88 HUBER,J,T. Symposium on calf nutrition and rearing. Development of digestive and memtabolic apparatus of the calves. J. Dairy Sci, 52: 1303, 1969. NEIVA, R.S. Bovinocultura Leiteira. Lavras: Gráfica Universitária -UFLA, 1997. 539 p. LUCCI, C.S. Bovinos Leiteiros jovens. Nutrição- manejo-doenças. São Paulo,. NÓBEL, 1989. 371 p. LUCCI, C.S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo, Manole, 1997, 169 p. NATIONAL, RESEARCH COUNCIL-NRC.Nutrientes requirements of dairy cattle. 6 ed. Washington, D.C., 1989, 157 p. PEIXOTO, A M. MOURA, J.C. FARIA, V.P. Produção de Leite: Conceitos básicos. Piracicaba: FEALQ, 1989, 154 p. ROY,J.H.B. The calf. 5 ed. London: Buterworth, 1990.V.1. Management and health. 258 p. ROY, J.H.B. The calf. 4 ed. London: Buterworth, 1980.442 p. VAN SOEST, P.J. Nutritional ecology of the ruminant. 2 ed. London: Constock. Publishing. Associates, USA. 1994. 476 p. WATTIAUX, M. A Thecnical dairy guide. Wisconsin, Madison, 3 volumes, 1996. PERÍODICOS Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia Journal of Dairy Science REVISTAS Gado Holandês, Gado Jersey, Gado..... Balde Branco, Revistas dos Criadores, Leite B. etc...				

Unidade curricular: Produção e Manejo de Caprinos e Ovinos			Código: ZOOT3056	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de ruminantes; Pastagens				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Habilitar o aluno das noções técnico-científicas da criação de caprinos e ovinos, em sistemas racionais de exploração pecuária.				
Bibliografia básica: RIBEIRO, Silvio Doria de Almeida. Caprinocultura: Criação Racional de Caprinos. Editora Nobel, São Paulo, 1997, 318p. SILVA SOBRINHO, A.G. 2ª Ed. Produção de Ovinos. Jaboticabal, FUNEP, 1990. 210p. SILVA SOBRINHO, A.G. 2ª Ed. Criação de Ovinos. Jaboticabal, FUNEP, 2001. 302p.				
Bibliografia complementar: AISEN, E.G. Reprodução Ovina e Caprina. MedVet, 2008. 203p. MARIANTE, A.S. & CAVALCANTE, N. Animais do Descobrimento – Raças Domésticas da História do Brasil. 2ª Ed. EMBRAPA, 2006. 274p. NRC. Nutrients Requirements of Goats. 9a Ed. National Academy Press, 2007. 389p. NRC. Nutrients Requirements of Sheep. 6a Ed. National Academy Press, 1985. 112p. ROCHA, J.C. Caprinos no Semiárido – Técnicas e Práticas de Criação. 1ª Ed. Salvador-BA, 2003, 338p. SOUSA, V.H. & SANTOS, E.S. Criação de Caprinos Leiteiros – Uma Alternativa para o Semiárido. EMEPA, 1999, 207p.				
Periódicos: Revista Brasileira de Zootecnia Pesquisa Agropecuária Brasileira				

Unidade curricular: Elaboração e Avaliação de Projetos Código: ZOOT3051 Zootécnicos				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos específicos	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 5	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Técnicas de Planejamento tático, operacional e estratégico aplicados às áreas de produção animal. Elaboração e análise de projetos agropecuários. Análises de investimento, risco e retorno. Utilização prática de técnicas e processos na maximização de resultados das diversas unidades produtivas de exploração zootécnica.				
Bibliografia básica: BROM, L.G. e BALIAN, J.E.A.. Análise de Investimento e Capital de Giro. São Paulo. Ed. Saraiva. 2009 CORREIA NETO, J.F. Elaboração e avaliação de projetos de investimento considerando o risco. Ed Campus. Rio de Janeiro, 2009 DEGASPERI, S.A.R. e PIEKARSKI, P.R.B., Bovinocultura Leiteira: planejamento, manejo e instalações. Curitiba: Livraria do Chain, 1988.				
Bibliografia complementar: ESTUDO DO COMPLEXO DO AGRONEGÓCIO CAVALO NO BRASIL, CEPEA/ESALQ/USP. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. – Brasília: CNA; MAPA, 2006. 68p.: Il. – (Coletânea Estudos Gleba; 40) FÁVERO, J.A., et al., Produção de Suínos. Brasília: EMBRAPA – SPI; Brasília: EMBRAPA/CNPISA, 2003, 52p. GOUVEIA, A.M.G, Viabilidade econômica da criação de ovinos de corte (nas regiões centro-oeste e sudeste), LK Editora, 2006, Brasília-DF. 48p. JONES, W.E. GENÉTICA E CRIAÇÃO DE CAVALOS. São Paulo : Editora Rocca, 1987. 666p . MACARI, M., FURLAN, R.L., GONZALES, E. Fisiologia aviária aplicada a frangos de corte. 2 a.ed. Jaboticabal:FUNEP, 375 p., 2002.custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002. MENDES, A.A., NÄÄS, I.A., MACARI, M. Produção de frangos de corte. 1ª.ed. Campinas:FACTA Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas, 356 p., 2004 SOBESTIANSKY, JURIJ, et al., Suinocultura intensiva: Produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: EMBRAPA – SPI; Brasília: EMBRAPA/CNPISA, 1998, 338p. SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002. WOILER, S.; WASHINGTON, F.M. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. Atlas, São Paulo, 1996.				

10º período

Unidade curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório				Código: ZOOT3033	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizantes		
Tipo:	Carga horária total: 330			Créditos: 22	
	Teórica 0	Prática 330	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: 85% da carga horária mínima do curso e a disciplina cosrrespondente ao estágio					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - ESO é um recurso didático e pedagógico, essencial à formação acadêmica, pois, possibilitando a complementação do aprendizado teórico, delinea e consolida os conhecimentos necessários ao desempenho profissional.					
Bibliografia básica:					
Bibliografia complementar:					

Unidade curricular: Trabalho de Conclusão de Curso			Código: ZOOT3055	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: A partir do 8º			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizante	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 15	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária: 2850h				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Zootecnia da Universidade Federal Rural de Pernambuco visa fornecer oportunidades do aluno realizar um trabalho de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, sobre tema específico definido conjuntamente com um ou mais orientadores.				
Bibliografia básica: OLIVEIRA, M. M.. Como fazer pesquisa qualitativa . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 182 p. LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. C. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. 340p. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7ed. São Paulo: Atlas, 2009. 225 p				
Bibliografia complementar:				

Unidade curricular: Educação Física A			Código: EDUF3001	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado:			Núcleo de formação: Núcleo de conteúdos profissionalizante	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 02
	Teórica 0	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Proporcionar aos acadêmicos condições para a prática desportiva que venha estimular suas atividades físicas, sociais e psicológicas, como tentativa para desenvolver o hábito de praticá-las de forma regular, buscando manter e\ou melhorar a qualidade de vida.				
Bibliografia básica: 1.COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo. Cortez 1992. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto_49_-_Coletivo_de_Autores_-_Metodologia_de_Ensino_da_Ed._Física.pdf 2. MCARDLE, Willian, et al. Fisiologia do Exercício – Energia, Nutrição e Desempenho Humano. Guanabara Koogan, 2003. Disponível em: https://docero.com.br/doc/n8n5v83 . 3.TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões Sociais do Esporte. São Paulo Cortez, 2011. Disponível em: https://docero.com.br/doc/sn0evx0				
Bibliografia complementar: 1.ALBERTE, H. e ROTHEMBERG, L. Ensino de Jogos Esportivos. Rio de Janeiro ao Livro Técnico, 1984. 2.CARNANAL, Paulo Eduardo. Cinesiologia da Musculação. Rio de Janeiro Sprint, 2001. 3.COSTA, Marcelo Gomes da. Ginástica Localizada.2 ed. Rio de Janeiro Sprint, 1998. 4.FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. 5.NISTA- PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. Esporte para Vida. 1 ed. São Paulo Cortez, 2012.				

b. Disciplinas optativas

Unidade curricular: Alimentação, nutrição e manejo de animais selvagens em cativeiro				Código: UAG00061
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não ruminantes; Nutrição de ruminantes				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Reflexão sobre a manutenção de animais selvagens em cativeiro. Tipos de criatórios e leis que os regem. Características comportamentais e manejo das principais espécies de animais selvagens alojados em zoológicos e criatórios. Nutrição e técnicas de fornecimento de alimentos para animais selvagens em cativeiro. Técnicas utilizadas para minimizar o estresse em cativeiro.				
Bibliografia básica: CUBAS, Z. S.; SILVA, J. S.; CATÃO-DIAS, J. L. Tratado de animais silvestres. 1. ed. São Paulo: Roca, 2006. 1354p. DEUTSCH, L.A.; PUGLIA, L.R.R. Os Animais Silvestres: Proteção, Doenças e Manejo. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 191p. il. STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p.				
Bibliografia complementar: FRISCH, J.D. Aves Brasileiras. São Paulo: Ecoltec Ecologia Técnica, 1981. 353 p. il. IBAMA, site. http://www.ibama.gov.br/ PICCININI, R. S.; VALE, W. G.; GOMES, F. W. Criadouros Artificiais de Animais Silvestres. Belém, SUDAM, DRN, APC, Divisão de Documentação, 1971. 31p. NUNES, I. J. Nutrição animal Básica. Belo Horizonte: FEP - MVZ, 1998. VIEIRA, M. I. Alimentos vivos: produção e coleta para rãs, pássaros, peixes, animais de aquário e animais de terrário. São Paulo: Livraria Nobel, 1984. 116p.				
Periódicos do portal “Periódicos CAPES”.]				

Unidade curricular: Antropologia Aplicada às Ciências Agrárias			Código: ANTR3001	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 05	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Antropologia Cultural, conceitos básicos, princípios fundamentais, principais teorias, suas principais relações com as Ciências Agrárias, o homem do campo e com o campo como espaço no qual são vivenciados os fenômenos antropológicos.				
Bibliografia básica: BASTIDE, R. : Antropologia Aplicada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971. GOHN, Mª. Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da Cidadania dos Brasileiros. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica: alternativas de mudança. 56ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.				
Bibliografia complementar: LARAIA, Roque de Barros: Cultural um conceito Antropológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves: Antropologia, Uma Introdução. São Paulo: Editora Atlas,2001 MARTINS, José S. (Org.). Introdução Crítica à Sociologia Rural.2ª Ed. SP: HUCITEC, 1981. _____ A sociabilidade do homem simples. 2ª ed. SP: Contexto, 2008 MOREIRA, Roberto J. Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade. RJ: Redcapa, 1999. _____ (Org.). Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. RJ: DP&A editora, 2005. SCHERE-WARREN, Ilse.: Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1996.				

Unidade curricular: Avaliação e Tipificação de Carcaça Código: ZOOT3056				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo da tecnologia de classificação e tipificação de carcaças de bovinos, aves, suínos, caprinos e ovinos, fornecendo também informações quanto a tipos e cortes comercializados, sua localização, características e rendimentos.				
Bibliografia básica: GOMIDE, L. A. M.; RAMOS, E. M.; FONTES, P. R. Tecnologia de abate e tipificação de carcaças. Viçosa: UFV, 2006. 370p. PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v.II, 761-1510p. RAMOS, E. M.; GOMIDE, L. A. M.. Avaliação da qualidade de carnes: fundamentos e metodologias. Viçosa: UFV, 2007. 599p.				
Bibliografia complementar: Sites: www.agricultura.gov.br www.beefpoint.com.br www.farmpoint.com.br www.fnp.com.br - ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira Periódicos: Archivos Latinoamericano de Producción Animal; Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia; Journal of Animal Science; Pesquisa Agropecuária Brasileira; Revista Brasileira de Zootecnia; Vídeo: Abate de Caprinos e Processamento da Carne Curso de Avaliação e Tipificação de Carcaças Bovinas. Viçosa: CPT Montagem de Pequeno Abatedouro e Cortes Comerciais de Ovinos. Viçosa: CPT				

Unidade curricular: Cana, milho e sorgo			Código: ZOOT3057	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específico	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária: Fisiologia Vegetal e Fertilidade do Solo				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Estudo teórico e prático das seguintes culturas: cana, milho e sorgo envolvendo aspectos de origem e importância econômica mundial, nacional e regional da cultura, características botânicas, fisiologia, cultivares, nutrição e adubação, plantio, genética e melhoramento, sanidade e tecnologia de produção.				
Bibliografia básica: FANCELLI, A. & DOURADO NETO, D. Produção de milho. Guaíba; Agropecuária, 2000. 385p. FORNASIERE FILHO, D. Manual da Cultura do Milho. Funep, 2007.574p. SILVA, V. G. O cultivo do sorgo. Salvador: EPABA, 1996. 32p.				
Bibliografia complementar: DINARDO-MIRANDA, L.L.; VASCONCELOS, A.C.M. de; LANDELL, M.G. de A.; et al. Cana-de-açúcar. Campinas: IAC, 2008. 882p. PINTO, A. S; PARRA, J. R. P.; OLIVEIRA, H. N. Guia Ilustrado de Pragas e Insetos Benéficos do Milho e Sorgo. Ceres, 2004. 108p.				

Unidade curricular: Carcinocultura			Código: UAG00035	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Aquicultura Geral				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Carcinocultura no Brasil e no mundo. Espécies cultiváveis e produtividade de camarões marinhos e de água doce. Cultivo de camarão marinho e de água doce: noções da biologia das principais espécies e suas exigências ambientais. Instalações e manejo na larvicultura, berçário e engorda. Sistema de cultivo (extensivo, semi-intensivo e intensivo). Seleção de áreas para cultivo em viveiros. Produção de alimento vivo: microalgas, microcrustáceos, etc. Implantação e operação de fazendas de camarão. Manejo alimentar e nutricional de camarões. Sistemas alternativos (heterotróficos, orgânico, cerco). Despesca.				
Bibliografia básica: BARBIERI JÚNIOR, R.C.; OSTRENSKI NETO, A. Camarões Marinhos Reprodução, Maturação e Larvicultura. Viçosa: CPT, 2001. 258 p. BARBIERI JÚNIOR, R.C.; OSTRENSKI NETO, A. Camarões Marinhos – Engorda. Viçosa: CPT, 2001. 372 p. BARBOSA LIMA, R. ; FIGUEIREDO-LIMA, D. F. . Nutrição de Camarões - Lipídeos essenciais na alimentação de camarões. 1. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2009. 50 p.				
Bibliografia complementar: BORGHETTI, N.R.B., A. OSTRENSKY E J.R. BORGHETTI. Aquicultura: Uma visão geral sobre a produção de organismos aquáticos no Brasil e no mundo. Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais, Curitiba, PR. 2003.				

Unidade curricular: Comportamento Equino e Princípios Básicos da Doma Racional					Código: UAG00036
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45				Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 05	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Equídeocultura					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Estudo do desenvolvimento do comportamento equino, ao longo da evolução da espécie e durante as diversas fases da vida do equino, dando embasados nos sentidos de comunicação. Comunicação organizacional e seus reflexos no comportamento reprodutivo e alimentar dos equinos. Principais vícios desenvolvidos pelos equinos e as formas de minimizá-los através do entendimento da linguagem corporal e práticas de doma racional.					
Bibliografia básica: CINTRA, A.G.C. O CAVALO Caraterísticas, Manejo e Alimentação.São Paulo. Editora Roca. 2011 364p. MCGREEVY, P. Equine Behavior, A guide for Veterenarians and Equine Scientists. Saunders 2004 412p. MILLS, D.S. Comportamento EquinoSão Paulo: Editora Roca, 2005 213p					
Bibliografia complementar: PARELLI, P. Natural Horsemanship Copyright@ 2009 ROBERTS, M. Violência não é a resposta São Paulo: Ed. Bertrand, 2002 249p. ROBERTS, M. O homem que ouve cavalos São Paulo: Ed. Bertrand, 2001 343p.					

Unidade curricular: Distúrbios Metabólicos em Ruminantes					Código: UAG00037	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco						
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Específica		
Tipo:	Carga horária total: 45				Créditos: 03	
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0			
Pré-requisito: Bioquímica Animal, Formulação e Fabricação de Rações e Nutrição de Ruminantes.						
Requisito de carga horária:						
Correquisito: Não se aplica						
Ementa: Introdução aos problemas metabólicos de ordem nutricional em animais ruminantes. Etiologia, manipulação alimentar e nutricional para prevenir tais distúrbios.						
Bibliografia básica: BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. 1ª ed. Jaboticabal: Funep, 2006, 583p. GERHARD, M. Biochemical pathways: an atlas of biochemistry and molecular biology. 1ª ed. New York: Wiley, 1998, 288p. JONES, T. C.; HUNT, R. D.; KING, N. W. Patologia veterinária. 6ª ed. São Paulo: Manole, 1997, 1415p.						
Bibliografia complementar: NELSON, D.L.; COX, M.M. Lehninger:Princípios de bioquímica.4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006. 1202p. SMITH, B. Medicina Interna de Grandes Animais. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2006, 1728p. STENESH, J. Dictionary of biochemistry and molecular biology. 3ª ed. New York: Wiley, 2004, 485p. STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p. VAN SOEST, P.J. Nutritional ecology of the ruminant. 2nd ed. New York: CornellUniversity Press, 1994. 476p. VOET, D.; VOET, J.G. Bioquímica. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 1616p.						

Unidade curricular: Exposições, Parques, Leilões de Animais e Legislação					Código: UAG00050
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45				Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 05	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Ezoognósia; Pastagens; Instalações Zootécnicas; Máquinas e Implementos de Interesse Zootécnico; Bioclimatologia Zootécnica					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Elaboração e organização das exposições de animais e seu impacto econômico e no melhoramento genético animal. Preparação de animais para apresentação em exposições e leilões. Principais métodos utilizados no julgamento de animais de produção. Elaboração de projeto de construção de um parque de exposições como equipamento urbano de múltiplas funções. Regulamento de Registro Genealógico de raças Bovinas, Caprinas, Ovinas e Equinas de importância para o Brasil. O leilão como forma de comercialização animal (metodologias e legislação). Abordagem sobre os principais tópicos da regulamentação de arrendamento e parceria pecuária.					
Bibliografia básica: BELDA, A.S. Identificación animal. Madrid. Ministério da Agricultura, 1974 GARCIA, A.R. Manual prático de arrendamento e parceria rural. São Paulo. Globo, 1996. SANTOS, R. A geometria do Zebu. Recife. Tropical, 1984.					
Bibliografia complementar: TORRES, A. DI PARAVICINI. Melhoramento dos rebanhos: noções fundamentais. São Paulo. Nobel, 1981.					

Unidade curricular: Fisiologia do Estresse Animal			Código: UAG00006	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 40	Prática 05	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Citologia; Histologia e Embriologia Geral; Anatomia animal; Fisiologia animal II				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Bases históricas, conceituais e abordagem geral do estresse. Estudo dos fatores estressores e das alterações endócrinas, nervosas e comportamentais. Estudos das relações entre estresse e diversos aspectos e sistemas relacionados à produção animal e sua ação sobre o comportamento, sistema digestório, sistema reprodutor, sanidade e bem estar animal, entre outros.				
Bibliografia básica: Fisiologia de Animais Domésticos. Reece, W.O. Editora Roca. 364p. Dukes/Fisiologia dos Animais Domésticos. Reece, William O. Ri de Janeiro, Guanabara & Koogan. 12a edição. 946 p. 2002. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda. FRANDSON, R.D. - WILKE, W. L.; FAILS, A.D. Rio de Janeiro. Guanabara & Koogan. 6ª edição. 2005.				
Bibliografia complementar: Tratado de Fisiologia Veterinária. CUNNINGHAM, J.G. 3ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara & Koogan. 2004. Fisiologia de Animais Domésticos. Reece, W.O. Editora Roca. 364p. KOLB Fisiologia Veterinária. GURTLE, H.; KETZ, H. A.; KOLB, E.; SCHRODER, L.; SEIDEL, H. Rio de Janeiro. 4ª edição. Guanabara Koogan. 612p. 1997. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. Reece, W.O. Editora Roca. 3ª edição.468p. 2008. Fisiologia do Comportamento, Neil R. Carlson. Manole Editora. Edição 7. 699p. Neurofisiologia do Comportamento. Oliveira, M.A.D. 2ª edição. Editora da ULBRA. 260p. 2000. ECKERT / Fisiologia Animal. RANDALL, D.; BURGGREN, W.; FRENCH, K. Rio de Janeiro. Guanabara & Koogan. 4ª edição. 2000. Fisiologia Animal. Adaptação e Meio Ambiente. KNUT SCHMIIDT-NIELSEN. Ed. Santos - 5ª edição. 611p. 2002. The biology of animal stress: basic principles and implications for animal welfare. Gary P. Moberg, Joy A. Mench. CABI - 377 p. 2000. Animal Stress. Gary P. Moberg. Williams & Wilkins. Maryland. 324p. 1985. Stress and animal welfare. Donald M. Broom, K. G. Johnson. Springer. 211 p. 1993. Livestock handling and transport. Temple Grandin. CABI. 449p. 2000. Physiology and Behaviour of Animal Suffering. Neville G Gregory. Blackwell Science. 280p. 2005.				

Unidade curricular: Formulação de rações para não ruminantes			Código: UAG00164	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 15	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Formulação e Fabricação de Rações; Nutrição de Não Ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito:				
Ementa: Estudo da formulação e avaliação de rações para animais não ruminantes de interesse zootécnico.				
Bibliografia básica: ROSTAGNO, H.S et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa: UFV. 2011. 252 p. ROSTAGNO, H.S et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa: UFV. 2017. 488 p. ANDRIGUETTO, J.M. et al. Nutrição Animal. São Paulo: Nobel, 1982. 395p.				
Bibliografia complementar: DAVID FRAPE, Nutrição e Alimentação de Equinos - Terceira Edição, Editora ROCA Pg. 990				

Unidade curricular: Formulação de rações para ruminantes Código: UAG00058				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 15	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Formulação e Fabricação de Rações; Nutrição de Ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito:				
Ementa: Estudo da formulação e avaliação de rações para animais ruminantes de interesse zootécnico.				
Bibliografia básica: LANA, ROGÉRIO. Sistema Viçosa de Formulação de Rações. 4aed., Viçosa-MG, Editora UFV, 2007, 91p. VALADARES FILHO, SEBASTIÃO DE CAMPOS, et al. Tabelas Brasileiras de Composição de Alimentos para Ruminantes. 1aed., Viçosa-MG, Editora UFV, 2015, 473p. VALADARES FILHO, SEBASTIÃO DE CAMPOS, et al. Exigências Nutricionais de Zebuínos Puros e Cruzados. 2aed., Viçosa-MG, Produção Independente, 2010, 193p.				
Bibliografia complementar: BUTOLO, JOSÉ EDUARDO. Qualidade de Ingredientes na Alimentação Animal. 2aed., Campinas-SP, Mundo Agro Editora, 2010, 430p. LANA, ROGÉRIO. Nutrição e Alimentação Animal - Mitos e Realidades. 2aed., Viçosa-MG, Suprema Gráfica e Editora Ltda., 2007, 344p. LOPES, HENRIQUE OTÁVIO DA SILVA. Suplementação de Baixo Custo para Bovinos – Mineral e Alimentar. 1aed., Brasília-DF, Embrapa Informação Tecnológica, 1998, 107p. MUNIZ, EVANDRO NEVES, et al. Alternativas Alimentares para Ruminantes II. 1aed., Aracaju-SE, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008, 267p. SILVA, SEBASTIÃO, Matérias primas para Produção de Ração - Perguntas e Respostas. 1aed., Viçosa-MG, Editora Aprenda Fácil, 2009, 249p. VIEIRA, PABLO ALMEIDA SAMPAIO. Tabelas Nordestinas de Composição de Alimentos e Predição do Consumo de Matéria Seca por Ovinos da Raça Santa Inês em Confinamento (Dissertação de Mestrado) 185f. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE. 2011.				

Unidade curricular: Gestão de Qualidade na Agropecuária				Código: UAG00032
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Economia e Política Agrícola				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Conceitos Básicos de Qualidade e Gestão da Qualidade; Enfoques para Gestão da Qualidade – O fator Humano. Sistemas de Gestão da Qualidade (Programas e Ferramentas). Custos da Qualidade. . Ferramentas e técnicas para a Qualidade total e ambiental (auditorias, normas e gerenciamento).				
Bibliografia básica: BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. , Vol. 1. Ed. Atlas. São Paulo, 2001 BRUCE BROCKA, B.; BROCKA, M.S. Gerenciamento da Qualidade. Ed. Makron Books. 2000. ROBLES JUNIOR, A.; BONELLI, V. Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente.. Ed. Atlas. São Paulo 2006				
Bibliografia complementar: ZYLBERSZTAJN, D. ; SCARE, R. F. (org.) Gestão da qualidade no agribusiness. São Paulo: Atlas, 2003.				

Unidade curricular: Gestão de Tecnologia e Inovação			Código: UAG00049	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Economia e Política Agrícola				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Competitividade e inovação, inteligência competitiva, gestão do conhecimento, políticas de ciência e tecnologia e inovação, processo de gestão da inovação, equipes de desenvolvimento tecnológico.				
Bibliografia básica: ANGELONI, MARIA TEREZINHA (org). Gestão do conhecimento no Brasil casos, experiências e práticas de empresas públicas . Rio de Janeiro Qualitymark, 200 BATALHA, OTAVIO (coord). Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais . Vol.1 e 2.. 3ed. São Paulo: Atlas, 2014. LOPES, FREDERICO FONSECA (coord). Agroperformance: um método de planejamento e gestão estratégica para empreendimentos agro visando alta performance . São Paulo: Atlas, 2012.				
Bibliografia complementar: Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável. Manual de praticas para pecuária sustentável . E-book. SUTHERLAND, JEFF. Scrum: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo . 2ed. São Paulo: Leya, 2016 MATTOS, JOÃO ROBERTO LOUREIRO; GUIMARAES, LEONAM DOS SANTOS. Gestão da tecnologia e da inovação uma abordagem prática . São Paulo Saraiva, 2005. STAREC, CLÁUDIO; GOMES, ELISABETH; BEZERRA, JORGE. (orgs). Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva . São Paulo Saraiva, 2006. VARGAS, RICARDO VIANA. Manual pratico do plano de projeto: utilizando PMBOK Guide . 4ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. Legislações. Sebrae Nacional. Núcleo de apoio à gestão da inovação, USP e outros portais				

Unidade curricular: Incubação de ovos de aves doméstica Código: UAG00057				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Anatomia Animal II. Fisiologia Animal II. Embriologia Geral. Genética Básica. Instalações Zootécnicas. Higiene e Profilaxia Animal. Avicultura.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Reprodução aviária. Fisiologia da incubação. Desenvolvimento embrionário. Instalações e equipamentos. Manejo da incubação. Vacinação e biossegurança. Estresse, doenças e contaminações do ovo fértil. Nutrição da matriz e do embrião. Embriodiagnóstico.				
Bibliografia básica: MACARI, M., GONZALES, E. Manejo da Incubação. Campinas Facta. 2003. 537 p. MACARI, M.; FURLAN, R.L.; GONZALES, E. Fisiologia aviária aplicada a frangos de corte. Campinas FACTA. 2008. 375 p. SWENSON M.J. REECE W.O. Dukes/Fisiologia dos Animais Domésticos. Rio de Janeiro Guanabara Koogan. 2006. 954 p.				
Bibliografia complementar: BERCHIERI Jr., A.; SILVA, E.N.; FÁBIO, J.Di; SESTI, L.; ZUANAZE, M.A. Doenças das aves . Campinas FACTA. 2009. 490 p. BORNE, P.M. COMTE, S. Vacinas e vacinação na produção avícola . Porto Feliz Gessuli. 2003. 140 p. ETCHES, R.J. Reproduction in Poultry . CAB International. 1995. 317 p. MACARI, M.; MENDES, A.A. Manejo de matrizes de corte. Campinas FACTA, 2005. 421 p. WHITTOW, G. C. Sturkies Avian Physiology . Academic Press. 2000. 685 p				
Periódicos: Avian Biology Research Revista Brasileira de Ciência Avícola Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia, Sociedade Brasileira de Zootecnia, UFV, Viçosa - MG. Poultry Science, The Poultry Science Association, USA Anais FACTA, CBNA.				

Unidade curricular: Interações Simbióticas Microorganismos/Planta			Código: AGRO3042	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Origem e evolução das principais simbioses mutualistas. Respostas das plantas à infecção microbiana. Mocrorganismos promotores de crescimento de plantas. Interações leguminosa-Rhizobium. Eco-fisiologia dos microrganismos endofíticos. Eco-fisiologia de micorrizas. Métodos moleculares para detecção dos microrganismos no ambiente e em associação com o hospedeiro. Genômica de microrganismos simbiotes de plantas. Aplicação biotecnológica de simbioses entre microrganismos e plantas na agricultura.				
Bibliografia básica: GRIFFITHS, Anthony J. F. Introdução à genética . 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. xvii, 743 p. KLUG, William S.; CUMMINGS, Michael R.; SPENCER, Charlotte; PALLADINO, Michael A. Conceitos de genética . 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 863 p. RAMALHO, Magno Antônio Patto; SANTOS, João Bosco dos; PINTO, César Augusto Brasil Pereira; FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Genética na agropecuária . 3.ed. Lavras, MG: UFLA, 2004. 472p.				
Bibliografia complementar:				

Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 20	Prática 25	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Abordagem social e linguística da Surdez e do mundo dos Surdos com ênfase nas estruturas linguísticas e gramaticais da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Comunidade, cultura, identidade Surda. Especificidades na aquisição da língua de sinais pela criança surda Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei de LIBRAS O tradutor e o intérprete de língua de sinais: atuação, ética e mitos. Especificidades estruturais e gramaticais da LIBRAS.				
Bibliografia básica:				
Bibliografia complementar:				

Unidade curricular: Manejo de plantas forrageiras no semiárido			Código: UAG00078	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito:				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Caracterização de pastagens nativas do Semiárido quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos; potencialidades, possibilidades de manejo e utilização sustentável para a produção animal. Uso potencial de Lavoura Xerófila no Semiárido brasileiro no enfoque da produção de forragem.				
Bibliografia básica: ALBUQUERQUE, U. P. et al. Caatinga Biodiversidade e Qualidade de Vida . Recife, PE: UFRPE, 2010. ARAÚJO FILHO, J. A. Manejo de pastagem nativa . Recife, PE. Projeto Dom Helder Camara. 204p. DUQUE, J.G. O Nordeste e as lavouras xerófilas . 4. ed. Fortaleza (BRA): Banco do Nordeste do Brasil. 2004, 330p				
Bibliografia complementar: ANDRADE, A. P.; SOUSA, E.S.; SILVA, D.S.; SILVA, I.F.; LIMA, J.R.S. Produção Animal no Bioma Caatinga: Paradigmas dos 'Pulsos - Reservas'. Revista Brasileira de Zootecnia, João Pessoa, v. 35, n. Suplemento, p. 138-155, 2006. ANDRADE, A. P. de; COSTA, R. G. da; SANTOS, E. M.; SILVA, D. S. da. Produção animal no semiárido: o desafio de disponibilizar forragem, em quantidade e com qualidade, na estação seca . Tecnologia & Ciência Agropecuária, João Pessoa, v. 4, n. 4, p. 1-14, dez. 2010. REIS, R. A., DA SILVA, S.C. Consumo de forragens . IN: Berchielli, T.T., Pires, A.V., Oliveira, S. g. Nutrição de Ruminantes. FUNEP, Jaboticabal, 2006. MORAIS, D.A.E. F. Alternativas para incrementar a oferta de nutrientes no semi-árido brasileiro . Revista Verde, v.2, n.1, p. 01-24, 2007. NOY-MEIR, I. Desert ecosystems: environment and producers. Annual Review of Ecology and Systematics, 4, 25–51. 1973.				

Unidade curricular: Metabolismo de Animais em Lactação					Código: UAG00033
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco					
Período a ser ofertado: Todos				Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03	
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0		
Pré-requisito: Bioquímica Animal, Fisiologia Animal II e Nutrição de Ruminantes.					
Requisito de carga horária:					
Correquisito: Não se aplica					
Ementa: Processos metabólicos que precedem a lactação. Processos envolvidos na síntese dos componentes do leite e fatores que a influenciam. Processos metabólicos envolvidos na lactogênese e na galactopoiese. Diferenças entre espécies.					
Bibliografia básica: BERG, J.M.; TYMOCZKO, D.L.; STRYER, L. Bioquímica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 1059p. BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. 1ª ed. Jaboticabal: Funep, 2006, 583 p. CHAMPE, P.C.; HARVEY, R.A.; FERRIER, D.R. Bioquímica ilustrada. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 544.					
Bibliografia complementar: CORREIA, A A. Bioquímica animal. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian GERHARD, M. Biochemical pathways: an atlas of biochemistry and molecular biology. 1ª ed. New York: Wiley, 1998, 288. HARPER, A., Química fisiológica. 26ª ed. São Paulo: Atheneu Editora S.A., 2006, 692. LEHNINGER, A. Princípios de bioquímica. vol. 1, 2, 3 e 4 Ed Edgard Blucher Ltda. NELSON, D.L.; COX, M.M. Lehninger: Princípios de bioquímica. 4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006. 1202p. PRATT, C.W.; CORNELLY, K. Bioquímica essencial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716p. STENESH, J. Dictionary of biochemistry and molecular biology. 3ª ed. New York: Wiley, 2004, 485. STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p.					

Unidade curricular: Nutrição de Animais Carnívoros			Código: ZOOT3035	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fisiologia animal II; Bioquímica animal; Bromatologi aplica à zootecnia				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Histórico, Importância e Tendências da Alimentação dos Carnívoros Domésticos. Princípios em que se baseia: Digestão, Absorção e Metabolismo das principais frações Nutritivas dos Alimentos; Necessidades Nutricionais dos Carnívoros Domésticos; Avaliação dos Alimentos para Carnívoros domésticos: Limites técnicos e éticos; fatores que fazem variar a qualidade dos mesmos relativamente ao aproveitamento pelo animal. Comportamento Alimentar. A adequação das dietas aos diferentes estados fisiológicos e à patologias específicas. Estudo crítico das normas e legislação de fabricação e comercialização de rações para Cães e Gatos.				
Bibliografia básica: ANDRIGUETO, J. A.et alii. Nutrição Animal, São Paulo: Nobel. v. 1. 40ª. ed. 1988. 396 p. ANDRIGUETO, J. A.et alii. Nutrição Animal, São Paulo: Nobel. v. 2. 3ª ed. 1989. 426 p. ANFALPET. Manual do programa integrado de qualidade pet 2009. 3ª. Edição. 2009. 364 p.				
Bibliografia complementar: CASE, L. P.; CAREY, E. P.; HIRAKAWA, D. A; DARISTOTLE, L. Canine and feline nutrition. A resource for companion animal professionals. St. Louis: Mosby. 2000. 592p. KELLY, N.; WILLS, J. Manual of companion animal nutrition & feeding. 1 ed., Iowa State University Press. 1996. 277p. MC DONALD, P., EDWARDS, R.A., GRENNHALGH, J.F.D., MORGAN, C.A. Nutrición animal. 5 ed, Editorial Acribia S.A. 1995. 576p. Nutrient Requirements of Dogs and Cats. National Research Council. Washington: National Academies Press. 2006. 398p SAKOMURA, N.K.; ROSTAGNO, H.S. Métodos de pesquisa em nutrição de monogástricos. Funep, 2007. 283p. SWENSON, Melvin J.; REECE, Wiliam O. Dukes – Fisiologia dos animais domésticos. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1993. 856p WILLS, J.M. & SIMPSON K.W. (1994) – The Waltham Book of Clinical Nutrition of the Dog & Cat. Pergamon ed. Hardcover. 472p. WORTINGER, A. Nutrição para cães e gatos. Editora Roca. 2009. 236p				

Unidade curricular: Nutrição de Organismos Aquáticos Código: PESQ0000				
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de não-ruminantes e Aquicultura Geral				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: O conceito de alimentação e nutrição de peixes e camarões. Alimentação e nutrição de peixes e camarões: o trato digestivo e glândulas anexas; hábitos alimentares; fisiologia da alimentação e digestão. Alimentação e qualidade da água. Capacidade de sustentação dos sistemas de criação. Os nutrientes e seu uso pelos peixes e camarões. Exigências nutricionais dos peixes e camarões. Ingredientes de uso comum e alternativos. Atrativos e estimulantes alimentares. Alimentação e nutrição de peixes e camarões em sistemas intensivos e semi-intensivos. Manejo alimentar de peixes e camarões. Formulação e processamento de dietas.				
Bibliografia básica: BALDISSEROTO, B. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura. Santa Maria: Editora UFSM. 212 p. BATEMAN, H.; SARGEANT, H.; McADAM, K. Dictionary of food science and nutrition. London: A & C Black Publisher. 289 p. 2006. CALDER, P.C.; FIELD, C.J.; GILL, H.S. Nutrition and Immune Function. Cambridge: CABI Publishing, 2002. 426 p.				
Bibliografia complementar: CYRINO, J.E.P.; BICUDO, A.J.A.; SADO, R.Y.; BORGHESI, R.; DAIRIKI, J.K. Produção de peixes e ambiente: a busca pela definição, formulação e uso de alimentos ambientalmente corretos em piscicultura. In: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal – CBNA. Anais do Congresso Latino-Americano de Nutrição Animal II. São Paulo, SP, 10 a 13 de abril de 2006. CD-ROM, 28p. CBNA, Campinas, SP. D'ABRAMO, L.R.; CONKLIN, D.E.; AKIYAMA, D.M. Crustacean Nutrition: Volume VI. Baton Rouge: World Aquaculture Society, 1997. 587 p. D’MELLO, J.P.F. (Ed.). Amino Acids in Animal Nutrition. 2nd ed. Cambridge: CABI Publishing, 2003. 513 p. PEZZATO, L.E.; BARROS, M.M.; Fracalossi, D.M.; CYRINO, J.E.P. Nutrição de peixes. In: CYRINO, J. E. P.; URBINATI, E.C.; FRACALLOSSI, D.M.; CASTAGNOLLI, N. (Ed.). Tópicos Especiais em Piscicultura de Água Doce Tropical Intensiva. Sociedade Brasileira de Aqüicultura e Biologia Aquática, Jaboticabal, SP. p. 75-169. 2004. POND, W.G.; BELL, A.W. Encyclopedia of Animal Science. New York: Marcel Dekker Inc. 926 p. 2005.				

Unidade curricular: Nutrição Mineral de Plantas			Código: QUIM303017	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 60			Créditos: 04
	Teórica 45	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Fisiologia Vegetal				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Introdução à Nutrição mineral de plantas como sub-área da fisiologia e metabolismo de plantas. Absorção, transporte e redistribuição dos nutrientes. Formas de absorção, funções e deficiências dos macro, micronutrientes e nutrientes benéficos. Elementos tóxicos. Avaliação do estado nutricional das plantas.				
Bibliografia básica: FERREIRA, M.E.; CRUZ, M.C.P. da. Micronutrientes na agricultura. Piracicaba: POTAFOS, 1988. 734p. MALAVOLTA, E. Manual de Nutrição Mineral de Plantas. Piracicaba: E. Agronômica Ceres. 2006. 638p. MALAVOLTA, E. Manual de química agrícola. 3ª ed. Piracicaba: E. Agronômica Ceres. 1981. 596p.				
Bibliografia complementar: BUCHANAN, B.B.; GRUISSEM, W.; JONES, R. 2000. (eds) Biochemistry and Molecular Biology of Plants. American Society of Plant Physiologists. Rockville. EPSTEIN, E.; BLOOM, A.J. Nutrição Mineral de Plantas: princípios e perspectivas. Trad. NUNES, M.E.T. Londrina: Editora Planta, 2006. 403p. FAQUIN, V. Nutrição Mineral de Plantas. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 182p. FERNANDES, M.S. Nutrição Mineral de Plantas. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432p. MARSCHNER, H. Mineral nutrition of higher plants. 2nd ed. London: Academic Press Limited. 1995. 889p. MALAVOLTA, E.; GOMES, F.P.; ALCARDE, J.C. Adubos & Adubações. São Paulo: Ed. Nobel, 2002. 200p. TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3ed. Trad. Eliane Romanato Santarém...(et al.). Porto Alegre: Artmed, 2004. 394p. Artigos da Revista Brasileira de Ciência do Solo Artigos da Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira				

Unidade curricular: Piscicultura			Código: UAG00038	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Aquicultura Geral				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Biologia e fisiologia aplicada à nutrição e produção de peixes. Principais espécies utilizadas na piscicultura brasileira. Sistemas de produção e produtividade. Fundamentos de hidrobiologia e qualidade da água para piscicultura. Reprodução de peixes. Fundamentos de manejo sanitário em piscicultura				
Bibliografia básica: BALDISEROTO, B.; MANCERA, J.M.; KAPOOR, B.G. Fish osmoregulation. Enfield: Science Publisher, 2007. 540 p. BORGHETTI, N.R.B., A. OSTRENSKY E J.R. BORGHETTI. Aqüicultura: Uma visão geral sobre a produção de organismos aquáticos no Brasil e no mundo. Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais, Curitiba, PR. 2003. BRANSON, E.J. (Ed.). Fish welfare. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. 312 p.				
Bibliografia complementar: BULLER, N.B. Bacteria from Fish and Other Aquatic Animals: A Practical Identification Manual. Cambridge: CABI Publishing, 2004. 377 p. CRESPI, V.; COCHE, A. Glossary of aquaculture. Rome: FAO. 2008. 424 p. CYRINO, J.E.P.; BUREAU, D.P.; KAPOOR, B.G. (eds). Feeding and digestive functions in fishes. Science Publishers. 2008. 575 p. CYRINO, J.E.P.; URBINATI, E.C. (Eds.). Tópicos especiais em biologia aquática e aqüicultura. Jaboticabal: AQUABIO, 2006. 293 p. CYRINO, J.E.P.; URBINATI, E.C.; FRACALOSSO, D.M.; CASTAGNOLLI, N. (eds.) Tópicos Especiais em Piscicultura de Água Doce Tropical Intensiva. Associação Brasileira de Aqüicultura e Biologia Aquática, CAUNESP, Jaboticabal, SP. 2004. CYRINO, J.E.P.; BICUDO, A.J.A.; SADO, R.Y.; BORGHESI, R.; DAIRIKI, J.K. Produção de peixes e ambiente: a busca pela definição, formulação e uso de alimentos ambientalmente corretos em piscicultura. In: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal – CBNA. Anais do Congresso Latino-Americano de Nutrição Animal II. São Paulo, SP, 10 a 13 de abril de 2006. CD-ROM, 28p. CBNA, Campinas, SP. DUNHAM, R.A. Aquaculture and fisheries biotechnology: genetic approaches. Cambridge: CABI Publishing, 2004. 276 p. EGNA, H.S.; BOYD, C.E. (Eds.). Dynamics of pond aquaculture. Boca Raton: CRC Press, 1997. 437 p. EL-SAYED, A-F.M. Tilapia Culture. Cambridge: CABI Publishing, 2006. 293 p.				

Unidade curricular: Piscicultura ornamental			Código: UAG00039	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia; Fisiologia Animal II; Alimentos e alimentação; Nutrição de não ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Histórico e status do aquarismo mundial e brasileira. Condições locais e o ambiente ideal para desenvolvimento do aquarismo. Tópicos sobre qualidade de água no aquarismo. Anato-morfo-fisiologia de peixes ornamentais. Alimentação e nutrição de peixes ornamentais. Técnicas de reprodução e manejo das principais espécies de peixes ornamentais. Principais enfermidades e profilaxia em espécies ornamentais. Montagem e ornamentação de aquários. Projetos, mercado, legislação e comercialização de peixes ornamentais.				
Bibliografia básica: AMANO, T. Aquarium plant paradise. Neptune City: T.F.H. Publications, 1997. 64 p. BAILEY, M.; SANDFORD, G. Fishing News Books: comprehensive and authoritative guide to tropical freshwater, brackish, and marine fishes. New York: Ultimate Editions. 106 p. BERG, W. Tropical Fish: A Beginners Guide. New York: AC Tropical Fish, 2005. 86 p.				
Bibliografia complementar: BOTELHO, G. Síntese da História de Aquariofilia. São Paulo: Interciência, 2001. 45 p. BOTELHO, G.; ABREU, A.B. Doenças e tratamentos de peixes ornamentais. São Paulo: Nobel, 1987. 128p.				

Unidade curricular: Produção de animais da fauna silvestre e exótica			Código: UAG00034	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Nutrição de Não-Ruminantes; Nutrição de Ruminantes; Instalações Zootécnicas				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Importância sócio-econômica e ambiental da criação de animais silvestres silvestre e exótica. Potencialidades e finalidades para criação comercial de espécies da fauna brasileira e exótica. Tipos de criatórios e leis que os regem. Características comportamentais e manejo de espécies da fauna brasileira e exótica em criações zootécnicas, zoológicos, parques, criatórios conservacionistas, de reabilitação e de reintrodução				
Bibliografia básica: BOWMAN, J. C. Animais Úteis ao Homem. São Paulo: EDUSP, 1980. 74p. CUBAS, Z. S.; SILVA, J. S.; CATÃO-DIAS, J. L. Tratado de animais silvestres.1. ed. São Paulo: Roca, 2006. 1354p. DANI, S. (Coord.) A Ema (Rhea americana). Biologia, Manejo e Conservação. Belo Horizonte: Fundação Acangauá, 1993. 136 p.				
Bibliografia complementar: DIAS, E. C. A Tutela Jurídica dos Animais. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000. 421 p. DEUTSCH, L.A.; PUGLIA, L.R.R. Os Animais Silvestres: Proteção, Doenças e Manejo. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 191p. il. FRISCH, J.D. Aves Brasileiras. São Paulo: Ecoltec Ecologia Técnica, 1981. 353 p. il. GERHARD, M. Biochemical pathways: an atlas of biochemistry and molecular biology. 1ª ed. New York: Wiley, 1998, 288. GIANNONI, M. Avestruz – Reprodução, Cria e Recria Viçosa-MG, 2002,136p. IBAMA, site. http://www.ibama.gov.br/ PAIVA, M. P. Fauna do Nordeste do Brasil. 1. ed. Campo Grande: Terra, 1995. 86p. PICCININI, R. S.; VALE, W. G.; GOMES, F. W. Criadouros Artificiais de Animais Silvestres. Belém, SUDAM, DRN, APC, Divisão de Documentação, 1971. 31p. NUNES, I. J. Nutrição animal Básica.Belo Horizonte: FEP - MVZ, 1998. STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p. VIEIRA, M. I. Alimentos vivos: produção e coleta para rãs, pássaros, peixes, animais de aquário e animais de terrário. São Paulo: Livraria Nobel, 1984. 116p.				

Unidade curricular: Produção de rãs			Código: UAG00040	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Específica	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Zoologia aplicada à Zootecnia; Fisiologia Animal II; Alimentos e alimentação; Nutrição de não ruminantes.				
Requisito de carga horária:				
Correquisito: Não se aplica				
Ementa: Histórico da ranicultura no Brasil. Evolução e biologia de anfíbios. Diferenciação entre rãs, sapos e pererecas. Descrição anatomo-fisiológica, com ênfase para os sistemas endócrino, reprodutor, digestivo e respiratório. O desenvolvimento das técnicas de criação. Sistemas de criação e instalações especializadas. Fatores que interferem no êxito da ranicultura. Sistemas de criação. Manejo dos animais e profilaxia. Fatores responsáveis por estresse em anfíbios cultivados. Enfermidades de rãs silvestres e de cativeiro. Técnicas de diagnóstico e estudo de parasitos de anfíbios. Zoonoses. Técnicas para estudo da resposta inflamatória em organismos aquáticos. Legislação relacionada a ranicultura. Comercialização de produtos oriundos da ranicultura.				
Bibliografia básica: DASZAK, P., BERGER, L., CUNNINGHAN, A.A., HYATT, A.D., GREEN, D.E., SPEARE, R. Emerging infectious diseases and amphibian population declines. Emerging Infectious Diseases, 5 (6), 1-21, 2003. ELKAN, E. Pathology in the Amphibia. Academic Press, London, 1976, p. 273-331. LIMA, S.L.; AGOSTINHO, C.A.A. Criação de Rãs. São Paulo: Editora Globo, 1988. 187 p.				
Bibliografia complementar: LIMA, S. L.; AGOSTINHO, C. A. A. Tecnologia de criação de Rãs. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1992. 168 p. LIMA, S. L., CRUZ, T. A.; MOURA, O. M., Ranicultura: Análise da Cadeia Produtiva Editora Folha de Viçosa, Viçosa - MG. 1999. 172p. LIMA, S. L., FIGUEREDO, M. R.; MOURA, O. M., Diagnóstico da Ranicultura: Problemas, Propostas de Soluções e Pesquisas Prioritárias. ABETRA, Acad. Bras. Estudos Técnicos em Ranicultura; Viçosa, 1994, 170p VIZOTTO, L. D. Curso básico de Ranicultura. Associação Nacional de Ranicultura e dos Ranicultores. 102 p.STEVENS, E.; HUME, I.D. Comparative physiology of the vertebrate digestive system. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 420p. VIEIRA, M. I. Alimentos vivos: produção e coleta para rãs, pássaros, peixes, animais de aquário e animais de terrário. São Paulo: Livraria Nobel, 1984. 116p.				

Unidade curricular: Técnicas e alternativas para conservação de forragens			Código: UAG00054	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 15	Prática 30	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Forragicultura				
Requisito de carga horária:				
Correquisito:				
Ementa: Tecnologia de produção de alimentos conservados. Exploração aprofundada de áreas com baixa precipitação pluviométrica. Implementos e tecnologias avançadas para confecção de alimentos conservados para fins comerciais e/ou não comerciais. Planejamento de produção em pequena e grande escala.				
Bibliografia básica: McDONALD, O.; HENDERSON, A.R.; HERON, S.J.E. The Biochemistry of Silage. 2 ed. Chalcombe Publications, 1991. 339p. JOBIM, C.C. ; CECATO, W. ; CANTO, M.W. et al. II Simpósio sobre produção e utilização de forragens conservadas. Maringá: UEM, 2004, 212p. JOBIM, C.C. ; CECATO, W. ; CANTO, M.W. et al. III Simpósio sobre produção e utilização de forragens conservadas. Maringá: UEM, 2008, 241p.				
Bibliografia complementar:				

Unidade curricular: Tecnologia de produtos apícolas		Código: UAG00059		
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos		Núcleo de formação: Complementar		
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Apicultura				
Requisito de carga horária:				
Correquisito:				
Ementa: ntrodução a Apicultura; Materiais, equipamentos e instalações; Produtos das abelhas; Boas práticas apícolas; Controle de qualidade dos produtos das abelhas; Legislação específica.				
Bibliografia básica: ROCHA, Jean Samel. Apicultura: manejo de alta produtividade. Guaíba, RS: Agrolivros, 2018. 96 p. WIESE, Helmuth. Apicultura: novos tempos. 2 ed. Guaíba, RS: Agrolivros, 2005. 378 p				
Bibliografia complementar:				

Unidade curricular: Zootecnia de Precisão			Código: UAG00041	
Departamento: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco				
Período a ser ofertado: Todos			Núcleo de formação: Complementar	
Tipo:	Carga horária total: 45			Créditos: 03
	Teórica 30	Prática 15	EAD-semipresencial 0	
Pré-requisito: Não se aplica				
Requisito de carga horária:				
Correquisito:				
Ementa: Introdução. Princípios de precisão. Automação. Sistemas de informação aplicados a produção animal. Análise de imagem. Biotelemetria. Sistemas de controle ambiental. Tópicos em comportamento e bem-estar animal. Tecnologias relacionadas.				
Bibliografia básica: HAYKIN, S. Redes neurais: princípios e práticas. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 900p. KOVÁCS, Z.L. Redes neurais artificiais: fundamento e aplicações. 2.ed. São Paulo: Edição Acadêmica, 1996. 176p. SILVA, I.J.O. Ambiência e qualidade na produção industrial de suínos. 1 ed. FEALQ, Piracicaba. 1999, 247p.				
Bibliografia complementar: SILVA, I.J.O. Ambiência na produção de aves em clima tropical 1. Ed.: FEALQ, Piracicaba. 2001. 200p. SILVA, I.J.O. Ambiência na produção de leite em clima quente. Ed.: FEALQ, Piracicaba. 1998. 200p. ZADEH, L.A. Fuzzy sets. Information and Control, v.18, p. 338-353, 1965. Periódicos especializados na área: Applied Animal Behaviour Science. Biomatemática. Computers and Electronics in Agriculture. Information and Control. Revista Brasileira de Agroinformática. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental				

12- Sistema de avaliação

A verificação de aprendizagem (VA) é estabelecida pelo Regimento Geral da UFRPE, sendo os seus artigos 74, 75 e 76 modificados pela Resolução nº 25/90 do CEPE. A resolução CEPE 42/1997 dispõe sobre a alteração das Resoluções N°s 166/89 e 05/90 ambas deste Conselho, no que se refere ao exame de 2ª época e frequência às aulas. Em linhas gerais, aos discentes serão aplicadas três VA's: a 1ª VA corresponde a 50% do conteúdo inicial da disciplina; a 2ª VA corresponde aos 50% restantes do conteúdo ministrado na disciplina e a 3ª VA englobará todo o conteúdo ministrado na disciplina. Será considerado “aprovado por média” o aluno que obtiver média maior ou igual a sete ($\geq 7,0$) considerando as duas maiores notas obtidas nas três avaliações aplicadas; a menor nota obtida é desconsiderada para cálculo da média. O aluno que não obtiver a média exigida para aprovação nas três verificações aplicadas, terá direito a realização de uma VA Final, que englobará todo o conteúdo ministrado na disciplina. O aluno que realizar a VA Final será considerado “aprovado” se a média entre a nota da VA Final e a média obtida nas três verificações anteriores (excluída a menor nota) for maior ou igual a cinco ($\geq 5,0$). O aluno que não obtiver média maior ou igual a cinco ($\geq 5,0$) após a realização da VA Final será considerado “reprovado por média”. Em nenhuma hipótese o aluno faltoso terá direito a segunda chamada de qualquer uma das VA's anteriormente citadas (Resolução CEPE 42/1997). Também será considerado reprovado o aluno que não comparecer ao mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das aulas ministradas (teóricas e práticas), ressalvados os casos previstos em lei (Artigo 2º da Resolução N° 05/90 do CEPE).

De maneira geral, as avaliações dos discentes são realizadas através de: (i) provas formais escritas, com questões dissertativas e/ou objetivas e (ii) preparação e apresentação de trabalhos (escritos e/ou orais) frutos de pesquisas bibliográficas, trabalhos de campo, relacionados à pesquisa ou extensão, ficando a critério do docente responsável quais as metodologias deverão ser utilizadas no processo de avaliação, bem como o peso que representará na respectiva VA.

O plano de ensino de cada disciplina, constando as datas e formas de avaliação, deverá ser apresentado previamente ao CCD para aprovação, seguindo o modelo, normas e prazos definidos pela Resolução nº 597/2009 do CEPE/UFRPE.

A docência se renova em seu papel, deslocando-se do modelo onde figurava como fonte da informação para uma posição de mediação entre o aluno e o seu objeto de conhecimento. O destaque dado à importância da autonomia do estudante em seu processo de desenvolvimento intelectual, social e afetivo põe em relevo o protagonismo do processo de ensino e aprendizagem na consecução dos objetivos do curso, considerando o perfil do egresso e as respectivas competências e habilidades esperadas de um Zootecnista. Diante disso, este projeto orienta-se por determinadas concepções teórico-metodológicas, tendo em vista possibilitar a execução do escopo almejado.

12.1 Concepção de ensino-aprendizagem

O ensino e a aprendizagem são compreendidos como elementos constituintes de um mesmo processo de construção do conhecimento em que o aluno e seu objeto de estudo estão em contínua relação, mediados pela ação do professor (ANASTASIOU e ALVES, 2015). Isso significa que o ensino não corresponde a uma transmissão de informações, mas assume um caráter dialógico, problematizador e contextualizador do próprio objeto de conhecimento (FREIRE, 2005). O professor age de modo a estimular a aprendizagem, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos, proporcionando-lhes experiências de pesquisa, interação social e expressão de saberes, práticas, atitudes e valores, ao mesmo tempo em que avalia permanentemente o seu desenvolvimento.

Nessa concepção, o professor deve, então, fomentar, junto aos seus alunos, momentos que estimulem a apreensão da complexidade inerente ao objeto de estudo por meio da problematização. O processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva ativa, e não mecânica ou “bancária” (FREIRE, 2005a), coloca o aluno como protagonista de seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo ao mobilizar seu potencial para responder aos desafios postos pelos novos saberes (BERBEL, 2011). Tal postura favorece uma “aprendizagem significativa” em que os novos conhecimentos interagem de maneira substantiva, ou seja, não literal, com os conhecimentos já construídos pelo aluno. Neste sentido, trata-se de uma aprendizagem não arbitrária, pois se apoia nos conhecimentos prévios dos alunos tornando-os mais ricos ou dotados de novos significados, de modo a estimular a criatividade e autonomia (MOREIRA, 2010).

12.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs aplicadas ao ensino e a aprendizagem

O ensino híbrido representa uma quebra de paradigmas em direção a uma proposta de inovação mais alinhada com os avanços tecnológicos de uma sociedade pós-moderna. Pensar o ensino híbrido, portanto, significa organizar estratégias metodológicas utilizando atividades presenciais e a distância em plataformas on-line, empregando TICs e off-line, nos momentos de interação com colegas e/ou com o professor/tutor. Segundo Christensen, Horn e Staker (2013, p.7), no ensino híbrido, o aluno aprende: pelo menos em parte por meio do ensino online, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, local, caminho e/ou ritmo de estudo e, pelo menos em parte, em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência. As modalidades ao longo do caminho de aprendizado de cada estudante em um curso ou matéria são conectadas para oferecer uma experiência de educação integrada.

Nessa perspectiva, seja presencialmente ou à distância, o estudante compartilha de espaços interativos e integrativos de aprendizagem. São exemplos de uma abordagem híbrida do ensino (BACICH; NETO; TREVISANI, 2015):

Sala de aula invertida: o aluno estuda a teoria em casa utilizando-se de plataforma on-line; o tempo e o espaço da sala de aula são utilizados para discussões e realização de atividades. Os assuntos são disponibilizados previamente pelo professor no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. No momento da aula, os alunos compartilham com o professor suas observações a respeito do material estudado previamente e, seguindo, um plano de trabalho, desenvolvem atividades relacionadas com a teoria, com uso das mais variadas estratégias: rotação por estações, laboratório rotacional, seminários, estudos de caso, etc.

Rotação por estações: os alunos são divididos em grupos (estações), cada qual realizando uma determinada tarefa, tendo em vista os objetivos definidos no plano de aula. Um dos grupos estará, necessariamente, desenvolvendo alguma atividade de forma on-line. Após transcorrer um determinado período, os alunos trocam de grupo, de modo a trabalhar em uma tarefa diferente da sua. Este revezamento continua até que todos os estudantes tenham passado por todos os grupos. Ainda que as atividades realizadas em cada grupo sejam independentes, no final, elas funcionam de forma integrada, possibilitando, assim, uma compreensão de conjunto do objeto estudado.

Laboratório rotacional: é semelhante ao modelo da rotação por estações, mas, neste caso, o revezamento envolve o deslocamento para um laboratório relativo ao tema em questão onde cada aluno executará, individualmente, a atividade, sob a mediação de um tutor.

Rotação individual: o aluno trabalha sozinho devendo cumprir uma lista de temas ou atividades planejados pelo professor. O tempo que o aluno terá para desenvolver suas tarefas é livre, pois varia de acordo com as suas necessidades.

Cabe ao professor, portanto, não só conhecer as diversas ferramentas on-line disponíveis para a aprendizagem como, também, estabelecer a correta utilização destes instrumentos em função dos objetivos pedagógicos a serem atingidos. Diante disso, o uso do AVA se apresenta como elemento intrínseco ao planejamento de ensino. Compreendido como um sistema computacional destinado ao suporte de atividades mediadas pelas TIC's, o AVA permite “integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos”, além do “gerenciamento de banco de dados”, ampliando “a intercomunicação e a socialização de experiências na construção de aprendizagens colaborativas” (SILVA, 2011, p. 2).

O AVA pode ser utilizado tanto para formação exclusivamente on-line quanto presencial. Nele, professores e alunos, têm acesso a diversas ferramentas, tais como: e-mails, blogs, fóruns de discussão, chats, glossários interativos, quiz, webquests, wikis, vídeos, etc. Caracterizado pela interatividade, hipertextualidade e conectividade, o AVA possibilita a “flexibilidade de navegação” e formas “síncronas e assíncronas de comunicação” oferecendo aos alunos, “a oportunidade de definirem seus próprios caminhos de acesso às informações, afastando-se de modelos massivos de ensino e garantindo aprendizagens personalizadas” (SILVA, 2011, p. 5).

Como estratégias metodológicas, o ensino da Zootecnia com uso das TIC's se beneficia das inúmeras possibilidades que universos digitais e comunicacionais oferecem, possibilitando aprendizagens em rede, na perspectiva do espraçamento de espaços, tempos e itinerários formativos. Uma abordagem híbrida do processo de ensino-aprendizagem não implica a exclusão de estratégias de ensino mais tradicionais, uma vez que o fenômeno educativo é complexo e dinâmico. Novas estratégias podem surgir decorrentes da organização do trabalho docente.

13- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

a. Objetivos da disciplina

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do graduando de Zootecnia da UFAPE tem como objetivos:

- i. Desenvolver a autoria de pensamento e criatividade;
- ii. Verificar a capacidade do aluno de preparar e apresentar com desenvoltura um trabalho científico;
- iii. Avaliar a capacidade do aluno de sistematizar conhecimentos, utilizando adequadamente as normas previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- iv. Aplicar e avaliar tratamentos estatísticos em dados coletados em trabalhos de campo;
- v. Verificar a capacidade do aluno de analisar e discutir resultados de um trabalho científico bem como seu posicionamento crítico frente aos dados obtidos no trabalho;
- vi. Exercitar a redação de trabalhos científicos da área, utilizando a conceituação adequada ao ramo da Zootecnia;
- vii. Avaliar a qualidade de redação, correção de português, concordância, clareza e harmonia do texto do trabalho apresentado.

O TCC é componente curricular obrigatório, a ser realizado a partir do sétimo (7º) período (ou 2850h de integralização), centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa (Art. 10 da Resolução nº 4 de 2 de fevereiro de 2006). Deste modo, o TCC é entendido como a elaboração de monografias, documentários, artigos científicos, relatórios de estágios, estudos especializados e projetos, dentre outras atividades.

O TCC no curso de Zootecnia da UFAPE poderá ser realizado nas seguintes modalidades: (i) apresentação (oral e escrita) de relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório (330h) realizado pelo discente em empresa pública ou privada, instituição de ensino, repartições públicas, desde que estas atuem em áreas afins e correlatas da Zootecnia; (ii) apresentação (oral e escrita) de resultados de trabalho científico ou de

extensão desenvolvido em projetos oficialmente reconhecidos e cadastrados junto a UFAPE; (iii) apresentação (oral e escrita) de monografia apresentando revisão bibliográfica com sistematização do conhecimento de determinado tema, a ser definido pelo professor orientador e (iv) apresentação de artigo científico publicado (ou aceito para publicação) em periódico classificado pelo QUALIS/CAPES, na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, em que o aluno seja o autor principal do trabalho (1º autor).

Poderá ser escolhido como professor orientador qualquer docente que ministre aulas para o curso de Zootecnia da UFAPE e que possua formação profissional compatível para supervisionar o trabalho realizado. O TCC deverá, independentemente da modalidade de realização escolhida, estar relacionado a tema com relevância em Zootecnia ou áreas correlatas afins.

Trinta dias antes do término do semestre imediatamente anterior a apresentação do TCC, o aluno deverá encaminhar ao CCD plano de trabalho, assinado pelo aluno e pelo professor orientador, descrevendo a modalidade de realização do TCC e o tema/área em que será realizado, para avaliação e deferimento daquele colegiado.

O TCC do curso de graduação em Zootecnia consistirá em disciplina não presencial, conforme regulamentado pelo Art. 19 da Resolução nº 313/2003 do CEPE.

b. Critérios de avaliação

O aluno defenderá publicamente o TCC perante uma banca examinadora, composta por três avaliadores graduados em Zootecnia ou áreas afins, sendo um dos avaliadores obrigatoriamente o professor orientador do trabalho, além de um suplente. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete ($\geq 7,0$). Em caso contrário, o aluno que obtiver média inferior a sete ($< 7,0$), será considerado reprovado, podendo submeter-se a nova defesa num prazo mínimo de três meses.

O aluno poderá submeter-se a avaliação do TCC se todas as disciplinas do 1º ao 7º semestres tiverem sido integralizadas.

c. Deveres do discente e do orientador de TCC

São deveres do aluno que está realizando o TCC:

- i. Entregar para cada membro da banca examinadora um exemplar provisório, encadernado em espiral, com no mínimo 15 dias de antecedência.
- ii. Subsidiar os custos das cópias necessárias ao bom andamento da defesa do trabalho de curso;
- iii. Providenciar todo o material para apresentação do TCC no âmbito de sua competência;

- iv. Realizar todas as eventuais correções e modificações recomendadas pela banca examinadora;
- v. Após a aprovação e revisão do TCC, encaminhar para a Comissão de Estágio Supervisionado do curso de Zootecnia, no prazo máximo de 30 dias após a defesa: 2 (dois) exemplares definitivos impressos, 1 (uma) cópia completa em meio eletrônico e declaração assinada autorizando a divulgação da monografia.

São deveres do professor orientador de TCC:

- i. Orientar o aluno na escolha do tema de pesquisa, na elaboração do projeto de pesquisa, na condução do experimento (se for o caso), no preparo e na elaboração do TCC;
- ii. Colaborar na elaboração do plano de trabalho e analisar o trabalho final;
- iii. Convidar oficialmente os membros da banca examinadora;
- iv. Agendar a defesa junto aos membros da banca, respeitando-se os prazos regimentais;
- v. Avaliar a estrutura e apresentação gráfica do exemplar provisório do TCC;
- vi. Informar à banca examinadora e ao aluno do local, data e hora da defesa do trabalho de curso;
- vii. Comunicar oficialmente a Coordenação do Curso dos procedimentos agendados e requerer os condicionantes legais por meio de formulário, num prazo nunca inferior a 15 dias;
- viii. Presidir a banca examinadora do TCC;
- ix. Verificar a realização pelo orientado das eventuais correções e modificações recomendadas pela banca examinadora;
- x. Encaminhar o TCC à Comissão de Estágio Supervisionado do curso de Zootecnia e proceder às solicitações pertinentes.

14- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Entende-se por Estágio Curricular Obrigatório o conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UFAPE e que contribua, de forma eficaz, para sua absorção pelo mercado de trabalho. Enquadram-se neste tipo de atividades as experiências de convivência em ambiente de trabalho, o cumprimento das tarefas com prazo estabelecido, o trabalho em ambiente hierarquizado e com componentes cooperativistas ou corporativistas, entre outros, com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional clássica, possibilitando-lhe o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional (Art. 29 da Resolução nº 313/2003 do CEPE).

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ESO) do curso de Zootecnia da UFAPÉ objetiva complementar a formação profissional do discente, permitindo que este coloque em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, conhecendo os problemas inerentes a profissão e recebendo orientação de profissionais renomados. O ESO do curso de Zootecnia é regido pela Lei 11.788 de 26/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e pela Resolução nº 678/2008 do CEPE/UFAPÉ que estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFAPÉ. Os discentes matriculados no ESO terão direito a ajuda de custo por parte da UFAPÉ conforme definidas pelas Resoluções nº 181/2007 e nº 428/2007 do CEPE.

Nesse estágio, o discente escolherá uma das diferentes áreas do exercício da Zootecnia na qual passará por um treinamento prático, no país ou no exterior, não inferiores a 330 horas (22 créditos), que deverão ser integralizadas em jornada de 30 horas semanais (6 horas/diárias), de acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Excepcionalmente, fica o discente autorizado a realizar o estágio em jornada de 40 horas semanais (8 horas/diárias), desde que cumpra o determinado no parágrafo 1º do item II do Art. 10 da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Estará apto a realizar o ESO o aluno do curso de graduação em Zootecnia da UFAPÉ que já tenha integralizado todas as disciplinas obrigatórias e optativas exigidas no curso, que correspondem às disciplinas do 1º ao 9º semestre.

Excepcionalmente, poderá cursar o ESO antes da integralização das disciplinas obrigatórias e optativas exigidas pelo curso, o aluno que participar de: (i) programa de mobilidade acadêmica com outras IES do país; (ii) intercâmbio em universidade ou instituto de pesquisa no exterior oficialmente reconhecido e conveniado com a UFAPÉ (iii) ou outra situação a ser avaliada pelo CCDZ/UAG. Esta decisão segue recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Zootecnia (Par. 3º; Art. 8º). Para tal, o discente deverá solicitar 90 (noventa) dias antes do término do período letivo imediatamente anterior a realização do programa de intercâmbio ou mobilidade, com anuência do seu professor orientador, a matrícula no ESO para o semestre(s) em que estará afastado da UFAPÉ. Neste caso, o relatório do aluno e a avaliação pela banca ocorrerá no semestre em que o aluno retomar a sua situação acadêmica normal no curso de graduação em Zootecnia da UFAPÉ, seguindo o mesmos prazos estabelecidos pelo calendário elaborado pela Comissão de Estágios do curso de graduação em Zootecnia para o semestre do seu retorno. O fato de realizar o ESO nesta situação especial, não desobriga o aluno de realizar a carga horária mínima (330h) e nem de obter a nota mínima de aprovação ($\geq 7,0$). Em caso de reprovação, o discente também será obrigado a repetir todas as etapas constituintes do ESO, podendo realizá-lo no 10º período, desde que cumprida toda a carga horária das disciplinas obrigatórias e optativas.

O discente do curso de Zootecnia também poderá solicitar a Coordenação do curso de Zootecnia da UFAPÉ que as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior por ele desenvolvidas possam ser utilizadas, total ou parcialmente, para completar a carga horária do ESO, como

estabelece o parágrafo 3º do Art. 2º da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Tal decisão também é amparada no parágrafo 2º do Art. 8º das Diretrizes Nacionais para o curso de Zootecnia, que diz: “*Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso*”. Para tal, o discente deverá solicitar a Coordenação de Zootecnia, com antecedência mínima de 60 dias do término do semestre imediatamente anterior aquele em que irá cursar o ESO, o aproveitamento das referidas atividades, acompanhados dos documentos que comprovem a realização das mesmas. Estes documentos comprobatórios serão submetidos a um membro do CCD do Curso de Zootecnia que dará parecer sobre a pertinência do aproveitamento das atividades desenvolvidas e apresentadas pelo aluno para cômputo da carga horária do ESO. Posteriormente, o parecer do relator será submetido ao CCD, sendo aproveitadas para a carga horária do ESO as atividades aprovadas pelo CCD, independentemente do parecer recebido pela relatoria.

A Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 não estabelece limite mínimo ou máximo de horas a ser utilizado de cada atividade de extensão, de monitorias ou de iniciação científica na educação superior para cumprimento da carga horária do ESO. Fica estabelecido então que, pelo menos uma das atividades citadas (monitoria, extensão ou iniciação científica), quando solicitadas para cumprimento da carga horária do ESO, deverá suprir o mínimo de 50% (cinquenta por cento; 165 h) da carga horária total do ESO. Neste caso, a atividade que corresponder à carga horária maior ou igual a 50% da carga horária do ESO, será considerada como atividade principal, e será utilizada para a avaliação final do ESO, conforme normas descritas neste documento.

Para validação da carga horária, total ou parcial, do ESO somente serão consideradas válidas as atividades de monitoria vinculadas a disciplinas do ciclo profissionalizante do curso de Zootecnia. Neste caso, quando as atividades de monitoria corresponderem por 50% ou mais da carga horária do ESO, a avaliação do discente será realizada através de aula expositiva de 50 minutos, sobre tema relacionado às atividades de monitoria exercidas pelo aluno. Serão definidos, pelos professores orientadores das atividades de monitoria, pontos correlatos às atividades desenvolvidas pelo discente, totalizando 10 (dez) pontos, e respeitando a proporcionalidade de horas de cada monitoria apresentada pelo candidato. Os pontos deverão ser apresentados ao discente com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data marcada para a aula expositiva. O discente deverá indicar um professor orientador, que será o responsável por orientá-lo nos estudos e preparação do material relativo aos temas propostos. O ponto a ser defendido pelo discente na aula expositiva será sorteado pela Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Zootecnia com 24 horas de antecedência. A aula será avaliada por uma banca de três professores, sendo um deles o professor orientador do discente. O discente deverá antes de iniciar a aula, apresentar uma cópia do plano de aula para cada membro da banca avaliadora. Será automaticamente reprovado no ESO o discente que não comparecer ou chegar após o horário

marcado para o sorteio do ponto ou aula expositiva. Neste caso, a defesa do ESO não gerará documento válido para ser utilizado trabalho de conclusão de curso (TCC).

Para validação da carga horária, total ou parcial, do ESO somente serão consideradas válidas as atividades de extensão vinculadas a projetos oficialmente reconhecidos pela UFAPE. O reconhecimento institucional do projeto deve ser anterior à participação do aluno no projeto. A aprovação pela UFAPE não será necessária quando a participação do aluno ocorrer em programas ou projeto de extensão vinculados a programas de órgãos e instituições públicas ou privadas (*e.g.* Projeto Rondon – Ministério da Defesa). Somente serão consideradas as atividades de extensão que possuam correlação com a área de Zootecnia ou áreas afins.

Em relação à carga horária, a participação em projetos de extensão deverá respeitar o disposto na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Deste modo, a carga horária padrão é 30 horas semanais (6 horas/diárias), podendo ser de 40 horas semanais (8 horas/diárias), desde que se cumpra o determinado no parágrafo 1º do item II do Art. 10 da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. A carga horária deverá ser comprovada através de documento oficial emitido pelo coordenador do projeto ou pelo órgão responsável, no qual conste claramente o período da participação do aluno e a carga horária cumprida. Caso não conste a carga horária total na declaração, será utilizada para cálculo a carga horária padrão de 30 horas semanais. O aluno deverá comprovar a aprovação oficial pela instituição do projeto de extensão no qual participou, salvo nos casos já anteriormente descritos. Quando as atividades de extensão corresponderem por 50% ou mais da carga horária do ESO, a avaliação do discente será realizada através da apresentação de relatório escrito sobre as atividades desenvolvidas no projeto de extensão e defesa oral pública do relatório apresentado. O relatório escrito e a defesa pública serão avaliados por uma banca de três professores, sendo um deles obrigatoriamente o professor orientador. Neste caso, o professor orientador deverá ser obrigatoriamente o coordenador do projeto de extensão com maior carga horária de participação do aluno. O relatório apresentado poderá ser, a critério do professor orientador, utilizado como o TCC do aluno.

Para validação da carga horária, total ou parcial, do ESO somente serão consideradas válidas as atividades de iniciação científica vinculadas a projetos oficialmente reconhecidos pela UFRPE. O reconhecimento institucional do projeto deve ser anterior à participação do aluno no projeto. A atividade de iniciação científica será considerada apenas se estiver vinculada a programa oficial da UFRPE (*e.g.* PIBIC, PIC) ou de instituições de fomento à pesquisa reconhecidas (*e.g.* FACEPE, CNPq, BNB). Somente serão consideradas as atividades de iniciação científica que possuam correlação com a área de Zootecnia ou áreas afins. Em relação à carga horária, será utilizada a carga horária de 20 horas semanais, por se tratar da carga horária exigida pela maioria dos programas oficiais de iniciação científica. A comprovação do período em que o aluno participou do programa de iniciação científica deverá ser realizada por documento emitido pela instituição/órgão responsável pelo programa de iniciação científica. Quando as atividades de iniciação científica corresponderem por 50% ou mais da carga horária do ESO, a avaliação do discente será realizada

através da apresentação de relatório escrito sobre as atividades desenvolvidas e defesa oral pública do relatório apresentado. O relatório escrito e a defesa pública serão avaliados por uma banca de três professores, sendo um deles obrigatoriamente o professor orientador. Neste caso, o professor orientador deverá ser obrigatoriamente o coordenador do projeto de pesquisa em que o aluno participou. O relatório apresentado poderá ser, a critério do professor orientador, utilizado como o TCC do aluno.

Em todos os casos, a banca de avaliação do ESO deverá ser formada por professores e/ou profissionais graduados em Zootecnia e/ou área afim, indicada pelo professor orientador e referendada pela Comissão de Estágio Supervisionado do curso de Zootecnia. Nos casos em que os relatórios apresentados forem também utilizados como TCC (*vide* item 10 – TCC), o aluno deverá estar simultaneamente matriculado em ambas as atividades (ESO e TCC).

O calendário para apresentação e defesa das atividades relacionadas ao ESO será determinado semestralmente pela Comissão de Estágios do Curso de Zootecnia da UFAPE. Independente da forma escolhida para realização do ESO, somente será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) no processo de avaliação pública por banca examinadora. O aluno que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) estará automaticamente reprovado no ESO, sendo obrigado a repetir todas as etapas constituintes do ESO no período letivo posterior a reprovação.

Em nenhuma hipótese, as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica utilizadas para cumprir a carga horária do ESO, poderão ser concomitantemente utilizadas para cumprir a carga horária das atividades acadêmicas complementares, estando automaticamente excluídas para este fim (*vide* 13 – Atividades Acadêmicas Complementares).

Os casos omissos sobre o ESO serão avaliados pelo CCD do curso de Zootecnia da UFAPE.

15- Atividades Curriculares Complementares

As atividades curriculares complementares (ACCs) são componentes curriculares que possibilitam, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do meio acadêmico e que enriquecem o perfil do formando. Definem-se por AAC aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular do seu curso, os saberes e as habilidades necessárias à sua formação (Art. 20 da Resolução 313/2003 do CEPE).

Com a reestruturação curricular do curso de Zootecnia da UFAPE, o aluno deverá cumprir no mínimo 300 horas (20 créditos) em atividades acadêmicas complementares, que serão desenvolvidas sob a orientação de um ou mais docentes que lecionem no curso de Zootecnia da UFAPE, em áreas e cursos afins.

a. Regulamento das atividades acadêmicas complementares

As regras para contabilização das ACCs nos cursos de graduação da UFAPE são definidas e descritas no Capítulo III da Resolução 313/2003 do CEPE/UFRPE. Serão aceitas para atingir a carga horária estipulada (300h) todas as ACCs descritas na referida resolução.

Todas as ACC deverão: (i) ficar sob a responsabilidade de pelo menos um professor e (ii) incluir procedimento de avaliação do rendimento do aluno (§ único; Art. 20, Resolução 313/2003 do CEPE/UFRPE).

Na composição da matriz curricular o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar, no mínimo, dois tipos de atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão (§ 5º, Art. 21 da Resolução 313/2003).

Os alunos não poderão completar a carga horária mínima estabelecida (300h) com AAC concentradas em um único tipo de atividade. No máximo 120h/aula (8 créditos) da carga horária total das atividades complementares poderão ser cumpridos numa mesma AAC (Par. 6º do Art. 21 da Resolução 313/2003 do CEPE).

Os alunos oficialmente participantes do Programa Especial de Treinamento PET (bolsistas ou não) terão direito ao reconhecimento em créditos pela sua participação no programa (§ 2º, Art. 23 da Resolução 313/2003), desde que comprove as horas necessárias para tal.

Os alunos participantes de Programas Oficiais de Iniciação Científica (bolsistas ou não) da UFRPE ou de outras instituições nacionais ou internacionais reconhecidas de fomento à pesquisa, de caráter público ou privado (CNPq, FACEPE, CAPES, FINEP, FULLBRIGHT, etc.), terão direito de reconhecimento em créditos quanto à participação no programa como Projeto de Pesquisa I (60h) ou Projeto de Pesquisa II (60h), desde que cumpridos os preceitos necessários para validação dos créditos.

Para atribuição de créditos nos itens Publicação Técnico-Científica I (30h) e Publicação Técnico-Científica II (60h) serão considerados: (i) resumos ou resumos expandidos publicados em congressos, seminários, simpósios e similares; (ii) artigos técnicos publicado em jornais ou revistas, desde que referente a assunto da área de Zootecnia ou áreas afins; (iii) publicação de artigo científico em periódicos indexado na plataforma QUALIS/CAPES.

Para atribuição de créditos de resumos ou resumos expandidos em congressos e similares, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- i. Somente será atribuído crédito a resumo de trabalho apresentado em congresso e reunião científica, e publicado nos respectivos Anais do evento;
- ii. O resumo do trabalho utilizado como crédito em atividade complementar, deverá ter o graduando solicitante do processo como primeiro autor e docente da UFAPE como co-autor sênior (orientador do trabalho);

- iii. O artigo deverá, preferencialmente, constar que o autor é aluno do curso de graduação em Zootecnia da UFAPE.
- iv. Pelo menos uma das etapas do trabalho em questão deve ter sido desenvolvida durante o curso de graduação, em que o graduando está vinculado.
- v. A solicitação de crédito deve ser acompanhada de comprovantes de apresentação e de publicação do resumo.
- vi. Serão atribuídos dois créditos (30h) por resumo, até um máximo de seis créditos (90h).

Para atribuição de créditos de artigos científicos em periódicos científicos com revisão por pares, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- i. Somente será atribuído crédito a artigo científico, publicado na íntegra em periódico indexado nacional ou internacional com corpo editorial, classificado no QUALIS-CAPES;
- ii. O artigo científico poderá ser fruto de trabalho experimental, coleta de dados ou revisão bibliográfica;
- iii. O artigo científico proposto para aproveitamento de crédito em atividade complementar deverá ter o graduando solicitante do processo como um dos autores;
- iv. O artigo deverá, preferencialmente, constar que o autor é aluno do curso de graduação em Zootecnia da UFAPE.
- v. Pelo menos uma das etapas do trabalho em questão deve ter sido desenvolvida durante o curso de graduação, em que o graduando está vinculado.
- vi. Será atribuído quatro créditos (60h) por artigo, podendo o aluno contabilizar no máximo oito créditos (120h);
- vii. Somente serão aceitos artigos publicados ou com aceite formal para publicação; artigos que estejam em processo de submissão ou em tramitação não serão aceitos.

Para atribuição de créditos de artigos técnicos publicados em jornais ou revistas, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- i. O artigo poderá ser fruto de trabalho experimental, coleta de dados, revisão bibliográfica, artigos de ponto de vista, etc.
- ii. O artigo deverá discorrer sobre assunto/área da Zootecnia, ou áreas afins;
- iii. O veículo de publicação do artigo pode ter abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- iv. Deve-se comprovar que o veículo possui periodicidade de publicação;

- v. O artigo científico proposto para aproveitamento de crédito em atividade complementar deverá ter o graduando solicitante do processo como um dos autores;
- vi. O artigo deverá, preferencialmente, constar que o autor é aluno do curso de graduação em Zootecnia da UFAPE.
- vii. Serão atribuídos três créditos (45h) por artigo, podendo o aluno contabilizar no máximo seis créditos (90h);
- viii. Somente serão aceitos artigos publicados ou com aceite formal para publicação; artigos que estejam em processo de submetidos ou em tramitação não serão aceitos.

A validação da atividade como complementar e sua conversão em carga horária seguirá o estabelecido no Art. 37 da Resolução 313/2003 do CEPE/UFRPE. Para validação destas atividades o aluno deverá seguir o que estabelece o Art. 36 da Resolução 313/2003 do CEPE. Os documentos necessários ao reconhecimento destas atividades serão os certificados ou atestados emitidos pelos órgãos, entidades ou responsáveis competentes.

Caso o discente deseje que alguma ACC não contemplada na Resolução 313/2003 seja considerada para a carga horária mínima necessária (300h), deverá solicitar ao CCD do curso, que em reunião ordinária irá decidir sobre a pertinência da solicitação do discente (§ 4º; Art. 21 da Resolução 313/2003). Sendo aceita, caberá ao CCD definir o número de créditos que esta atividade poderá contribuir na carga horária total mínima para as atividades complementares e em qual dos itens definidos no Art. 37 da Resolução 313/2003 do CEPE a atividade será enquadrada.

As ACCs utilizadas para cumprir a carga horária mínima (300h) não poderão ser utilizadas em duplicidade para cumprir total ou parcialmente a carga horária do ESO, sendo automaticamente excluídas para este fim (vide 12 – Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório).

16- Sistemática de concretização do projeto pedagógico

Em função da inclusão de novas disciplinas, da adequação do fluxo sequencial de determinadas disciplinas ao longo do curso será difícil que, a migração dos discentes da grade curricular antiga para a nova, não acarrete em prejuízos à periodização normal de conclusão do curso.

Entretanto, será permitido ao discente que esteja cursando até o 2º semestre da grade curricular antiga o semestre em que a nova grade curricular for implantada, que opte pela migração para a grade curricular nova. Para tal, o discente deverá apresentar disponibilidade de cursar disciplinas em dois turnos, quando possível e necessário, em função da disponibilidade dos horários de disciplinas estabelecidos pela UFAPE. Ao discente que possua reprovações não será permitida a migração para a nova grade curricular.

A migração do discente para a nova grade curricular deve ser solicitada pelo discente a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) do curso de Zootecnia da UFAPE. A COAA ficará responsável por analisar caso a caso, e emitir parecer sobre o pedido do aluno. No caso da COAA acatar o pedido de migração, deverá elaborar um cronograma de matrícula em disciplinas da nova grade curricular para o aluno, levando em consideração os horários e turnos de oferta das mesmas e a equivalência das disciplinas entre as grades curriculares, de modo que este tenha o menor prejuízo possível no tempo de conclusão do curso. O discente solicitante deverá então dar ciência e acordar por escrito o cronograma proposto pela COAA, devendo cumpri-lo integralmente. Após a concordância do aluno, o pedido será encaminhado ao CCD, para homologação e encaminhamento ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) para providência. Somente será permitida a migração entre grades curriculares do aluno que concordar por escrito com o cronograma proposto pela COAA.

O discente que migrou da grade curricular antiga para a nova – e que em função de reprovações, trancamentos e outros acontecimentos – tiver o fluxo do cronograma inicial de matrícula em disciplinas prejudicado, deverá ter o seu cronograma reavaliado pela COAA. Esta deverá readequar o cronograma para minimizar os prejuízos no tempo de conclusão do curso, sempre observando a disponibilidade de horários e turnos nas disciplinas e a equivalência das disciplinas da grade curricular antiga e nova, e sem acarretar na contratação de novos recursos para este fim específico. O aluno deverá prestar ciência e acordar com o novo cronograma proposto, para posterior homologação do CCD.

Ao aluno que reingressar no curso através da realização de nova seleção do SISU/ENEM para limpar histórico, transferido de outra instituição ou que seja reintegrado ao curso, deverá ter a sua situação avaliada pela COAA. Esta deverá avaliar se o aluno deverá continuar cursando o curso pela grade curricular antiga ou ingressar na nova grade curricular. A decisão da COAA deverá ser comunicada ao discente, que dará ciência e concordância. No caso da COAA recomendar a migração do aluno da grade curricular antiga para a nova, deverá ser aplicada as mesmas medidas estipuladas aos estudantes que optaram por migrar espontaneamente de grade curricular. Estas medidas somente serão válidas durante o período de transição entre as grades curriculares.

Quando o discente se recusar por escrito a acatar a decisão da COAA para continuar na grade curricular antiga, a COAA irá elaborar o cronograma de matrículas em disciplinas da nova grade curricular como anteriormente descrito para os alunos que migraram espontaneamente. Somente será permitido a este discente migrar para a nova grade curricular se concordar por escrito com o cronograma proposto pela COAA e der ciência e concordância de que poderá atrasar o tempo de conclusão do curso em função da decisão por ele tomada.

A todo aluno ingressante na nova grade curricular, independentemente da forma como este ingresso ocorreu, será dado, excepcionalmente, o prazo de dois semestres letivos para adequação da periodização. Neste

período de transição, poderá o aluno, no processo de adaptação curricular, cursar até 05 (cinco) blocos consecutivos ou não, obedecendo ao número máximo de disciplinas por semestre (nove), durante 02 (dois) semestres letivos (Art. 10, Resolução 65/2000 do CEPE).

A todo aluno ingressante na nova grade curricular, independentemente da forma como este ingresso ocorreu, está vetada a migração para a grade curricular antiga.

17- Informações complementares

a. Corpo docente do Curso de Zootecnia da UFAPE

O corpo docente do curso de Zootecnia da UFAPE é composto por 100% de doutores, sendo que nas disciplinas profissionalizantes e específicas do curso esta proporção é de 100% de doutores. Dos cinco professores com mestrado, três encontram-se em processo de doutoramento. A seguir são relacionados os docentes do curso de Zootecnia da UFAPE e suas respectivas áreas de atuação e formação.

Nome	Área de Atuação	Titulação
1 Airon Aparecido Silva de Melo	Produção de Ruminantes	Doutorado
2 Alberto Einstein	Física	Doutorado
3 Almir Chalegre de Freitas	Prod. de Não-ruminantes	Doutorado
4 Anderson Santos	Agronomia com ênfase em Fertilidade do Solo e Adubação	Doutorado
5 André Luiz Rodrigues Magalhães	Produção de Ruminantes	Doutorado
6 Arminda de Fátima	Sociologia	Doutorado
7 Betânia Araújo	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Doutorado
8 Cláudio Galvão de Souza Júnior	Ciências da Natureza, Genética	Doutorado
9 Daiane Felberg Antunes Galvão	Citologia - Genética - Biologia Molecular	Doutorado
1 Daniela Carvalho	Administração com ênfase em Administração Rural	Doutorado
1 Danilo Texeira Cavalcante	Nutrição e produção de Organismos Aquáticos	Doutorado
1 Denise Figueiredo	Produção e Nutrição de Não-Ruminantes	Doutorado
1 Denise Fontana Figueiredo Lima	Nutrição de Não-Ruminantes	Doutorado
1 Dulciene Karla de Andrade Silva	Nutrição de Ruminantes	Doutorado
1 Elizabete Rodrigues da Silva	Microbiologia	Doutorado
1 Elton Oliveira	Extensão rural e produção animal.	Doutorado
1 Epaminondas Luiz Borges Filho	Administração e Economia Rural	Doutorado
1 Eudes Santos	Educação	Doutorado

1 Fernando Dias	Química	Doutorado
2 Geane Dias Gonçalves Ferreira	Forragicultura	Doutorado
2 Gílcia Aparecida de Carvalho Silva	Parasitologia	Doutorado
2 Glésser Porto Barreto	Forragicultura	Doutorado
2 Horasa Maria Lima da Silva Andrade	Extensão Rural	Doutora
2 Jorge Eduardo Cavalcante Lucena	Equideocultura	Doutorado
2 Josabete Salgueiro Bezerra de Carvalho	Botânica	Doutorado
2 José Romualdo de Sousa Lima	Física do Solo	Doutorado
2 Kléber Régis Santoro	Biotecnologia e Melhoramento Animal	Doutorado
2 Luciano Souza	Estatística, Bioestatística, Estatística Aplicada, Probabilidade	Doutorado
2 Marcelo Milfont	Apicultura	Doutorado
3 Marcos Renato Franzosi Mattos	Fisiologia Animal e Farmacologia	Doutorado
3 Nair Silva	Patologia Animal e Doenças Infecciosas dos Animais Domésticos.	Doutorado
3 Omer Cavalcanti de Almeida	Cunicultura e Animais de biotério	Doutorado
3 Pedro Aquino	Química Orgânica	Doutorado
3 Priscilla Medeiros	Desenho Técnico e Cartografia	Doutorado
3 Rachel Maria de Lyra Neves	Zoologia	Doutorado
3 Renato José Reis Molica	Ecologia Geral	Doutorado
3 Ricardo Brauer Vigoderis	Construções Rurais e Ambiência	Doutorado
3 Rita de Cássia Soares Cardoso	Fisiologia da Reprodução	Doutorado
3 Roberta Medeiros	Inovação Tecnológica e atividades de gestão organizacional.	Doutorado
4 Robson Santos	Introdução a informática	Doutorado
4 Robson Vêras e Safira Bispo	Bovinocultura de corte e Bubalinocultura	Doutorado
4 Rodrigo Gomes Pereira	Máquinas e Implementos Agrícolas	Doutorado

4 Sansuke Watanabe	Modelagem de Redes Arteriais Complexas e Hemodinâmica Computacional	Doutorado
4 Saulo de Tarso	fisiologia reprodutiva e biotecnologias da reprodução em ruminantes e equinos.	Doutorado
4 Wallace Rodrigues Telino Júnior	Zoologia	Doutorado

18- Bibliografia

19- Anexos

- a. Cópias de leis, resoluções e demais normativas legais pertinentes

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006¹**

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97, 583/2001 e 67/2003, bem como considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº 337/2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Zootecnia indicarão claramente os componentes curriculares, abrangendo a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil desejado do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o acompanhamento e a avaliação bem como o trabalho de curso como componente obrigatório ao longo do último ano do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia são as seguintes:

§ 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

§ 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Zootecnia deverá assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e
- e) atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Art. 4º O curso de graduação em Zootecnia deverá contemplar, em seu projeto pedagógico, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo e sua operacionalização, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - formas de realização da interdisciplinaridade;
- IV - modos de integração entre teoria e prática;
- V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

¹Publicada no DOU de 03/02/2006, Seção I, pág. 34-35.

- VI - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- VIII - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e
- X - concepção e composição das atividades complementares.

Parágrafo único. Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 5º O curso de graduação em Zootecnia deve ensejar como perfil:

- I - sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos no campo da Zootecnia, dotada de consciência ética, política, humanista, com visão crítica e global da conjuntura econômica social, política, ambiental e cultural da região onde atua, no Brasil ou no mundo;
- II - capacidade de comunicação e integração com os vários agentes que compõem os complexos agroindustriais;
- III - raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e solucionar problemas;
- IV - capacidade para atuar em diferentes contextos, promovendo o desenvolvimento, bem estar e qualidade de vida dos cidadãos e comunidades; e
- V - compreensão da necessidade do contínuo aprimoramento de suas competências e habilidades profissionais.

Art. 6º O curso de graduação em Zootecnia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- a) fomentar, planejar, coordenar e administrar programas de melhoramento genético das diferentes espécies animais de interesse econômico e de preservação, visando a maior produtividade, equilíbrio ambiental e respeitando as biodiversidades no desenvolvimento de novas biotecnologias agropecuárias;
- b) atuar na área de nutrição e alimentação animal, utilizando conhecimentos sobre o funcionamento do organismo animal, visando ao aumento de sua produtividade e ao bem-estar animal, suprimindo suas exigências, com equilíbrio fisiológico;
- c) responder pela formulação, fabricação e controle de qualidade das dietas e rações para animais, responsabilizando-se pela eficiência nutricional das fórmulas;
- d) planejar e executar projetos de construções rurais, de formação e/ou produção de pastos e forrageiras e de controle ambiental;
- e) pesquisar e propor formas mais adequadas de utilização dos animais silvestres e exóticos, adotando conhecimentos de biologia, fisiologia, etologia, bioclimatologia, nutrição, reprodução e genética, tendo em vista seu aproveitamento econômico ou sua preservação;
- f) administrar propriedades rurais, estabelecimentos industriais e comerciais ligados à produção, ao melhoramento e a tecnologias animais;
- g) avaliar e realizar peritagem em animais, identificando taras e vícios, com fins administrativos, de crédito, de seguro e judiciais bem como elaborar laudos técnico-científicos no seu campo de atuação;
- h) planejar, pesquisar e supervisionar a criação de animais de companhia, de esporte ou lazer, buscando seu bem-estar, equilíbrio nutricional e controle genealógico;
- i) avaliar, classificar e tipificar produtos e subprodutos de origem animal, em todos os seus estágios de produção;
- j) responder técnica e administrativamente pela implantação e execução de rodeios, exposições, torneios e feiras agropecuárias. Executar o julgamento, supervisionar a inscrição de animais em sociedades de registro genealógico, exposições, provas, avaliações funcionais e zootécnicas;
- k) realizar estudos de impacto ambiental, por ocasião da implantação de sistemas de produção de animais, adotando tecnologias adequadas ao controle, ao aproveitamento e à reciclagem dos resíduos e dejetos;
- l) desenvolver pesquisas que melhorem as técnicas de criação, transporte, manipulação e abate, visando ao bem-estar animal e ao desenvolvimento de produtos de origem animal, buscando qualidade, segurança alimentar e economia;
- m) atuar nas áreas de difusão, informação e comunicação especializada em Zootecnia, esportes agropecuários, lazer e terapias humanas com uso de animais;
- n) assessorar programas de controle sanitário, higiene, profilaxia e rastreabilidade animal, públicos e privados, visando à segurança alimentar humana;
- o) responder por programas oficiais e privados em instituições financeiras e de fomento à agropecuária, elaborando projetos, avaliando propostas e realizando perícias e consultas;
- p) planejar, gerenciar ou assistir diferentes sistemas de produção animal em estabelecimentos agroindustriais, inseridos desde o contexto de mercados regionais até grandes mercados internacionalizados, agregando valores e otimizando a utilização dos recursos potencialmente disponíveis e tecnologias sociais e economicamente adaptáveis;

- q) atender às demandas da sociedade quanto à excelência na qualidade e segurança dos produtos de origem animal, promovendo o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde pública;
- r) viabilizar sistemas alternativos de produção animal e comercialização de seus produtos ou subprodutos, que respondam aos anseios específicos de comunidades à margem da economia de escala;
- s) pensar os sistemas produtivos de animais contextualizados pela gestão dos recursos humanos e ambientais;
- t) trabalhar em equipes multidisciplinares, possuir autonomia intelectual, liderança e espírito investigativo para compreender e solucionar conflitos, dentro dos limites éticos impostos pela sua capacidade e consciência profissional;
- u) desenvolver métodos de estudo, tecnologias, conhecimentos científicos, diagnósticos de sistemas produtivos de animais e outras ações para promover o desenvolvimento científico e tecnológico;
- v) promover a divulgação das atividades da Zootecnia, utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis e da sua capacidade criativa em interação com outros profissionais;
- w) desenvolver, administrar e coordenar programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estar capacitado para atuar nos campos científicos que permitem a formação acadêmica do Zootecnista;
- x) atuar com visão empreendedora e perfil pró-ativo, cumprindo o papel de agente empresarial, auxiliando e motivando a transformação social; e
- z) Conhecer, interagir e influenciar as decisões de agentes e instituições na gestão de políticas setoriais ligadas ao seu campo de atuação.

Parágrafo único. O curso de graduação em Zootecnia deve possuir um projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu formando, o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas e a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos necessários à concepção e à prática do Zootecnista, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Zootecnia deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes campos de saber:

I - Morfologia e Fisiologia Animal: incluem os conteúdos relativos aos aspectos anatômicos, celulares, histológicos, embriológicos e fisiológicos das diferentes espécies animais; a classificação e posição taxonômica, a etologia, a evolução, a etnozoologia e a bioclimatologia animal.

II - Higiene e Profilaxia Animal: incluem os conhecimentos relativos à microbiologia, farmacologia, imunologia, semiologia e parasitologia dos animais necessários às medidas técnicas de prevenção de doenças e dos transtornos fisiológicos em todos os seus aspectos, bem como, a higiene dos animais, das instalações e dos equipamentos.

III - Ciências Exatas e Aplicadas: compreende os conteúdos de matemática, em especial cálculo e álgebra linear, ciências da computação, física, estatística, desenho técnico e construções rurais.

IV - Ciências Ambientais: compreende os conteúdos relativos ao estudo do ambiente natural e produtivo, com ênfase nos aspectos ecológicos, bioclimatológicos e de gestão ambiental.

V - Ciências Agrônomicas: trata dos conteúdos que estudam a relação solo-planta-atmosfera, quanto à identificação, fisiologia e produção de plantas forrageiras e pastagens, adubação, conservação e manejo dos solos, bem como o uso de defensivos agrícolas e outros agrotóxicos, a agrometeorologia e as máquinas, complementos e outros equipamentos e motores agrícolas.

VI - Ciências Econômicas e Sociais: inclui os conteúdos que tratam das relações humanas, sociais, macro e microeconômicas e de mercado regional, nacional e internacional do complexo agroindustrial. Inclui ainda a viabilização do espaço rural, a gestão econômica e administrativa do mercado, promoção e divulgação do agronegócio, bem como aspectos da comunicação e extensão rural.

VII - Genética, Melhoramento e Reprodução Animal: compreende os conteúdos relativos ao conhecimento da fisiologia da reprodução e das técnicas reprodutivas, dos fundamentos genéticos e das biotecnologias da engenharia genética e aos métodos estatísticos e matemáticos que instrumentalizam a seleção e o melhoramento genético de rebanhos.

VIII - Nutrição e Alimentação: trata dos aspectos químicos, analíticos, bioquímicos, bromatológicos e microbiológicos aplicados à nutrição e à alimentação animal e dos aspectos técnicos e práticos nutricionais e alimentares de formulação e fabricação de rações, dietas e outros produtos alimentares para animais, bem como do controle higiênico e sanitário e da qualidade da água e dos alimentos destinados aos animais.

IX - Produção Animal e Industrialização: envolve os estudos interativos dos sistemas de produção animal, incluindo o planejamento, a economia, a administração e a gestão de técnicas de manejo e da criação de animais em todas suas dimensões e das medidas técnicas e científicas de promoção do conforto e bem-estar das diferentes espécies de animais domésticos, silvestres e exóticos com a finalidade de produção de alimentos, serviços, lazer, companhia, produtos úteis não comestíveis, subprodutos utilizáveis e de geração de renda. Incluem-se, igualmente, os conteúdos de planejamento e experimentação animal, tecnologia, avaliação e tipificação de carcaças, controle de qualidade, avaliação das características nutricionais e processamento dos alimentos e demais produtos e subprodutos de origem animal.

Art. 8º O estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório devendo cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

§ 2º Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

§ 3º A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 9º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitem, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

§ 1º As atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino.

§ 2º As atividades complementares se constituem de componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam como estágio supervisionado.

Art. 10. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

Parágrafo único. A instituição deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e das técnicas de pesquisa relacionadas com sua elaboração.

Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente a Resolução CFE nº 9/84.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007^{2,3}**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

- a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
- b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
- c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
- d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
- e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

²Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

³Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6, com incorreção no original.

ANEXO

Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, modalidade presencial

Curso	Carga Horária Mínima
Administração	3.000
Agronomia	3.600
Arquitetura e Urbanismo	3.600
Arquivologia	2.400
Artes Visuais	2.400
Biblioteconomia	2.400
Ciências Contábeis	3.000
Ciências Econômicas	3.000
Ciências Sociais	2.400
Cinema e Audiovisual	2.700
Computação e Informática	3.000
Comunicação Social	2.700
Dança	2.400
Design	2.400
Direito	3.700
Economia Doméstica	2.400
Engenharia Agrícola	3.600
Engenharia de Pesca	3.600
Engenharia Florestal	3.600
Engenharias	3.600
Estatística	3.000
Filosofia	2.400
Física	2.400
Geografia	2.400
Geologia	3.600
História	2.400
Letras	2.400
Matemática	2.400
Medicina	7.200
Medicina Veterinária	4.000
Meteorologia	3.000
Museologia	2.400
Música	2.400
Oceanografia	3.000
Odontologia	4.000
Psicologia	4.000
Química	2.400
Secretariado Executivo	2.400
Serviço Social	3.000
Sistema de Informação	3.000
Teatro	2.400
Turismo	2.400
Zootecnia	3.600

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 42/97

EMENTA: Dispõe sobre a alteração das Resoluções Nºs 166/89 e 05/90 ambas deste Conselho, no que se refere ao exame de 2ª época e frequência as aulas.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do Art. 15 do Estatuto da Universidade e considerando os termos da Decisão Nº 20/97 deste Conselho, em sua I Reunião Extraordinária, realizada no dia 27 de fevereiro de 1997, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.012430/96,

Considerando que a terceira verificação de aprendizagem em todos os Cursos tem caráter de segunda chamada, além disso, uma vez realizadas as três verificações, isso implica emanulação da menor nota, para cômputo da média de disciplina, o que se constitui em oportunidades concedidas para facilitar a sua integralização;

Considerando que do ponto de vista administrativo, a elaboração do Calendário Acadêmico é prejudicado pela escassez de tempo, uma vez que tem que compatibilizar o registro e processamento de notas junto ao DRCA/NPDE, para aplicação automática do controle, por ocasião da matrícula;

Considerando que torna-se difícil a operacionalização do disposto nas Resoluções citadas, no que diz respeito aos Artigos que normatizam a realização do exame de 2ª época para Cursos diurnos do Sistema Acadêmico Seriado Semestral;

Considerando, ainda, o intervalo mínimo de aguardo para realização do dito exame impossibilita a realização de Cursos de férias e de ajustamento curricular, durante o recesso escolar;

R E S O L V E:

Art. 1º - Extingue-se o Exame de 2ª época, conforme disciplinado no Artigo 10 da Resolução Nº 166/89 deste Conselho, que estabelece o Sistema Seriado para integralização dos Cursos de Graduação diurnos e citado na Resolução Nº 05/90 também deste Conselho, que altera Artigos do Regimento Geral da UFRPE que dispõe sobre Verificações de Aprendizagem dos Cursos de Graduação.

Art. 2º - Ratifica-se o disposto no Artigo 2º da Resolução Nº 05/90 do CEPE, no que diz respeito a obrigatoriedade de frequência as aulas e demais atividades escolares considerando-se reprovado na disciplina o aluno que não comparecer ao mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das aulas ministradas (teóricas e práticas) ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 28 de fevereiro de 1997.

PROFA. TÂNIA MARIA MUNIZ DE ARRUDA FALCÃO
= NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 65/2000.

EMENTA: Revoga a Resolução Nº 06/90 do Conselho Universitário, que dispõe sobre o Sistema Acadêmico Seriado e estabelece normas para o Sistema Seriado Semestral para integralização dos cursos de graduação, diurnos, oferecidos pela UFRPE.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do Art. 15 do Estatuto da Universidade e considerando os termos da Decisão Nº 12/2000 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua II Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2000, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.003702/97,

Considerando que a Resolução Nº 06/90 do Conselho Universitário tem demonstrado ser uma norma que necessita de adequação para um bom andamento do fluxo de matrículas e da organização da Universidade, e que a L.D.B. enseja maior flexibilidade aos cursos de graduação, objetivando um maior rendimento da Universidade,

R E S O L V E:

Art. 1º - O sistema acadêmico adotado para todos os cursos diurnos oferecidos pela UFRPE é o Sistema Seriado Semestral.

Art. 2º - O Sistema Seriado Semestral consiste na distribuição das disciplinas do curso em blocos que deverão ser sucessivamente integralizados pelo aluno, tendo cada uma delas a duração equivalente a um semestre letivo.

Art. 3º - Entende-se por semestre, o total de 100 dias equivalentes a 21 semanas de atividades acadêmicas, assim distribuídas:

I - As 18 (dezoito) primeiras semanas serão destinadas às aulas regulares e às verificações parciais de aprendizagem.

II - A 19ª (décima nona) e 20ª (vigésima) semanas serão reservadas às aulas de reposições, para assegurar a oferta integral do conteúdo programático e cumprimento da carga horária da disciplina, quando isto não tiver sido alcançado nas primeiras 18 (dezoito) semanas.

III - A 21ª (vigésima primeira) semana será reservada à realização do Exame Final das disciplinas.

Art. 4º - Na seleção das disciplinas de cada bloco, deverá ser considerado:

I - A sequência dos conhecimentos.

II - A integração dos conteúdos programáticos.

Parágrafo Único - Para enriquecer seus conhecimentos, o aluno poderá cursar disciplinas eletivas, desde que autorizadas pelo seu coordenador de curso.

Art. 5º - Os alunos aprovados no bloco terão as suas vagas garantidas no bloco seguinte, desde que efetuem a matrícula.

Art. 6º - No caso do aluno ter sido reprovado em até duas disciplinas de um determinado bloco, será permitido ao mesmo a matrícula no bloco de disciplinas do semestre seguinte.

§ 1º - O aluno só poderá cursar até 09 (nove) disciplinas por semestre, sendo o bloco principal mais duas disciplinas em até dois blocos consecutivos em regime de dependência, desde que observada a compatibilização de horários.

§ 2º - O aluno reprovado em 03 (três) ou mais disciplinas no mesmo semestre, não poderá matricular-se nas disciplinas do bloco semestral seguinte, ficando obrigado a cursar apenas as disciplinas em que foi reprovado.

Art. 7º - No regime de dependência, o aluno ficará obrigado a frequentar as aulas e submeter-se às verificações de aprendizagem.

Art. 8º - O trancamento de matrícula, com prazo fixado pelo Calendário Escolar, não será permitido em mais de 02 (dois) semestres consecutivos ou 04 (quatro) não consecutivos. Caso

ultrapasse um desses limites, o aluno perderá o vínculo com a Universidade.

Art. 9º - Só será permitido o cancelamento de matrícula de 02 (duas) disciplinas por semestre.

Art. 10 - Os alunos transferidos, portadores de diplomas e de reopção, poderão no processo de adaptação curricular, cursar até 05 (cinco) blocos consecutivos ou não, obedecendo ao número máximo de disciplinas por semestre, durante 02 (dois) semestres letivos.

Art. 11 – Perderá o vínculo com a Universidade o aluno que não conseguir integralizar todas as disciplinas no período máximo previsto por lei.

§ 1º - O presente artigo aplica-se aos alunos ingressantes a partir de 1996.

§ 2º - Os alunos ingressantes antes de 1996 serão regidos por normas posteriormente regulamentadas.

Art. 12 – Compete ao Coordenador do Curso, acompanhar o cumprimento da integralização e adaptação curricular dos alunos, nos termos desta Resolução.

Art. 13 – A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 10 de fevereiro de 2000.

PROF EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO
= PRESIDENTE =

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 313/2003.

EMENTA: Regulamenta a sistemática de elaboração e reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFRPE.

O Pró-Reitor de Administração, respondendo pela Presidência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada e considerando os termos da Decisão Nº 103/2003 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua IV Reunião Extraordinária, realizada no dia 09 de outubro de 2003, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.008923/2003,

Considerando o compromisso desta Universidade com a qualidade da formação profissional conferida pelos Cursos de Graduação oferecidos e as diretrizes fixadas pela Lei 9.394/96 e legislações complementares que orientam a elaboração curricular;

R E S O L V E:

CAPÍTULO I – DO PROJETO PEDAGÓGICO

Art. 1º- Aprovar a sistemática de elaboração e reformulação do Projeto Pedagógico e a composição da Matriz Curricular dos Cursos de Graduação da UFRPE, nos termos da presente Resolução.

Art. 2º- O Projeto Pedagógico de um Curso de Graduação compreende o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional, destinado a orientar a concretização curricular do referido curso.

Parágrafo único- Como instrumento norteador do fazer universitário, o Projeto Pedagógico deve ser concebido coletivamente no âmbito da Instituição.

Art. 3º- Para a elaboração ou reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, devem ser observados os seguintes princípios:

I-A elaboração e a reformulação do Projeto Pedagógico devem resultar da avaliação da conjuntura e da infra-estrutura do Curso e desta Instituição;

II-O Projeto Pedagógico deve orientar a formação de profissionais comprometidos com a promoção individual e social e a preservação do meio ambiente;

III-A construção do Projeto Pedagógico deve ser processada de forma democrática, tendo como horizonte as dimensões éticas, políticas, técnicas e humanas da prática profissional;

IV-O Projeto Pedagógico é uma construção dinâmica e deve ser permanentemente avaliado;

V-A matriz curricular, na perspectiva do Projeto Pedagógico, deve ser concebida como um instrumento de produção e sistematização do conhecimento, devendo possibilitar a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e a articulação teoria – prática.

Art. 4º- Os seguintes aspectos devem compor o Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação:

I-A história do Curso contextualizada com a história da Instituição, construída a partir do objeto de estudo, conforme redimensionado na operacionalização das matrizes curriculares anteriores;

II-A justificativa para a reformulação deve conter um diagnóstico, fundamentado nos resultados de avaliações institucionais e nas inovações propostas;

III-O marco teórico e a metodologia que devem indicar a concepção de matriz curricular vigente e a sistemática de sua operacionalização;

IV-Os objetivos do Curso, de acordo com as diretrizes do MEC contextualizados com a história da UFRPE, assumidos como alvo orientador da formação profissional;

V-O perfil profissional que assegure uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas de conhecimento do Curso e formação continuada;

VI-As competências, atitudes e habilidades, que devem estar coerentes com os objetivos do Curso e com o perfil profissional;

VII-O campo de atuação do profissional como meio de viabilizar a articulação entre o mundo do trabalho e o mundo acadêmico;

VIII-As ementas, definidas como resumo dos conteúdos relativos aos componentes curriculares, e suas respectivas bibliografias básicas, devidamente elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes;

IX-A equivalência curricular das disciplinas da Matriz curricular anterior com os novos componentes curriculares;

X-A sistemática de concretização do Projeto Pedagógico, com indicação de critérios e de condições indispensáveis à sua implantação, monitoramento e avaliação;

XI-As Decisões de aprovação do Projeto Pedagógico pelo respectivo Colegiado de Coordenação Didática-CCD do Curso e Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário.

Art. 5º- Para efeito do estabelecimento da duração do Curso, os seguintes condicionantes devem ser observados:

I - O tempo mínimo terá como referência o mínimo fixado pelo órgão federal competente;

II- O tempo máximo será igual à duração plena fixada pelo Curso acrescida de 80% (oitenta por cento).

§ 1º- Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com regulamentação específica.

§ 2º- Os alunos de Cursos de Licenciatura plena que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 6º- O Projeto Pedagógico é de responsabilidade do CCD do Curso de Graduação e será supervisionado pela Coordenação Geral dos Cursos de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Parágrafo Único- O CCD poderá delegar tarefas e/ou ações para serem executadas por comissões especiais.

Art. 7º- Cada curso de Graduação deverá constituir uma Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico-COAA, integrada pelo coordenador do Curso, no mínimo 3 (três) Professores e 1 (um) Estudante, indicados pela Coordenação e homologada pelo Colegiado de Coordenação Didática- CCD, que terá as seguintes atribuições:

I-Acompanhar os alunos que já tenham cumprido pelo menos 4 (quatro) períodos regulares do curso;

II-Emitir parecer circunstanciado sobre rendimento acadêmico insuficiente e prazo de integralização curricular, após entrevista com os alunos e/ou apreciação de suas justificativas por escrito;

III-Apreciar os requerimentos de dilação de prazo, devidamente instruídos para justificar casos e situações especiais dos alunos que não conseguiram concluir o curso dentro do prazo legal;

IV-Propor a oferta de disciplinas em período especial, para recuperação pedagógica dos alunos;

V-Exercer, no período anterior à matrícula, a orientação pedagógica dos alunos, objetivando a melhoria do seu desempenho nas atividades didáticas do curso, determinando o máximo de disciplinas permitidas, observados os pré-requisitos e a compatibilidade horária;

VI-Motivar o Aluno sobre sua futura profissão, indicando as áreas de diversificação profissional e aconselhando-o na escolha das Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares;

VII-Orientar o Aluno sobre aproveitamento ou adaptação de disciplinas já cursadas;

VIII-Encaminhar às instâncias competentes quaisquer problemas de origem didático-pedagógica.

§ 1º- Os Professores participantes da Comissão de Orientação devem ser Docentes do quadro efetivo, que ensinem disciplina(s) possuam mais de 2 (dois) anos de exercício de Ensino Superior e que sejam indicados pelo Colegiado do respectivo Curso.

§ 2º- Os Alunos participantes da Comissão de Orientação, devem ser, de preferência, de final de curso, já detentores de experiência de vivência do currículo e das atividades flexíveis de formação.

§ 3º- A cada início de semestre, a comissão deverá se apresentar às turmas, divulgando as atividades acadêmicas curriculares previstas para aquele semestre e divulgando sua função e horário de atendimento.

§ 4º- A comissão reunir-se-á extraordinariamente sempre que houver uma solicitação justificada do Diretório Acadêmico ou da Coordenação.

Art. 8º- A Matriz Curricular é definida como um conjunto de componentes curriculares acadêmicos que possibilitam a integralização de um curso, buscando ainda a sociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, concebida como um sistema articulado.

Parágrafo Único – São consideradas premissas básicas para a estruturação da matriz curricular, as seguintes:

I - Funcionar como um fluxo articulado de aquisição de saber, em um período delimitado de tempo, tendo com base a flexibilidade, a diversidade e o dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional;

II - Oferecer alternativas de trajetórias;

III - Oferecer ao aluno orientação e liberdade para definir seu percurso;

IV- Oferecer condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas na sua área profissional e em pelo menos uma área complementar;

V - Possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização.

CAPÍTULO II- DA ESTRUTURA DA MATRIZ CURRICULAR

Art. 9º- A matriz curricular de cada Curso apresentar-se-á de forma a demonstrar a distribuição das Atividades Acadêmicas Curriculares Obrigatórias por períodos letivos semestrais.

Parágrafo Único - O Colegiado de Curso, ao dimensionar a matriz curricular, deverá ater-se ao limite máximo de 25 (vinte e cinco) horas-aula semanais para os cursos diurnos e de 20 (vinte) horas-aula semanais para os cursos noturnos.

Art. 10- Quanto à estrutura, a matriz curricular deve contemplar necessariamente três Eixos de Formação: Específica, Complementar e Livre.

Art. 11- A **Formação Específica** compreende, para todos os efeitos, os conteúdos básicos resultantes das Diretrizes Curriculares Nacionais, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º- O objetivo da Formação Específica é o de contemplar a diversidade do conhecimento ao qual o aluno deve ter acesso como referência para reflexão na sua área de atuação.

§ 2º- Este eixo deve constituir a essência dos saberes característicos de uma área de atuação profissional, incluindo não somente o domínio típico do curso, mas também o dos campos de saber próximos.

§ 3º- Os conteúdos básicos deverão compreender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 70% da carga horária total do curso.

§ 4º- Na matriz curricular, obrigatoriamente, deve ser incluído o “Estágio Supervisionado” regulamentado pelo CCD do Curso e em consonância com a legislação em vigor.

§ 5º- No caso dos Cursos de Licenciatura plena, a “Prática” deve integrar a matriz curricular, ao longo de todo o curso, obedecendo as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 12- A Formação Complementar inclui o cumprimento de um certo número de créditos a ser cursado pelo aluno, pré-determinado pelo Colegiado do Curso, em atividades acadêmicas que lhe assegurem uma formação mais específica em alguma área de conhecimento conexo, ou ainda formação interdisciplinar em áreas afins.

§ 1º- A Formação Complementar pode ser desdobrada em conteúdos complementares obrigatórios, optativos e flexíveis, definidos como:

I- Os Conteúdos Complementares Obrigatórios são aqueles determinados pelo Colegiado do Curso, considerados como fundamentais para complementar a Formação Específica;

II- Os Conteúdos Complementares Optativos são constituídos por áreas de aprofundamento e de componentes livres, regulamentados pelo Colegiado do Curso, mas de livre escolha do Aluno.

III- Os Conteúdos Complementares Flexíveis, de caráter eletivo, são constituídos a partir de proposição do aluno, sob a orientação de um Docente e condicionada à autorização do Colegiado de Curso.

§ 2º- As disciplinas “Metodologia Científica” (ou equivalente) e “Introdução à Microinformática” são Conteúdos Complementares Obrigatórios para todos os cursos e devem ser oferecidas preferencialmente no primeiro ano letivo, para possibilitar ao aluno a formação e o instrumental necessários ao seu desenvolvimento acadêmico;

§ 3º- Os Componentes Complementares Optativos e Flexíveis podem ser estruturados sob a forma de projetos e/ou programas de ensino, pesquisa e extensão, eventos e outros, de livre escolha do aluno, correspondentes a, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso.

Art. 13- A Formação Livre inclui uma série de atividades que deve ser de escolha exclusiva do estudante e submetida à orientação, possibilitando a ampliação de sua formação, em qualquer campo do conhecimento, com base estritamente em seu interesse individual.

§ 1º- A Formação Livre propicia uma maior versatilidade na formação, podendo ser útil na definição do perfil do aluno, tanto para responder ao anseio de fundamentação acadêmica, como a de atender às demandas da sociedade.

§ 2º- Os créditos acadêmicos livres são obtidos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares.

§ 3º- Optando por cumprir Disciplinas Eletivas, o Aluno só poderá matricular-se em apenas 1 (um) componente curricular dessa modalidade por semestre.

Art. 14- Para operacionalização da formação flexível do Aluno, nos eixos de Formação Complementar Optativa e Flexível e Formação Livre, o Colegiado deve elaborar as opções de trajetórias, além de também admitir propostas apresentadas por Alunos, que permitam uma formação complementar aberta, desde que sejam mantida uma conexão conceitual com a linha básica de atuação do curso.

Art. 15- A organização curricular deverá definir o regime acadêmico do Curso – seriado/créditos- e poderá ser concebida a partir de eixos temáticos, que possibilitem a prática inter-disciplinar e a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Parágrafo Único- A integração das atividades acadêmicas de que trata o caput deste artigo deverá ser instrumentalizada pela indicação de, pelo menos, três linhas de pesquisa e de três linhas de extensão comuns ao Curso.

Art. 16- A estruturação curricular resultante da lógica de organização e de produção do conhecimento, deverá definir a alocação dos componentes curriculares semestrais ou anuais.

Parágrafo único- A seleção dos componentes curriculares para os períodos letivos deve ser feita em função do objeto de estudo e deve ter como referência a articulação entre teoria e prática.

Art. 17- As atividades acadêmicas desenvolvidas semestralmente serão realizadas no decorrer dos cem dias letivos.

§ 1º- A Unidade de crédito, para os cursos que adotarem este regime acadêmico, corresponde a quinze horas semestrais.

§ 2º- A cada semestre letivo, serão destinados 10 dias letivos às atividades de enriquecimento curricular previstas no calendário escolar, para efeito de computação dos dias letivos, e de registro acadêmico, na forma de certificação.

§ 3º- Os Docentes responsáveis pelos componentes curriculares deverão elaborar, divulgar e desenvolver um plano de trabalho, de acordo com o que estiver estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 18- As propostas de elaboração ou mudança do Projeto Pedagógico encaminhadas à Câmara de Graduação deverão organizar-se de forma a apresentar os seguintes elementos:

I-Descrição da estratégia de trabalho do Colegiado e/ou comissão de reforma curricular quanto à avaliação do matriz curricular anterior, elaboração e aprovação do novo Projeto Pedagógico;

II-Avaliação da matriz curricular em vigor, com definição dos parâmetros de inadequação quanto à legislação, ao mercado de trabalho e quanto ao grau de desenvolvimento da área do conhecimento a que se referem os conteúdos; detalhamento dos pontos de estrangulamento e da alteração de perspectiva institucional; indicação dos processos utilizados para se obter essa avaliação;

III-Relação das Atividades Acadêmicas Curriculares devidamente classificados, de conformidade com as diretrizes dessa resolução, especialmente as presentes no Art. 8º, com especificação de sua correlação com as Diretrizes Curriculares;

IV-Representação gráfica (fluxograma) da matriz curricular, com denominação das disciplinas, cargas horárias e pré-requisitos e/ou co-requisitos de cada período do curso;

V-Turno(s) de funcionamento do curso;

VI-Relação das disciplinas extintas, mantidas, alteradas (quanto ao conteúdo programático e/ou carga horária) e criadas, com informações sobre classificação quanto aos eixos de formação, código, carga horária, número de créditos, pré-requisitos, número máximo de alunos para a matrícula e Departamento responsável;

VII-Quadro de equivalência entre as disciplinas da matriz curricular em vigor e as da matriz curricular proposto;

VIII-Listagem de Atividades Complementares Optativas;

IX-Ementas das disciplinas elaboradas e aprovadas pelos Departamentos competentes, com explicitação dos objetivos, dos conteúdos a serem desenvolvidos e bibliografia recomendada;

X-Explicitação do significado e das condições de funcionamento do estágio curricular;

XI-Documentação contendo a ciência e/ou aquiescência dos Departamentos envolvidos quanto à criação, manutenção ou extinção de disciplinas, alteração de carga horária, pré-requisitos e posição no matriz curricular-padrão;

XII-Informação sobre as condições físicas, materiais e recursos humanos necessários à implantação da nova matriz curricular, com especificação das condições existentes e das eventuais necessidades futuras;

XIII-Plano de implantação da nova matriz curricular;

XIV-Plano de acompanhamento e avaliação da matriz curricular a ser implantada.

Art. 19- Na organização pedagógica e curricular dos Cursos de Graduação poderão ser incluídas disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial.

§ 1º- As disciplinas a que se refere o *caput* deste Artigo não poderão exceder a 20% (vinte por cento) do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

§ 2º- A oferta das disciplinas previstas neste Artigo deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos.

§ 3º- Os exames finais de todas as disciplinas oferecidas para integralização desta forma serão sempre presenciais.

CAPÍTULO III- ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES

Art. 20- Definem-se por Atividades Acadêmicas Curriculares aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular do seu curso, os saberes e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único- Toda Atividade Acadêmica Curricular deverá:

I- Ficar sob a responsabilidade de, pelo menos, um Professor;

II- Incluir procedimentos de avaliação do rendimento do aluno.

Art. 21- As Atividades Acadêmicas Curriculares, quanto à sua natureza, são classificadas em: Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 1º- As Atividades de Ensino classificam-se em:

I- Disciplinas;
II- Iniciação à Docência;
III- Discussões Temáticas;
IV- Tópicos Especiais;
V- Práticas de Ensino;
VI- Práticas Integradas.

§ 2º- As Atividades de Pesquisa incluem:

I- Iniciação à Pesquisa;
II- Vivências Profissionais Complementares;
III- Práticas de Ensino;
IV- Estágio Curricular Obrigatório.

§ 3º- As Atividades de Extensão compreendem:

I- Programas;
II- Projetos;
III - Cursos;
IV - Eventos;
V - Produtos;
VI - Prestação de serviços.

§ 4º- Outras atividades não previstas nos parágrafos anteriores, devidamente aprovadas pelo CCD do Curso de Graduação.

§ 5º- Na composição da matriz curricular o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar, no mínimo, dois tipos de atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

§ 6º- Os cursos poderão estipular em sua carga horária, dentro dos limites estabelecidos, uma parcela para atividades complementares que serão creditadas aos Alunos que assim optarem em seu perfil de formação estudantil. Deverá ser oferecida a orientação para que a carga horária estabelecida para tais atividades não seja concentrada em um único tipo de atividade, para que ela seja distribuída de forma ampla, de forma a não exceder 120 horas/aula para cada tipo de atividade, ressalvadas as determinações contidas nas diretrizes curriculares do curso específico.

Art. 22- Entende-se por **Disciplina** o conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, desenvolvidos num período letivo, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária e créditos pré-fixados, desenvolvido pelo Docente, de forma presencial ou à distância.

§ 1º- As Disciplinas classificam-se, quanto à sua natureza, em:

I-Disciplinas Obrigatórias- as que compreendem toda a formação mínima obrigatória, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos;

II-Disciplinas Complementares Obrigatórias- as que sem constarem das Diretrizes Curriculares Nacionais, são consideradas indispensáveis à formação profissional, a que o Curso se destina;

III-Disciplinas Complementares Optativas- as que, escolhidas pelo Aluno, dentro da relação aprovada pelo Colegiado do Curso, complementem a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento e perfazendo um número mínimo de créditos, permita ao Aluno iniciar-se numa diversificação do Curso;

IV - Disciplinas Eletivas- as que, não fazendo parte da matriz curricular do Curso, podem ser cursadas em caráter suplementar pelo Aluno e escolhidas dentre as demais oferecidas pelas Unidades Acadêmicas.

§ 2º- A matrícula em disciplinas deverá observar a sequência estabelecida pela matriz curricular.

§ 3º- O aluno de curso de entrada única ficará obrigado a matricular-se nas disciplinas não cursadas nos períodos anteriores no primeiro semestre em que estas forem oferecidas.

§ 4º- As disciplinas cursadas anteriormente pelo aluno optante, transferido ou reintegrado que não sejam aproveitadas como Disciplinas Obrigatórias para integralização curricular na nova matriz, poderão ser aproveitadas como Disciplinas complementares Optativas e Eletivas.

§ 5º- As Disciplinas complementares Optativas e Eletivas não serão ministradas para número inferior a cinco alunos na mesma turma, salvo em caso excepcional, a juízo dos Colegiados dos Cursos e desde que esta medida não implique na alocação de novos recursos.

Art. 23- Entende-se por **Iniciação à Docência** aquelas atividades vinculadas ao Programa de Monitoria e ao Programa Especial de Treinamento, independentemente de estarem ou não vinculadas a bolsas, que têm como finalidade iniciar o Aluno em atividades docentes, primordialmente pelo ensino, mas também pela pesquisa e extensão universitária.

§ 1º- O Programa de Monitoria tem a finalidade de estimular a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão efetuadas em trabalhos de laboratório, biblioteca, de campo e outras compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência nas disciplinas e desenvolver habilidades que favoreçam o Aluno na iniciação à docência.

§ 2º- O Programa Especial de Treinamento- PET é integrado por grupos tutoriais de aprendizagem, buscando propiciar aos Alunos vinculados ao curso, sob orientação de um Professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, com a finalidade de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão de maneira articulada, permitindo o desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe.

Art. 24- Entende-se por **Discussões Temáticas** a exposição programada pelo Docente e realizada pelos Alunos, que podem incluir estudos de casos e resolução de situações-problema, cujos objetivos sejam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e o aprofundamento de novas abordagens temáticas.

Art. 25- Entende-se por **Tópicos Especiais** o conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, definidos no programa correspondente ao estabelecido pela ementa e carga horária pré-fixados, desenvolvidos predominantemente pelos Alunos e com caráter de atualização de conhecimento.

Art. 26- Entende-se por **Práticas Integradas** aquelas que integram conteúdos de várias disciplinas e/ou atividades Acadêmicas Curriculares, realizadas preferencialmente em Laboratórios e em áreas extra-campus.

Art. 27- Entende-se por **Iniciação à Pesquisa** o conjunto de atividades ligadas a programas e projetos de pesquisa desenvolvidas pelo Aluno, sob orientação do Docente.

Art. 28- Entende-se por **Vivência Profissional Complementar** a atividade de estágio, que tem o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional. A Avaliação se processará mediante a apreciação de relatório elaborado pela Instituição onde ocorreu a atividade e o elaborado pelo Aluno.

Art. 29- Entende-se por **Estágio Curricular Obrigatório** o conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações de vida e trabalho de seu

meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UFRPE e que contribua, de forma eficaz, para sua absorção pelo mercado de trabalho.

§ 1º- Enquadram-se neste tipo de atividades as experiências de convivência em ambiente de trabalho, o cumprimento das tarefas com prazo estabelecido, o trabalho em ambiente hierarquizado e com componentes cooperativistas ou corporativistas, entre outros, como objetivo de proporcionar ao Aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional clássica, possibilitando-lhe o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

§ 2º- Os estágios curriculares ficarão sob a responsabilidade das Coordenações dos Cursos de Graduação, cabendo-lhes:

I- Identificar e analisar oportunidades de ofertas de estágio curricular junto a instituições ou entidades em que eles possam ser realizados e efetuando os devidos encaminhamentos para sua realização;

II- Encaminhar cadastro do Aluno à Coordenação Geral de Estágios, na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, para providenciar o Seguro Obrigatório;

III- Estabelecer normas de supervisão e controle pedagógico, bem como seus critérios de avaliação.

Art. 30- Entende-se por **Programas de Extensão** os trabalhos e atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão, integrados a programas institucionais, direcionados às questões relevantes da sociedade, gerenciados com a mesma diretriz e voltados a um objetivo comum.

Parágrafo Único- Os Programas de Extensão devem coordenar as atividades que abrangem experiências político-pedagógicas que viabilizem a troca entre os diferentes tipos de conhecimento e a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade.

Art. 31- Entende-se por **Projetos de Extensão** as ações processuais, de caráter educativo, cultural, artístico, científico e/ou tecnológico, que envolvem Docentes, Alunos e Técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações sistematizadas.

Art. 32- Entende-se por **Cursos de Extensão** aqueles que, ofertados à comunidade, objetivem a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação universidade-sociedade.

Parágrafo Único- Os Cursos de Extensão serão executados sob a forma de Educação Continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos para cada caso e definidos como:

I- Cursos de Extensão;

II- Cursos Temáticos de Curta Duração;

III- Cursos de Atualização;

IV- Cursos de Difusão Cultural;

V - Outros cursos não classificados dentre os anteriores.

Art. 33- Entende-se por **Eventos de Extensão** as atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar, divulgar e intercambiar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação.

Parágrafo Único- Os eventos de extensão podem ser realizados sob a forma de:

I- Mostras;

II- Encontros;

III- Seminários;

IV- Simpósios;

V- Oficinas;

VI- Congressos;

VII- Colóquios;

VIII- Jornadas;

IX- Conferências;

X- Mesas redondas;

XI-Fóruns;
 XII-Exposições Científicas e/ou Pedagógicas;
 XIII-Debates ou Ciclo de Debates;
 XIV-Reuniões Técnicas;
 XV-Concertos;
 XVI-Festivais;
 XVII-Recitais
 XVIII-Manifestações Artísticas e Culturais;
 XIX-Espetáculos;
 XX-Ateliês, Exposições e similares.

Art. 34- Entende-se por **Produtos de Extensão** aqueles susceptíveis à disseminação e intercâmbio de saberes e inovações, desenvolvidos a partir de demandas da sociedade, ou como resultado do desenvolvimento de pesquisas.

Parágrafo Único - Os Produtos de Extensão podem ser classificados como:

I- Instrumentos de avaliação de situações, processos e produtos;
 II- Diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares;
 III- Kits pedagógicos;
 IV- Relatórios, artigos técnicos e similares;
 V- Publicação didático-pedagógica e de divulgação técnica–científica–artística–cultural emanais e periódicos;
 VI- Patentes e produtos gerados pela Universidade;
 VII- Sistemas de Informação.

Art. 35- Entende-se por **Prestação de Serviços** a ação de interesse social decorrente da identificação e monitoramento de situações-problemas apresentadas pela sociedade.

Parágrafo Único- A Prestação de serviços pode ser realizada sob a forma de:

I-Realização de assessoria, consultoria e atividade assistencial;
 II-Realização de levantamentos, inventários, caracterizações e/ou estudos;
 III-Definição de políticas, programas, projetos e/ou planos de ação;
 IV-Realização de diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares;
 V-Atendimentos, aconselhamentos, orientações, tratamentos, terapias, consultas;
 VI-Desenvolvimento de experiências-piloto e/ou modelo, campanhas.

Art. 36- O Aluno participante de Atividades Acadêmicas Curriculares envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão, definidas no Art. 18, ligadas à vivência profissional do respectivo Curso e ao Projeto Pedagógico do Curso, sendo ou não bolsista, poderá ter seus trabalhos convertidos em carga horária curricular mediante matrícula e requerimento protocolado enviado ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico-DRCA, após a aprovação do CCD do Curso.

§ 1º- Do requerimento de que trata o caput deste artigo deverá constar o respectivo plano de trabalho do Aluno, o relatório dos trabalhos desenvolvidos e a avaliação definida em cada modalidade.

§ 2º- A carga horária referente à participação de aluno de curso de licenciatura em programas de alfabetização de jovens e adultos, realizados na forma da lei, pode ser contabilizada, em dobro, para efeito de cumprimento das horas destinadas às práticas atividades complementares previstas na matriz curricular.

Art. 37- Deferido o aproveitamento pelas instâncias competentes, o Coordenador de Curso remeterá ao DRCA, para creditar no histórico escolar do Aluno a carga horária e Créditos, correspondente ao aprovado, considerando:

I-14001- Monitoria I	60 horas-aula 4 créditos;
II-14002- Monitoria II	60 horas-aula 4 créditos;
III-14003- Programa Especial de Treinamento I	60 horas-aula 4 créditos;
IV-14004- Programa Especial de Treinamento II	60 horas-aula 4 créditos;
V-14005- Projeto de Pesquisa I	60 horas-aula 4 créditos;
VI-14006- Projeto de Pesquisa II	60 horas-aula 4 créditos;
VII-14007- Vivência Profissional Complementar I	60 horas-aula 4 créditos;
VIII-14008- Vivência Profissional Complementar II	60 horas-aula 4 créditos;
IX-14009- Programa de Extensão I	60 horas-aula 4 créditos;
X-14010- Programa de Extensão II	60 horas-aula 4 créditos;
XI-14011- Programa de Alfabetização I	60 horas-aula 4 créditos;

XII-14012- Programa de Alfabetização II	60 horas-aula 4 créditos.
XIII-14013- Projeto de Extensão I	60 horas-aula 4 créditos;
XIV-14014- Projeto de Extensão II	60 horas-aula 4 créditos;
XV-14015- Discussões Temáticas I	15 horas-aula 1 crédito;
XVI-14014- Discussões Temáticas II	30 horas-aula 2 créditos;
XVII-14016-Tópicos Especiais I	15 horas-aula 1 crédito;
XVIII-14017- Tópicos Especiais II	30 horas-aula 2 créditos;
XIX-14018- Prática Integrada I	15 horas-aula 1 crédito;
XX-14019- Prática Integrada II	30 horas-aula 2 créditos;
XXI-14020- Cursos de Extensão I	30 horas-aula 2 créditos;
XXII-14021- Cursos de Extensão II	60 horas-aula 4 créditos;
XXIII-14022- Evento de Extensão I	30 horas-aula 2 créditos;
XXIV-14023- Evento de Extensão II	60 horas-aula 4 créditos;
XXV-14024- Publicação Técnico-Científica I	30 horas-aula 2 créditos;
XXVI-14025- Publicação Técnico-Científica I	60 horas-aula 4 créditos;
XXVII-14026- Produto de Extensão I	30 horas-aula 2 créditos;
XXVIII-14027- Produto de Extensão II	60 horas-aula 2 créditos;
XXIX-14028- Prestação de Serviço I	30 horas-aula 4 créditos;
XXX-14029- Prestação de Serviço II	60 horas-aula 4 créditos;

§ 1º- Para cômputo da carga horária de atividades similares, nos casos das Atividades “Cursos de Extensão” e “Eventos de Extensão”, o aluno deverá reunir comprovação de participação em tantas atividades similares quantas sejam necessárias à integralização da atividade pertinente.

§ 2º- Para cômputo da carga horária e crédito da Disciplina “Publicação Técnico-Científica”, o Aluno deverá comprovar sua participação em trabalho em sua área profissional ou em áreas afins e anexar cópia do resumo ou trabalho integral publicado nos Anais do evento ou em Periódico.

Art. 38- Os cursos que optarem por utilizar estas Atividades Acadêmicas Curriculares institucionais em seu perfil curricular contabilizarão a carga horária docente da seguinte forma:

I- Os Docentes Orientadores das Atividades Acadêmicas Curriculares mencionadas nos incisos do Artigo anterior terão sua carga horária computada até 30 horas-aula/ semestre, desde que sejam responsáveis por uma carga horária de disciplinas;

II- O Coordenador do Curso, terá um cômputo de 30 horas-aula/ semestre;

III- Os Docentes componentes da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, cujas atribuições estão definidas no Artigo 7º, terá um cômputo de 30 horas-aula/ semestre.

Art. 39- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 15 de outubro de 2003.

PROF. VALMAR CORREA DE ANDRADE
= NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 442/2006

EMENTA: Dispõe sobre dispensa de disciplinas já cursadas pelos alunos matriculados nos diferentes cursos de graduação das Unidades Acadêmicas da UFRPE.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do Art. 15 do Estatuto da Universidade e considerando os termos da Decisão Nº 153/2006 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua IV Reunião Ordinária, realizada no dia 06 de outubro de 2006, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.0013495/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, na área de sua competência, os alunos de graduação dos cursos oferecidos pelas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, que tenham cursado disciplinas nesta ou em outra Instituição Superior de Ensino, requerer, aos Coordenadores dos respectivos cursos, após a pré-matrícula, dispensa das referidas disciplinas.

Art.2º - Para que sejam creditadas pela UFRPE, as disciplinas cursadas devem atender as seguintes exigências:

- a) serem equivalentes em pelo menos 80% do conteúdo programático às correspondentes disciplinas que serão dispensadas;
- b) terem carga horária igual ou superior àquela das disciplinas a serem dispensadas;
- c) serem oferecidas regularmente pela Instituição onde foram cursadas como integrantes do currículo de um curso devidamente reconhecido.

Parágrafo único - Para atendimento do que determina as alíneas “b” e “c” poderão ser apresentados créditos obtidos em mais de uma disciplina, somando-se seus conteúdos programáticos e cargas horárias.

Art. 3º - O pedido de dispensa da disciplina deverá ser dirigido ao Coordenador do Curso do solicitante, através de requerimento, acompanhado de histórico escolar ou declaração e do programa da disciplina a ser creditada.

§ 1º - No requerimento deverão ficar esclarecidos códigos e denominações da disciplina a ser creditada e da disciplina a ser dispensada.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

§ 2º - A declaração de que trata o *caput* deste artigo, deve ser original ou cópia autenticada, com assinatura e timbre e nela devem vir citados: nome do aluno, código e denominação da disciplina cursada, nota de aprovação, frequência e período em que a disciplina foi cursada.

Art. 4º - O processo de dispensa de disciplina deve seguir a seguinte tramitação:

- a) Ao Coordenador cabe o exame inicial da idoneidade dos documentos que formam o processo e desde que não seja cumprida pelo menos uma das exigências formais da presente Resolução, o requerimento deverá ser preliminarmente indeferido;
- b) Não cabendo indeferimento preliminar, o processo será encaminhado ao representante daquele Curso, junto ao Colegiado de Coordenação Didática - CCD da Unidade Acadêmica.
- c) O representante se responsabilizará por instruir, junto ao seu Curso, o processo que lhe for encaminhado, devendo devolvê-lo ao Coordenador do Curso, até a reunião seguinte, quando, então, a solicitação será apreciada pelo Colegiado de Coordenação Didática.

§ 1º É de competência do Colegiado de Coordenação Didática adispensa das disciplinas não cursadas na UFRPE.

§2º Em se tratando de disciplina cursada na UFRPE, a dispensa será analisada e decidida diretamente pelo Coordenador, devendo o mesmo informar ao CCD das dispensas, sendo obrigatório o registro em ata.

Art. 5º - Após todos os procedimentos acima, o Presidente do CCD encaminhará o processo ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico, para as anotações e registros cabíveis.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 16 de outubro de 2006.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 181/2007.

EMENTA: Define normas para concessão de ajuda de custo para realização de Estágios Curriculares e Práticas de Ensino por discentes de Graduação da UFRPE.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições estatutárias e considerando os termos da Decisão Nº 48/2007 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua I Reunião Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2007, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.000713/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º – Poderá ser autorizada ajuda de custo no valor máximo de até dois salários mínimos vigentes para alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, regularmente matriculados no semestre letivo vigente na Instituição, para realização de Estágios Curriculares e Práticas de Ensino, fora da região metropolitana de Recife.

Parágrafo único – A ajuda de custo referida destina-se a cobrir despesas de aquisição de passagens, excepcionalmente, hospedagem e alimentação.

Art. 2º – Os pedidos de ajuda de custo deverão ser formalizados através de processos encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, com antecedência mínima de quarenta dias da realização do Estágio Curricular ou Prática de Ensino.

Art. 3º – Nos requerimentos dos alunos que desejam realizar Estágio Curricular e Práticas de Ensino deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

I – Requerimento (modelo PREG);

II – Documento de aceite do aluno para estagiar na Empresa/Instituição;

III – Projeto de estágio onde se evidencie as atividades, cronograma e custos (modelo PREG);

IV – Cadastro de seguro para estágio, conforme datas estipuladas no calendário acadêmico vigente, de acordo com a Coordenadoria Geral de Estágios;

V – Anuência do Coordenador do Curso de Graduação, justificando a participação do aluno no estágio;

VI – Orçamentos de, no mínimo, 03 (três) empresas rodoviárias ou aéreas, se de menor valor, dependendo da existência na localidade;

VII – Conta bancária (conta corrente) ou indicar no requerimento a forma de recebimento do benefício requerido.

Parágrafo Único – Caso o aluno não esteja matriculado na disciplina Estágio Curricular, deverá anexar uma declaração do Coordenador do Curso assegurando sua matrícula no semestre seguinte.

Art. 4º – Os alunos beneficiados com ajuda de custo deverão apresentar as cópias dos bilhetes de passagens, juntamente com o relatório das atividades à PREG, assinado pelo orientador ou coordenador, com o respectivo conceito, no prazo máximo de trinta dias após a realização das atividades.

Parágrafo Único – Nas práticas de ensino o aluno deverá apresentar relatórios parciais, de acordo com a realização de suas atividades e cronograma, estabelecido em seu projeto, e relatório final, quando concluído o semestre letivo ao qual está matriculado, com nota e parecer do Professor Supervisor da referida Prática de Ensino.

Art. 5º – O aluno que não apresentar os documentos citados no artigo anterior não mais poderá ser beneficiado com qualquer tipo de bolsa ou auxílio oferecido pela UFRPE, e terá que restituir à instituição todo valor disponibilizado na ajuda de custo.

Art. 6º – A ajuda de custo para estágios curriculares e práticas de ensino será, preferencialmente, para alunos que ainda não receberam nenhuma ajuda de custo.

Art. 7º – A ajuda de custo fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da UFRPE.

Art. 8º– Os casos omissos e excepcionais deverão ser apreciados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Vice-Reitoria, a partir de justificativas do Coordenador do Curso.

Art. 9 º – Revogam-se as disposições em contrário

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 18 de abril de 2007.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
=PRESIDENTE=

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 428/2007.

EMENTA: Altera Resolução nº 181/2007 deste Conselho, que define normas para concessão de ajuda de custo para realização de Estágios Curriculares e Práticas de Ensino por discentes de Graduação desta Universidade.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do Art. 15 do Estatuto da Universidade e considerando os termos da Decisão Nº 129/2007 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua IV Reunião Extraordinária, realizada no dia 12 de novembro de 2007, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.012632/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar a Resolução Nº 181/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão –CEPE, que define normas para concessão de ajuda de custo para realização de Estágios Curriculares e Práticas de Ensino por discentes de Graduação desta Universidade, acrescentando a palavra “Obrigatórios” em seu artigo 1º, e no artigo 3º em seus incisos: III retirar (modelo PREG) e IV retirar Coordenadoria de Estágios e acrescentar Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, ficando os mesmos com as seguintes redações, conforme consta do Processo acima mencionado.

“Art. 1º - Poderá ser autorizada ajuda de custo no valor máximo de até dois salários mínimos vigentes para alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, regularmente matriculados no semestre letivo vigente na Instituição, para realização de Estágios Curriculares Obrigatórios e Práticas de Ensino, fora da região metropolitana de Recife”

“Art. 3º -

I -

II -

III - Projeto de estágio onde se evidencie as atividades, cronograma e custos;

IV - Cadastro de seguro para estágio, conforme datas estipuladas no calendário acadêmico vigente, de acordo com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação”

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais artigos da citada

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 19 de novembro de 2007.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 678/2008.

EMENTA: Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições estatutárias e considerando os termos da Decisão Nº 082/2008 do Pleno deste Conselho, em sua VII Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2008, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.021037/2008,

Considerando a necessidade de regulamentar o Estágio Supervisionado Obrigatório, com base na Lei 11788 de 26/09/2008,

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer, em sua área de competência, as normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, conforme anexo e de acordo com o Processo acima mencionado.

Art. 2º - Tornar sem efeito a Resolução nº 038/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em consequência do artigo 1º da presente Resolução.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 17 de dezembro de 2008.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 678/2008 DO CEPE)

NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO.

Art. 1º- Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 2º- O Estágio Supervisionado Obrigatório - ESO é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para integralização curricular e obtenção de diploma.

Art. 3º- As especificidades de cada curso determinarão, a partir de que período o Estudante poderá realizar o estágio supervisionado obrigatório.

Art. 4º- O Estudante tem que estar matriculado na disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório, no período de matrícula estipulado no calendário acadêmico da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, tendo sua carga horária definida pelo Colegiado de Coordenação Didática – CCD do respectivo Curso.

Art. 5º - As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Art. 6º- O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui uma forma de integração do estudante/ Empresa/ Instituição de Ensino/ UFRPE, tendo os seguintes objetivos:

I – Proporcionar ao estudante situações profissionais reais para aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos com elemento constitutivo do movimento permanente de ação/reflexão, teoria/prática, tendo como referência básica a realidade social concreta;

II – Viabilizar a retroalimentação do ensino, oferecendo ao Estudante a possibilidade de reverter posições teóricas quanto à prática profissional à Universidade subsidiada à revisão e renovação dos currículos dos cursos;

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

III- possibilitar ao estudante o convívio com o ambiente de trabalho, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas e a vivência de atitudes indispensáveis ao profissional;

IV- Viabilizar o intercâmbio de informações entre a Universidade e os campos de estágio.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I - DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIOS DA UFRPE

Art. 7º- Compete à Coordenação Geral de Estágios:

- a) Estabelecer Normas e Diretrizes Gerais para o estágio Curricular através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, com participação conjunta das Coordenadorias de Curso, considerando a legislação vigente;
- b) Manter intercâmbio sistemático com as instituições como campos de estágio;
- c) Supervisionar o seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, conforme termo de compromisso;
- d) prestar serviços administrativos para a legalização e andamento de estágios;
- e) proceder ao encaminhamento dos Estudantes candidatos a estágio às empresas, indicado pela Coordenação;
- f) atuar como interveniente no ato da celebração do termo de compromisso entre a empresa e o estagiário;
- g) fornecer e orientar os estudantes para o correto preenchimento de formulários/documentos relativos ao estágio;
- h) dar parecer nas questões de estágio e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao âmbito de sua competência.

II - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 8º - Compete ao Coordenador de cada Curso:

- a) verificar o desenvolvimento da supervisão/orientação do estágio;
- b) orientar os Estudantes na escolha da área e/ou campo de estágio pelo menos um semestre antes do prazo regulamentar de início do estágio;
- c) divulgar, selecionar vagas emanadas pela Coordenação Geral de Estágios para posterior encaminhamento aos campos de estágio;
- d) organizar a Coordenação Geral de Estágios e o cadastro de campos de estágio;
- e) participar e encaminhar Estudantes a reuniões, encontros, treinamento, seminários, Fórum e cursos promovidos pela Coordenação Geral de Estágios;
- f) prestar informações à Coordenação Geral de Estágios sempre que solicitado;
- g) dar parecer nas questões de estágio do Curso e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao âmbito de sua competência;
- h) fazer solicitação de vagas de estágio para unidades concedentes.

III - DO PROFESSOR SUPERVISOR DE ESTÁGIO DA UFRPE

Art. 9º - Compete ao Professor Supervisor de estágio da UFRPE

A Supervisão será exercida por professores supervisores através de visitas, contatos, entrevistas e reuniões entre supervisores, orientadores, técnicos e estagiários da unidade concedente e a UFRPE, sempre que necessário, além das atribuições relacionadas a seguir:

- a) tramitar todos os documentos relativos à supervisão;
- b) examinar e aprovar o plano de estágio apresentado pelo estudante levando em consideração os objetivos estabelecidos no artigo 3º dessa Resolução;
- c) articular-se, quando necessário com o supervisor de estágio da empresa concedente.

IV - DO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO DA UFRPE

Art. 10 - Compete ao Professor Orientador:

- a) assistir ao estudante, na UFRPE, durante o período de realização do estágio;
- b) participar de outras atividades relacionadas à orientação de estágio, se necessário;
- c) enviar relatório final de estágio ou monografia, conforme o caso ao Coordenador do respectivo Curso.

V - DO ESTAGIÁRIO

Art. 11 - Compete ao estagiário:

- a) observar as normas e regulamentos da UFRPE;
- b) acatar as normas da empresa concedente do estágio;
- c) respeitar as cláusulas do termo de compromisso;
- d) solicitar cadastramento de seguro contra acidentes pessoais junto a Coordenação Geral de Estágios de acordo com o Calendário Acadêmico da UFRPE;
- e) elaborar relatório final junto ao supervisor da concedente do estágio.

VI - DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO DA EMPRESA

Art. 12 - Compete ao Supervisor de estágio da empresa:

- a) promover a integração do estagiário na empresa;
- b) contactar o Professor supervisor/Orientador de Estágio da UFRPE, quando necessário;
- c) elaborar e assinar o Plano de Estágio;
- d) proceder à avaliação do estagiário na empresa;
- e) orientar o estagiário durante o seu período na empresa;
- f) encaminhar o relatório final ao Orientador, para revisão e posterior envio à Coordenação do Curso para homologação em CCD.

VII -DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO

Art. 13 - Conforme Lei 11.788 de 26/09/08 caberá à empresa concedente do estágio:

- a) firmar com o estagiário o termo de compromisso;
- b) informar ao estagiário as normas da empresa;
- c) designar um Supervisor da empresa, graduado, na área em que o estágio será realizado;
- e) contactar a Coordenação Geral de Estágios, para qualquer necessidade de alteração no termo de compromisso celebrado, para que seja providenciado um termo aditivo;
- f) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso, alternativamente, pode ser assumida pela Instituição de Ensino, se a concedente não puder fazer;
- g) aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO IV DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 14 – O tempo previsto para estágio só passará a ser computado a partir da assinatura do Termo de Compromisso.

Art. 15 - A jornada diária do Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser inferior a 04 (quatro) horas diárias e não exceder a 6 (seis) horas. O estágio deverá ser desenvolvido em turno contrário ao turno de matrícula acadêmica do estudante, conforme o caso.

CAPÍTULO V DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Art. 16 - O desligamento do estagiário ocorrerá automaticamente ao término do contrato.

Art. 17 - O estagiário poderá ser desligado da empresa antes do encerramento do período de estágio previsto, nos seguintes casos:

- a) a pedido do estagiário, com prévia comunicação à empresa e à Coordenação Geral de Estágio;
- b) por iniciativa da empresa, quando o estagiário deixar de cumprir alguma cláusula do termo de compromisso;
- c) por iniciativa da UFRPE, quando a empresa deixar de cumprir obrigações previstas no termo de compromisso ou houver constatação de inadequação no cumprimento do plano de estágio.

Art. 18 - O pedido de desligamento deverá ser feito com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

Art. 19- O desligamento do estagiário, por iniciativa da empresa, deverá ser comunicado à Coordenação Geral de Estágios/UFRPE, com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - A realização do Estágio Curricular Obrigatório por parte do estudante não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 21- Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ouvidor a Coordenação Geral de Estágios, no que couber.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 17 de dezembro de 2008.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE

= PRESIDENTE =

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO 597/2009

EMENTA: Revoga Resolução nº 430/2007 do CEPE e aprova novo Plano de Ensino, dos procedimentos e orientações para a elaboração, execução e acompanhamento.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto da Universidade e de acordo com os termos da Decisão Nº 280/2009 da Câmara de Ensino de Graduação, em sua VII Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de dezembro de 2009, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.021464/2009,

Considerando que o Plano de Ensino está previsto no parágrafo único do artigo 36 do Estatuto da UFRPE;

Considerando a necessidade de regulamentar o Plano de Ensino no âmbito desta Universidade,

Considerando ainda, a informação nº 31/2009 da Procuradoria Judicial desta Universidade,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar a Resolução nº 430/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE, os atos administrativos decorrentes da mesma, e aprovar o novo Plano de Ensino dos procedimentos e orientações para a elaboração, execução e acompanhamento, conforme consta do Processo acima mencionado.

Art. 2º - O Plano de Ensino de cada disciplina de curso de graduação será elaborado semestralmente pelo(s) respectivo(s) Professor(s) responsável(is) pela Disciplina.

Parágrafo único - Compete ao Professor remeter ao Colegiado de Coordenação Didática – CCD do Curso para aprovação, em até 10 (dez) dias antes do início do semestre letivo, para execução no semestre seguinte, o Plano de Ensino da disciplina sob sua responsabilidade, se o professor estiver com férias marcadas, não ficará dispensado de apresentar o Plano de Ensino no prazo mínimo de antecedência, devendo, se for o caso, antecipar a entrega.

Art. 3º - O Plano de Ensino é estruturado atendendo diretrizes dispostas no anexo.

Parágrafo único - O Coordenador de Curso deve comunicar ao Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG o não cumprimento, pelo Professor, do prazo de entrega do Plano de Ensino para apreciação pelo CCD do Curso.

Art. 4º - Na definição dos objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação constantes do Plano de Ensino devem ser consideradas a ementa da disciplina e o perfil do profissional previstos no Projeto Político Pedagógico do Curso.

Art. 5º - O Plano de Ensino será aprovado pelo CCD do Curso até a primeira semana do semestre letivo.

§ 1º - Durante a primeira quinzena de início das aulas de cada semestre, o Professor deverá entregar aos discentes o respectivo Plano de Ensino.

§ 2º - É vedada à apreciação ou aprovação de planos de ensino Ad referendum do Colegiado de Coordenação Didática - CCD do Curso.

Art. 6º - O não cumprimento do prazo de entrega de que trata o parágrafo único do Art. 2º, acarretará em ônus para o Professor, uma vez que faz parte das atribuições do mesmo o cumprimento dessa atividade.

§ 1º - Uma vez identificado pelo Coordenador o não cumprimento do prazo de entrega do Plano de Ensino devidamente e corretamente preenchido para efeito de homologação pelo CCD do Curso, o Coordenador comunicará oficialmente o fato ao Diretor

do Departamento/Diretor Acadêmico devendo o mesmo enviar comunicado oficial ao professor em questão, informando que o mesmo terá um prazo de 03 (três) dias consecutivos para a entrega do referido Plano;

§ 2º - Em se tratando de Professor em estágio probatório, no ato da avaliação esse ponto será levado em consideração quando da avaliação do comprometimento e responsabilidade do mesmo;

§ 3º - Caso exista reincidência do fato, o Professor não mais orientará estudantes de graduação e pós-graduação na UFRPE, assim como, perderá o direito de participação em bancas de concurso, defesa de monografia, dissertação e tese, e ainda perderá o direito a ajuda de custo (passagem e diária) para participação em eventos científicos e outros;

§ 4º - Para que o mesmo retome essas atividades deverá, após entrega do Plano, através de documento, comprometer-se oficialmente com o Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico e com a PREG, nos termos da não deixar de cumprir o disposto nessa Resolução.

§ 5º - Nos casos em que o professor se recusar a cumprir com o disposto nessa Resolução, será aberto um processo administrativo disciplinar e formada uma comissão para apurar os fatos.

Art. 7º - Os planos de ensino das disciplinas, devidamente homologados, deverão ser encaminhados ao Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico para arquivar no Apoio do Departamento ou Unidade Acadêmica e uma cópia remetida à Coordenação do respectivo Curso e à PREG, para acompanhamento e apresentação aos Auditores da Controladoria Geral da União (CGU), quando solicitados.

Art. 8º - É obrigatório o cumprimento integral do Plano de Ensino homologado.

Art. 9º - Nos casos em que não forem tomadas providências por parte do Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico em relação ao não cumprimento do disposto nessa Resolução, tanto o Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico quanto o Professor em questão responderão junto aos Auditores da Controladoria Geral da União (CGU), sempre que esta PREG for questionada quanto ao fato.

Art. 10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Departamento/Diretor Acadêmico, Coordenador do Curso e Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 09 de dezembro de 2009.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

ANEXO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO

CURSO: _____
MODALIDADE: _____
DISCIPLINA: _____
PRÉ-REQUISITO: _____
☐ OBRIGATÓRIA ☐ OPTATIVA
DEPARTAMENTO: _____
PROFESSOR RESPONSÁVEL: _____
Ano: _____
Semestre Letivo: ☐ Primeiro ☐ Segundo
Total de Créditos (se for o caso): _____
Carga Horária: _____
II - EMENTA (Sinopse do Conteúdo)
III - OBJETIVOS DA DISCIPLINA
IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
V – MÉTODOS DIDÁTICOS DE ENSINO ☐ Aula Expositiva ☐ Seminário ☐ Leitura Dirigida ☐ Demonstração (prática realizada pelo Professor) ☐ Laboratório (prática realizada pelo aluno) ☐ Trabalho de Campo ☐ Execução de Pesquisa ☐ Outra. Especificar: _____
VI - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DO ALUNO DURANTE O SEMESTRE:

Data	Conteúdo

VIII – BIBLIOGRAFIA (Conforme normas da ABNT)

BÁSICA:

COMPLEMENTAR:

Recife, _____ de _____ de _____

Professor responsável

LEI Nº 5.550 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 1968

- Dispõe sobre o exercício de Zootecnia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de Zootecnista obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Só é permitido o exercício da profissão de Zootecnista:

- a. ao portador de diploma expedido por Escola de Zootecnia oficial ou reconhecida e registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;
- b. ao profissional diplomado no estrangeiro, que haja revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor;
- c. ao Agrônomo e ao Veterinário diplomados na forma da lei.

Art. 3º São privativas dos profissionais mencionados no art. 2º desta Lei as seguintes atividades:

- a. planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos;
- b. promover e aplicar medidas de fomento à produção dos mesmos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos;
- c. exercer a supervisão técnica das exposições oficiais e a que eles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação;
- d. participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.

Art. 4º A fiscalização do exercício da profissão de Zootecnista será exercida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, enquanto não instituídos os Conselhos de Medicina Veterinária ou os da própria entidade de classe.

Parágrafo único Revogado pelo Art. 1º do Decreto-Lei nº 425, de 21/01/69.

Art. 5º O poder de disciplinar e aplicar penalidades ao Zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estiver inscrito, ao tempo da falta punível.

Parágrafo único A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum, quando a falta cometida constituir crime para o qual a lei penal estabelece a sanção.

Art. 6º As penas disciplinares aplicáveis ao Zootecnista são as estabelecidas para os demais profissionais obrigados a registro no mesmo Conselho Regional.

Art. 7º Na administração pública é obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem esta Lei permitir o exercício da profissão de Zootecnista, sempre que se tratar de provimento de cargos que ela deles tornou privativos.

Parágrafo único A apresentação do diploma não dispensa a prestação do concurso.

Art. 8º VETADO

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

A. COSTA E SILVA - Tarso Dutra - Jarbas G. Passarinho

RESOLUÇÃO Nº 413, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982

Aprova o Código de Deontologia e de Ética Profissional Zootécnico.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 alínea “f”, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e tendo em vista o que estabelece a Resolução nº 380 de 17 de outubro de 1982,

considerando que a Zootecnia, conceituada como atividade indispensável ao desenvolvimento econômico-social, à subsistência, ao equilíbrio ambiental e ao bem-estar dos brasileiros, exige dos que a exercem constante atualização dos conhecimentos profissionais e rigorosa obediência aos princípios da sua moral; e

considerando que os zootecnistas, voluntariamente, por convicção, por inspiração cívica, objetivando o prestígio da classe e o progresso nacional, decidiram submeter-se a um instrumento normativo capaz de mantê-los em uniformidade de comportamento, com base na conduta profissional modelar,

R E S O L V E:

Aprovar o seguinte CÓDIGO DE DEONTOLOGIA E DE ÉTICA PROFISSIONAL ZOOTÉCNICO.

CAPÍTULO I DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 1º São deveres fundamentais do zootecnista:

- a) exercer seu mister com dignidade e consciência, observando as normas de ética prescritas neste Código e na legislação vigente, bem como pautando seus atos pelos mais rígidos princípios morais, de modo a se fazer estimado e respeitado, preservando a honra e as nobres origens da profissão;
- b) manter alto nível de comportamento no meio social e em todas as relações pessoais, para que o prestígio e o bom nome da profissão sejam salvaguardados;
- c) abster-se de atos que impliquem no mercantilismo profissional e no charlatanismo, combatendo-os quando praticados por outrem;
- d) empenhar-se na atualização e ampliação dos seus conhecimentos profissionais e da sua cultura geral;
- e) colaborar no desenvolvimento da ciência e no aperfeiçoamento da zootecnia;
- f) prestigiar iniciativas em prol dos interesses da classe e da coletividade, por meio dos seus órgãos representativos;
- g) vincular-se às entidades locais da classe, participando das suas reuniões;
- h) participar de reuniões com seus colegas, preferentemente no âmbito das sociedades científicas e culturais, expondo suas idéias e experiências;
- i) cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais que regem o exercício da profissão.

CAPÍTULO II COMPORTAMENTO PROFISSIONAL

Art. 2º É vedado ao zootecnista:

- a) utilizar-se de agenciadores para angariar serviços ou clientela;
- b) receber ou pagar remuneração, comissão ou corretagem por cliente encaminhado de colega a colega;
- c) usar títulos que não possua ou qualquer outro que lhe seja conferido por instituição não reconhecida pelas entidades de classe, induzindo a erro sobre verdadeira capacidade profissional;
- d) anunciar especialidade em que não esteja legalmente habilitado;
- e) planejar, recomendar ou orientar projetos zootécnicos, sem exame objetivo do problema;
- f) divulgar descobertas e práticas zootécnicas cujo valor não esteja comprovado cientificamente;
- g) atestar ou recomendar qualidades zootécnicas inexistentes ou alteradas de um animal, com a finalidade de favorecer transações desonestas ou fraudes;
- h) deixar de utilizar todos os conhecimentos técnicos ou científicos ao seu alcance para o aprimoramento das diversas espécies ou raças, mesmo em trabalhos de experimentação;
- i) executar ou atestar seleção em rebanho ou qualidades individuais em animais sem apoiar-se nos critérios zootécnicos adequados, visando a auferir remuneração maior pelos seus serviços;
- j) acumpliciar-se, por qualquer forma, com os que exercem ilegalmente a Zootecnia;
- l) emitir conceitos ou julgamentos pelos jornais, rádio, televisão ou correspondência, quando os mesmos afetarem a ética profissional;
- m) divulgar ou permitir a publicação de atestados e cartas de agradecimento;

- n) desviar para serviço particular cliente que tenha sido atendido em virtude de sua função em instituição de assistência técnica de caráter gratuito;
- o) assinar atestados ou declarações de serviços profissionais que não tenham sido executados por si, em sua presença ou sob sua responsabilidade direta;
- p) agravar ou deturpar seus julgamentos com o fim de auferir vantagens.

Art. 3º Nas exposições de animais ou acontecimentos afins, o zootecnista deve conduzir-se de forma condizente com os princípios éticos, evitando que fatores extraconcurso e interesses diretos ou indiretos prejudiquem o seu julgamento justo, isento e imparcial, oriundo de um exame criterioso dos animais inscritos.

Parágrafo único. Frente a interesses diretos ou indiretos evidentes, deve o zootecnista considerar-se impedido ou alegar impedimento para atuar em exposições de animais ou certames onde vigorem tais situações.

Art. 4º O zootecnista não deve permitir as pessoas leigas, interferência nos seus julgamentos em terreno profissional.

Art. 5º Quando o zootecnista é contratado pelo comprador para atestar ou comprovar as qualidades zootécnicas de um animal, estará contrariando a ética se aceitar honorários do vendedor e vice-versa.

Art. 6º É contra a ética criticar deliberadamente animal que esteja para ser negociado.

Art. 7º A propaganda como meio de obter proventos deve ser elevada e criteriosa, evitando humilhar colegas mediante atos de autopromoção e em linguagem que ofenda à elegância profissional.

Art. 8º Nas relações com os auxiliares, o zootecnista fará com que respeitemos limites das suas funções e exigirá a fiel observância dos preceitos éticos e legais.

Art. 9º Os acadêmicos só poderão praticar atos inerentes à Zootecnia quando supervisionados e acompanhados por zootecnistas devidamente legalizados, sendo estes os responsáveis pelos referidos atos.

Art. 10. Os cartões pessoais, as inscrições em veículos, os anúncios em jornais, revistas, catálogos, indicadores e em outros meios de comunicação, devem ser elaborados de acordo com a discrição e a elevação de propósitos recomendados pelos princípios éticos deste Código.

Parágrafo único. Esses anúncios devem ser de tamanho e apresentação razoáveis, indicando somente nome, especialidade, endereço, horário de atendimento e número telefônico.

Art. 11. A expedição de cartas, impressos e cartões anunciando nova localização de escritório, outro lugar de trabalho ou horários de atendimento, é permitida desde que não contrarie os dispositivos deste Código.

CAPÍTULO III RELAÇÕES COM OS COLEGAS

Art. 12. O zootecnista não deve prejudicar, desprezar ou atacar a posição profissional de seus colegas, ou condenar o caráter de seus atos profissionais, a não ser por determinação judicial e, neste caso, após prévia comunicação ao CRMV da sua jurisdição, respeitando sempre a honra e a dignidade do colega.

Parágrafo único. Comete grave infração ética o zootecnista que deixar de atender as solicitações ou intimações para instrução dos processos ético-profissionais, assim como as convocações de que trata o § 1º do Art. 4º do Código de Processo Ético-Profissional.

Art. 13. O zootecnista cometerá grave infração à ética quando, ao substituir temporariamente um colega, oferecer serviços gratuitos ou aceitar remuneração inferior, a fim de conseguir mercado de trabalho.

Art. 14. Quando o zootecnista for chamado, em caráter de emergência, para substituir colega ausente, deve prestar o atendimento que o caso requer e reenviar o cliente ao colega logo após o seu retorno.

Art. 15. O zootecnista não deve negar à sua colaboração a colega que dela necessite, salvo impossibilidade irremovível.

Art. 16. Comete grave infração à ética o profissional que atrair, por qualquer modo, cliente de outro colega ou praticar quaisquer atos de concorrência desleal.

Art. 17. Constitui prática atentatória à ética profissional, o zootecnista pleitear para si: emprego, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro colega.

Art. 18. O zootecnista deve ter para com os seus colegas a consideração, a solidariedade e o apreço que refletem a harmonia da classe e lhe aumenta o conceito público.

Parágrafo único. A consideração, a solidariedade e o apreço acima referidos não podem induzir o zootecnista a ser conivente com o erro, deixando de combater atos de infringência aos postulados éticos ou às disposições legais que regem o exercício da profissão, os quais devem ser objeto de representação junto ao CRMV da sua jurisdição.

CAPÍTULO IV SIGILO PROFISSIONAL

Art. 19. O zootecnista está obrigado, pela ética, a guardar segredo sobre fatos de que tenha conhecimento por ter visto, ouvido ou deduzido, no exercício da sua atividade profissional.

Parágrafo único. Deve o zootecnista empenhar-se no sentido de estender aos seus auxiliares a mesma obrigação de guardarem segredo sobre fatos colhidos no exercício da profissão.

Art. 20. O zootecnista não pode revelar fatos que prejudiquem pessoas ou entidades, sempre que o conhecimento dos mesmos advinha do exercício da sua profissão, ressalvados os que interessem ao bem comum ou à justiça.

Art. 21. Em anúncio profissional ou em entrevista à imprensa, o zootecnista não poderá inserir, à revelia do proprietário, fotografias que o identifiquem ou aos seus animais, devendo adotar o mesmo critério em relação a publicação ou relatos em sociedades científicas.

Art. 22. O zootecnista não pode, sob qualquer pretexto, iludir o proprietário com relação ao juízo que faz a respeito das características ou condições dos seus animais.

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Art. 23. O zootecnista responde civil e penalmente por atos profissionais que, por imperícia, imprudência, negligência ou infrações éticas, prejudiquem ao cliente.

Art. 24. O zootecnista deve assumir sempre a responsabilidade dos próprios atos, constituindo prática desonesta atribuir indevidamente seus malogros a terceiros ou a circunstâncias ocasionais.

Art. 25. É da exclusiva responsabilidade do zootecnista a orientação e diretrizes, bem como índices e valores utilizados nas recomendações técnicas dadas aos seus clientes.

Art. 26. Configura exercício ilegal da profissão e responsabilidade solidária permitir, sem a correspondente supervisão, que estudantes de Zootecnia realizem atos profissionais em sua jurisdição de trabalho.

CAPÍTULO VI HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

Art. 27. Só os zootecnistas legalmente habilitados podem cobrar honorários profissionais.

Art. 28. O zootecnista deve conduzir-se criteriosamente na fixação dos seus honorários, não devendo fazê-lo arbitrariamente, mas, atendendo às peculiaridades de cada caso.

Art. 29. Ao aceitar emprego ou consultas de sua especialidade, o zootecnista deve considerar os preços habituais devidos a serviços semelhantes de outros colegas.

Art. 30. É vedada a prestação de serviços gratuitos ou por preços flagrantemente abaixo dos usuais na região, exceto por motivos personalíssimos, o que, se ocorrer, requer justificção da atitude junto ao solicitante de seu trabalho e ao CRMV, se necessário.

Art. 31. Ao contratar serviços profissionais de colegas, é falta grave de ética a inobservância dos dispositivos da legislação salarial vigente.

Art. 32. É lícito ao zootecnista procurar receber judicialmente seus honorários, mas no curso da lide, deve manter invioláveis os preceitos da ética, não quebrando o segredo profissional e aguardando que o perito proceda às verificações necessárias ao arbitramento.

Art. 33. É permitido ao zootecnista afixar no seu local de trabalho tabela pormenorizada de preços de seus serviços.

CAPÍTULO VII PROCEDIMENTO NO SETOR PÚBLICO OU PRIVADO

Art. 34. O trabalho coletivo ou em equipe não exclui a responsabilidade do profissional pelos seus atos e funções, sendo os princípios deontológicos que se aplicam ao indivíduo, superiores aos que regem as instituições.

Parágrafo único. Os dispositivos deste artigo se aplicam, também, nas relações entre entidades de classe e de seus dirigentes.

Art. 35. O zootecnista não deve encaminhar a serviços gratuitos de instituições de assistência técnica, particulares ou oficiais, clientes que possuam recursos financeiros suficientes, quando isto tiver conhecimento, salvo nos casos de interesse didático ou científico.

Art. 36. O zootecnista não deve formular, diante do interessado, críticas aos trabalhos profissionais de colegas ou serviços a que estejam vinculados, devendo dirigir-las à apreciação das autoridades responsáveis, diretamente ou através do CRMV da jurisdição.

Art. 37. O zootecnista deve prestigiar a hierarquia técnico-administrativa, científica ou docente que o vincula aos colegas, mediante tratamento respeitoso e digno.

Art. 38. Como empregador ou chefe o zootecnista não poderá induzir profissional subordinado à infringência deste Código de Ética e, como empregado, deverá recusar-se a cumprir obrigações que levem a desrespeitá-lo, recorrendo mesmo, no caso de insistência, ao CRMV da jurisdição.

CAPÍTULO VIII RELAÇÃO COM A JUSTIÇA

Art. 39. Sempre que nomeado perito, o zootecnista deve colaborar com a justiça, esclarecendo-a em assunto de sua competência.

§ 1º Quando o assunto escape à sua competência ou motivo superveniente impeça de assumir a função de perito, o zootecnista deverá, antes de renunciar ao encargo, em consideração à autoridade que o nomeou, solicitar-lhe dispensa antes de qualquer ato compromissório.

§ 2º Toda vez que for obstado, por parte de interessados, no livre exercício de sua função de perito, o zootecnista deverá comunicar o fato à autoridade que o nomeou e aguardar o seu pronunciamento.

§ 3º O zootecnista, investido na função de perito, não estará preso ao segredo profissional, devendo, contudo, guardar sigilo pericial.

Art. 40. O zootecnista não poderá ser perito de cliente seu, nem funcionarem perícia de que sejam interessados sua família, amigo íntimo ou inimigo e, quando for interessado na questão um colega, deverá abster-se do espírito de classe ou de camaradagem, procurando apenas bem servir à justiça.

Art. 41. Quando ofendido em razão do cumprimento dos seus deveres profissionais, o zootecnista será desagravado publicamente pelo CRMV em que este foi inscrito.

CAPÍTULO IX PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Art. 42. Na publicação de trabalhos científicos serão observadas as seguintes normas:

- a) as discordâncias em relação às opiniões ou trabalhos são admissíveis e até desejáveis, não visando porém ao autor e sim à matéria;
- b) quando os fatos forem examinados por dois ou mais zootecnistas e houver combinação a respeito do trabalho, os termos de ajustes serão rigorosamente observados pelos participantes, cabendo-lhes o direito de fazer publicação independente no que se refere ao setor em que cada qual atuou;
- c) não é lícito utilizar, sem referência ao autor ou sem sua autorização expressa, dados, informações ou opiniões colhidas em fontes não publicadas ou particulares;

- d) em todo o trabalho científico devem ser indicadas, de modo claro, quaisas fontes de informações usadas, a fim de que se evitem dúvidas quanto à autoria das pesquisas e sobre a citação dos trabalhos não lidos, devendo ainda esclarecer-se bem quais os fatos referidos que não pertençam ao próprio autor do trabalho;
- e) é vedado apresentar como originais quaisquer idéias, descobertas ou ilustrações que, na realidade, não o sejam;
- f) nas publicações de dados zootécnicos a identidade do animal e do seu proprietário deve ser preservada, inclusive na documentação fotográfica, que não deve exceder o estritamente necessário ao bom entendimento e comprovação, tendo-se sempre em mente as normas de sigilo do zootecnista.

Art. 43. Atenta seriamente contra a ética o zootecnista que, prevalecendo-se de posição hierárquica, apresente como seu o trabalho científico de seus subordinados, mesmo quando executado sob sua orientação.

Art. 44. É censurável, sob todos os aspectos, a publicação de um trabalho em mais de um órgão de divulgação científica por deliberada iniciativa de seu autor ou autores.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. O zootecnista deve dar conhecimento fundamentado ao CRMV de sua jurisdição, dos fatos que constituam infração às normas deste Código.

Art. 46. REVOGADO. ⁽¹⁾

Art. 47. REVOGADO. ⁽²⁾

Art. 48. REVOGADO. ⁽³⁾

Parágrafo único. REVOGADO. ⁽⁴⁾

Art. 49. REVOGADO. ⁽⁵⁾

Art. 50. REVOGADO. ⁽⁶⁾

Art. 51. REVOGADO. ⁽⁷⁾

CAPÍTULO XI VIGÊNCIA DO CÓDIGO

Art. 52. O presente Código de Deontologia e de Ética-Profissional Zootécnico, aprovado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária para cumprimento ao disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 5.550, de 04 de dezembro de 1968, entrará em vigor em todo o Território Nacional na data da sua publicação em DOU, cabendo aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária a sua mais ampla divulgação.

Méd. Vet. René Dubois

Presidente

CFMV nº 0261 “S”

Méd. Vet. Josélio de Andrade Moura

Secretário-Geral

CFMV nº 0185

Publicada no DOU de 14-01-1983, Seção 1, págs. 906 e 907.

(1) a (7) Os arts. 46 a 51 foram revogados por meio do art. 2º da Resolução nº 875, de 12-12-2007, publicada no DOU de 31-12-2007, Seção 1, págs. 137 a 139.

RESOLUÇÃO N.º 619, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

- Especifica o campo de atividades do Zootecnista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, no uso de suas atribuições legais elencadas no Art. 16, da Lei n.º 5.517, de 23 de outubro de 1968,

considerando que o Zootecnista tem formação técnica especializada, capaz de gerar e aplicar conhecimentos científicos na criação racional de animais domésticos e silvestres, explorados economicamente, objetivando a produtividade;

considerando que deve possuir formação cultural, social e econômica, que o capacite a orientar e solucionar problemas na sua área de atuação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do homem;

considerando que a produção animal caracteriza-se como campo prioritário de atuação do zootecnista nas suas áreas de Nutrição e Alimentação, Melhoramento Genético, Manejo da Criação, Fisiologia da Reprodução, Planejamento e difusão de Tecnologias Zootécnicas,

RESOLVE:

Art. 1º Especificar o campo da atividade do zootecnista como sendo os seguintes:

- Promoção do melhoramento dos rebanhos, abrangendo conhecimentos bioclimatológicos e genéticos para produção de animais precoces, resistentes e de elevada produtividade;
- Supervisão e assessoramento na inscrição de animais em sociedades de registro genealógico e em provas zootécnicas;
- Formulação, preparação, balanceamento e controle da qualidade das rações para animais;
- Desenvolvimento de trabalhos de nutrição que envolvam conhecimentos bioquímicos e fisiológicos que visem melhorar a produção e produtividade dos animais;
- Elaborar, orientar e administrar a execução de projetos agropecuários na área de produção animal;
- Supervisão, planejamento e execução de pesquisas, visando gerar tecnologias e orientações à criação de animais;
- Desenvolver atividades de assistência técnica e extensão rural na área de produção animal;
- Supervisão, assessoramento e execução de exposições e feiras agropecuárias, julgamento de animais e implantação de parque de exposições;
- Avaliar, classificar e tipificar carcaças;
- Planejar e executar projetos de construções rurais específicos de produção animal;
- Implantar e manejar pastagens envolvendo o preparo, adubação e conservação do solo;
- Administrar propriedades rurais;
- REVOGADA ⁽¹⁾
- Direção de instituições de ensino e de pesquisa na área de produção Animal;⁽²⁾
- Regência de disciplinas ligadas a produção animal no âmbito de graduação, pós-graduação e em quaisquer níveis de ensino.
- Desenvolvimento de Atividades que visem à preservação do meio ambiente. ⁽³⁾

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no DOU de 22-12-94, Seção 1, Pág. 20.276.

⁽¹⁾ A alínea “n” do art. 1º foi revogada pela Resolução nº 740 de 8-05-2003, publicada no DOU de 18-06-2003, Seção 1, Pág. 99.

⁽²⁾ e ⁽³⁾ As alíneas “o” e “q” do art. 1º estão com a redação dada pela Resolução nº 634 de 22-09-1995, publicada no DOU de 21-11-95, Seção 1, Pág. 18739.